



1150097429



FE

UNICAMP

T/UNICAMP Z72L

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O LADO NEGRO DA LUA

Um estudo sobre o Serviço Social Escolar

ANDRÉA CRISTINA ZOCA

Prof. Dr. Dario Fiorentini
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
Faculdade de Educação - Unicamp
Matrícula: 21552-0

ORIENTADORA: PROFª DRA. AGUEDA BERNADETE BITTENCOURT

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte.

Campinas
2012

i

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

Z72L	<p>Zoca, Andrea Cristina, 1975- O lado negro da lua: um estudo sobre o Serviço Social Escolar / Andrea Cristina Zoca. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.</p> <p>Orientador: Agueda Bernadete Bittencourt. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Serviço social escolar. 2. Qualidade total. 3. Configurações – Aspectos sociais. 4. Sistemas educacionais. 5. Controle. I. Bittencourt, Agueda Bernadete. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>12-021/BFE</p>
------	--

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês The dark side on the moon: a study about scholar social service

Palavras-chave em inglês:

Social work school

Total quality

Settings – Social aspects

Educational systems

Control

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Agueda Bernadete Bittencourt (Orientadora)

Theresa Maria de Freitas Adrião

Flávia Inês Schelling

Vicente Rodriguez

Ana Regina Pinheiro

Data da defesa: 27/02/2012

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: adrezoca@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

“O LADO NEGRO DA LUA


Um estudo sobre o Serviço Social Escolar”

Autora: **ANDRÉA CRISTINA ZOCA**

Orientadora: **Profa. Dra. AGUEDA BERNARDETE BITTENCOURT**

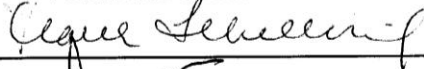
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em defendida por **Andréa Cristina Zoca** e aprovada pela Comissão Julgadora.

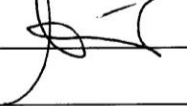
Data: 27/02/2012



ORIENTADORA

COMISSÃO JULGADORA:





2012

DEDICATÓRIA

À Deus, fonte de minha inspiração.

*Ao Adriano, grande companheiro, sua dedicação e principalmente seu amor
que me fortaleceram nesse caminhar.*

Ao Arthurzinho, meu pequeno príncipe, que me cativa todos os dias.

À minha família amada, que será sempre meu exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

As experiências que vivenciei durante os três anos de mestrado possibilitaram experiências para pensar sobre aquilo que nos afeta, que nos mobiliza. Nesse caminhar chegou o momento de agradecer, de se lembrar das pessoas que encontrei, me ajudando nesse processo.

Começo agradecendo minha orientadora Agueda Bernadete Bittencourt que, pela sua orientação cuidadosa me colocou em contato com literaturas preciosas para meu crescimento intelectual culminando neste trabalho. Sou grata pela sua constante presença, pela paciência e dedicação ao longo desses anos e, certamente, pelos seus ensinamentos.

Agradeço aos professores Vicente Rodriguez e Theresa Adrião pelas ricas contribuições a este trabalho no Exame de Qualificação.

Às professoras do Grupo FOCUS, Letícia Bicalho Canêdo e Ana Maria Fonseca de Almeida por contribuírem nessa trajetória.

Ao Ney Luiz Teixeira de Almeida, grande incentivador e amigo, pelo apoio nas horas difíceis.

Gostaria de agradecer à Susy Daniel, amiga e ajudadora na busca das fontes dessa pesquisa e à Fernanda Forte pela confiança, presteza e ajuda valiosa.

À Paula Forster, que me recebeu e dividiu comigo sua história viabilizando este trabalho.

Aos amigos do FOCUS que contribuíram com a troca de experiências, de literaturas, na leitura dos textos. A Iracema Belmonte, Érica Pessanha e Gláucia Martins, em especial, à amiga Kathlyn Fantontt de Souza que desde o início me acompanhou.

Gostaria de agradecer, de modo especial, à minha irmã Fernanda Zoca por me encorajar a seguir nessa trajetória. Também ao Fabiano, Mirthes, André, Angélica e Alexandre, o meu agradecimento pelo apoio. Meus pais, Luiz e Rosali, pelo amor e dedicação com a família, meu imenso agradecimento.

Ao Seu João e Dona Marina, pela compreensão durante nossas ausências.

Ao Adriano e Arthurzinho, que caminharam ao meu lado durante a realização deste trabalho, o meu amor.

*Um sonhador é aquele que só ao luar descobre o seu caminho e
que, como punição, apercebe a aurora antes dos outros.*

Oscar Wilde

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a entrada dos assistentes sociais no sistema educacional e suas implicações, considerando hoje um trabalho em expansão em alguns Estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Teve por objetivo analisar o surgimento do Serviço Social Escolar de Limeira, um setor premiado com o Selo Prata pelo Programa da Qualidade Total na Educação. Utilizando análise documental e entrevistas, observamos que o Serviço Social Escolar incorporou práticas da Gestão da Qualidade Total na Educação, delineada pelo grupo que se nomeará por Comitê Executivo. Assim, meu primeiro problema foi entender a entrada no espaço educacional de Limeira de uma linguagem empresarial encabeçada pela idéia de qualidade total, nos serviços prestados. Essa investigação evidenciou a existência de relações de forças locais que alimentam e validam esse espaço de trabalho para os assistentes sociais. A partir de tais constatações, mostrou-se relevante compreender, as práticas dos agentes do Serviço Social Escolar, evidenciadas pela análise de prontuários e fichas de alunos do arquivo do assistente social de uma escola de educação infantil e ensino fundamental. A análise oferece uma aproximação de novas formas de controle e enquadramento pela via da escola. Permite-nos perceber que a criação deste espaço de trabalho não é uma conquista desta categoria, mas sim o resultado de um jogo de interesses que leva a inserção de assistentes sociais nos espaços escolares.

PALAVRAS-CHAVES: serviço social escolar, qualidade total, configurações sociais, sistema educacional, formas de controle.

ABSTRACT

This research seeks to understand the entrance of social assistants in the educational system and its implications, considering today a work in expansion in some Brazilian states such as Sao Paulo, Rio de Janeiro and Minas Gerais. It had as objective to analyze the appearing of Scholar Social Service of Limeira, a sector prized with the Silver Stamp for the Total Quality Program in Education, formed by the group that will be named as Executive Committee. So, my first problem was to understand this entrance in the educational space in Limeira of an enterprise language headed by the total quality idea, in the services done. This investigation evidenced the existence of local forces relations that feed and valid this work space for the social assistants. From such facts, it was shown relevant to understand, the practices of the Scholar Social Service agents, evidenced by assessments analyses and students` profiles of the social assistant file of a pre and primary school. The analyses offer an approach of a new way of controlling and fitting by the school. It allows us to notice that the creation of this work space is not a conquest of this category but the result of a game of interests that leads to the insertion of social assistants in the scholar spaces

KEY WORDS: scholar social service, total quality, social configurations, educational system, ways of control.

QUADRO DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ARIL	Associação de Reabilitação Infantil de Limeira
CAD	Centro de Apoio Diagnóstico
CASLI	Centro de Assistência Social
CEMEPE	Centro Municipal de Estudos Pedagógicos da Secretaria da Educação
CEPROSOM	Centro de Promoção Social Municipal
CESET	Centro Superior de Educação Tecnológica
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
COTIL	Colégio Técnico de Limeira
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CT	Conselho tutelar
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ISCA Faculdades	Instituto Superior de Ciências Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PSF	Posto de Saúde da Família
SSE	Serviço Social Escolar
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
VD	Visita domiciliar

LISTA DE QUADROS

Quadro I:	Princípios do Serviço Social Escolar	25
Quadro II:	Expansão dos assistentes sociais no segmento educacional de Limeira .	38
Quadro III:	Assistentes sociais na rede municipal de Limeira em 2009	39
Quadro IV:	Motivos dos encaminhamentos para o assistente social	51-52
Quadro V:	Providências dos assistentes sociais	53
Quadro VI:	Idade das crianças encaminhadas	56
Quadro VII:	Crianças encaminhadas por professor	57
Quadro VIII:	Acompanhamento das famílias	66
Quadro IX:	Encaminhamentos para rede de serviços	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1. SELO PRATA	09
1.1. Excelência e Qualidade	10
1.2. Fundação Limeira: o Comitê Executivo	13
1.3. Selo de Qualidade: o Programa de Excelência	17
1.4. Um setor premiado	21
1.5. O Serviço Social no segmento educacional de Limeira	28
1.6 A legitimação no segmento educacional	32
1.7. A expansão do serviço.....	35
CAPÍTULO 2. ATENDER, ENCAMINHAR, CUIDAR E CONTROLAR.....	47
2.1. Transferência de responsabilidade da família para o Estado através dos agentes sociais – perda da autonomia familiar	51
2.2. Exclusão da responsabilidade pedagógica da escola	55
2.3. O encargo: descrédito, acompanhamento e perseguição	61
2.4. Filme de terror ou pesadelo: rede de controle sobre a família	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76
ANEXOS	83
Tabela A. Fichas de alunos atendidos pelo assistente social	
Tabela B. Prontuários de alunos atendidos pelo assistente social	

INTRODUÇÃO

As crianças da pré-escola estavam agitadas naquela manhã. O fotógrafo acabara de chegar e montava, no meio do pátio da escola, seu espaço fotográfico. Esse dia ficaria registrado na memória e nas fotografias daquela turminha de crianças que se “formariam” no mês de dezembro. A professora só não contava com a infecção de ouvido do Betinho. Logo fui chamada para olhar a orelha “vazando” do menino, juntamente com inúmeros adjetivos destinados à mãe que mandou o filho para escola naquelas condições. Imediatamente, juntei-me a uma funcionária da escola para levar Betinho ao posto de saúde do bairro quando a professora comovida nos aborda:

- Primeiro o menino precisa tirar foto! Ele não participará da formatura, mas precisa sair na foto da turma!

Enquanto digeria a prioridade dada à ocasião, surpreendi-me ao ver a professora tirar do bolso do seu jaleco uma camiseta escolar. Chamou o menino e sem demora tirou a camiseta amarela suja que vestia colocando nele a camiseta branca escolar. Toda a turma já estava posicionada e o fotógrafo aguardava a professora arrumar o menino. Formaram-se duas fileiras. Uma de crianças sentadas em um banco e outra com crianças em pé. Betinho ficou atrás. Naquele momento se igualava aos seus colegas. Parecia que a infecção do ouvido desaparecera inesperadamente com o alerta do fotógrafo:

— Sorriam crianças! Sorriam!

E o menino sorriu. Por um momento acreditei que tudo acabaria bem. O clarão da máquina fotográfica nos avisava que todos deveriam deixar seus lugares e voltar à rotina escolar. Mas Betinho foi novamente chamado pela professora que devolveu a ele a aparência anterior, vestindo-o com a mesma camiseta suja, furada, com marcas do sangue que vazara do ouvido. Isso trouxe imediatamente de volta à realidade.

– Vamos correr para o postinho!

Ao retornar, consegui localizar a mãe do Betinho, após vários desencontros. Dona Sueli chegou cabisbaixa, trajando uma camiseta azul, enorme e muito suja. Sua presença provocava o espanto dos funcionários da secretaria da escola pela sua aparência “descuidada”: cabelo despenteado, preso com elástico, poucos dentes na boca, mãos e pés ressecados e sujos. Seu rosto era definido pelas linhas de expressão que lhe davam aparência mais velha. Parecia cansada; respirava fundo.

Logo descobri ter sido encontrada por alguém da família que lhe informara que o “pessoal” da escola estava à sua procura. Deixou seu trabalho em um galpão de seleção de materiais recicláveis e se dirigiu à escola. Naquela hora, Betinho já estava na sala de aula com a professora e seus colegas.

Dona Sueli se desculpou por estar “naqueles trajes”. Foi informada por mim sobre o ocorrido com seu filho. Ela não disse nada durante meu monólogo, fiquei imaginando o que essa mulher estaria pensando, sentada ali na minha frente.

Contou-me sucintamente sua história. Pensei: Que tipo de orientação lhe daria? Para quem a encaminharia? Não consegui dizer absolutamente nada. Não esqueci aquele dia, nem aquele olhar parado, distante e entristecido. Enquanto isso, Betinho, só queria brincar.

(Andréa Cristina Zoca, relato de atendimento de caso)

Minha atuação em escolas da periferia de Limeira como assistente social¹ do Serviço Social Escolar, permitiu-me conhecer a história de Betinho e diversas outras. Não era um contato espontâneo, pois dependia de uma razão para investigar suas histórias, seus valores e seus dilemas conferindo-lhes certos deveres, principalmente àqueles alunos e famílias considerados “problema”.

Durante os atendimentos escolares, observava que muitas histórias familiares não representavam as queixas contidas nos encaminhamentos realizados por professores e funcionários da escola, imprimindo muitas vezes a tais atendimentos intervenções severas junto a essas famílias.

Aparentemente o que era considerado um problema de aprendizagem revelava outras faces da questão social: crianças submetidas a condições precárias de vida; residências onde havia ocorrido o corte da água e da energia elétrica por falta de pagamento e onde a alimentação era insuficiente, entre outras situações que a pobreza determina aos indivíduos. Situações que vivenciava rotineiramente nas escolas, enquanto oferecia para as famílias uma folha de encaminhamento aos serviços públicos, tornando-as peregrinas em busca de uma solução para seus problemas.

A observação do conjunto das práticas dos assistentes sociais – encaminhamentistas e burocráticas –, que se forjavam para o enfrentamento das situações dos alunos e suas famílias na escola, colocou em cena, neste trabalho, os assistentes sociais e seus postos nas escolas públicas. Por outro lado, a existência de projetos de leis² que aprovem a obrigatoriedade desses profissionais nas escolas, reforçou-me a interrogar acerca das iniciativas que têm contribuído para a inserção dos assistentes sociais no âmbito escolar. Nesse sentido, examinamos o surgimento do setor de Serviço Social Escolar de Limeira, um espaço que procura formalizar o trabalho dos assistentes sociais na rede municipal de ensino, produzindo “novas” formas de intervenção junto aos alunos e suas famílias.

Criado em 2000, em conformidade com o Programa de Qualidade Total na Educação da Secretaria Municipal de Educação, o Serviço Social Escolar, por meio de seu representante, teve papel importante na disseminação da teoria administrativa de Gestão da Qualidade Total. O

¹ Trabalhei no Serviço Social Escolar no período de 2006 a 2009.

² Cf. Ney Luiz Teixeira de Almeida. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação, 2005. In: <http://www.assistentesocial.com.br>. Atualmente tramita no Senado o projeto de lei PLC 60/07 que dispõe sobre a contratação de assistentes sociais e psicólogos nas escolas.

Programa, conduzido nos moldes dessa teoria administrativa, tinha por objetivo a *melhoria do processo ensino-aprendizagem*, mediante a gestão pela qualidade, acreditando ser possível a melhoria da Educação e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população. Assim sendo, o Serviço Social Escolar recebeu, pelos *resultados* desse Programa, a premiação de *Excelência na Educação*, nos anos 2002 e 2005: o Selo Prata. Tal premiação nos conduziu a perceber no espaço educacional de Limeira, a existência de uma linguagem empresarial encabeçada pela ideia de qualidade total, nos serviços prestados. Assim, surgiu a necessidade de entender de onde provinha essa ideia, essa teoria ou ideologia e a que interesses servia o novo serviço recém-criado.

Nesse sentido, o Serviço Social Escolar assume o papel de apoiador dessa ideia, compondo as relações e conexões de uma articulação organizada e complexa entre a Secretaria Municipal de Educação, grupos ligados à UNICAMP e a Fundação Limeira, representada pelo Comitê Executivo, responsável pela criação do Programa. Nessa rede, pela ação dos grupos, o Serviço Social Escolar ganhou reconhecimento e visibilidade no município, fortalecendo e ampliando o espaço de trabalho para os assistentes sociais, ao mesmo tempo em que divulgava os preceitos da Gestão da Qualidade Total na Educação.

Com o objetivo de alcançar o reconhecimento nacional, os agentes do Serviço Social Escolar, levam a diferentes espaços a mensagem de “salvação” das escolas e dos seus alunos pobres às unidades de ensino, congressos, conferências, seminários, encontros e mídias, por meio dos quais procuram pôr em circulação a necessidade dos atendimentos sociais nas escolas.

Na construção do objeto de estudo, consideramos como demarcação temporal o período entre 1997 a 2009, que permitiu acompanhar o processo de estruturação do Serviço Social Escolar e as iniciativas ligadas ao Programa de Qualidade Total na Educação.

Para compreender a rede de relações que sustenta o Serviço Social Escolar na Secretaria Municipal de Educação, recorreremos à sociologia de Norbert Elias (1993, 1994, 2001, 2005), partindo da ideia de que nenhuma organização, qualquer que seja a sua natureza ou estrutura, poderá agir individualmente. Dessa perspectiva, procuramos romper com uma visão “natural” do Serviço Social Escolar, iluminando situações que não podem ser claramente percebidas numa análise de sua estrutura, sem a perspectiva relacional.

Procuramos ter presente, ainda, a questão da desqualificação das famílias pobres pela via da escola, fato que aparece na permanente “invasão” perpetrada pelos profissionais do

assistencialismo social. Jacques Donzelot (2001) e Christopher Lasch (1991) alertam para a necessidade de se observarem as formas de ajustamento social, normalização, enquadramento e empoderamento exercidos por agentes sociais sobre as famílias, o que ocorre, neste estudo, a partir do espaço escolar. Assim, procuramos apreender no discurso e na prática produzidos pelos assistentes sociais, o surgimento de novos espaços de gerenciamento das questões sociais, como por exemplo, a invenção do Serviço Social Escolar.

Christopher Lasch (1991) estudou a crise da família moderna americana, que passa da configuração de refúgio para a incapacidade de proporcionar o atendimento de suas necessidades. Analisa como as mudanças estruturais nas famílias refletiram e influenciaram as políticas sociais, chamando a atenção para os impactos das profissões assistenciais na vida das famílias, considerando-as como planos de ação de influência destrutiva. Critica o controle social que passa a ser exercido sobre as atividades dos indivíduos e suas famílias na sociedade moderna, após a Revolução Industrial, que cria o controle à vida privada pelas profissões assistenciais. Segundo o autor, a importância da escola para a formação do Estado Nacional, para a constituição de bons cidadãos, promove a atuação dos assistentes sociais que tratam de agir sobre as famílias a fim de evitar as causas da desorganização social (1991, p.37). Para Lasch, a invasão da política pública na vida doméstica contribui para sua deterioração e não para sua defesa.

Jacques Donzelot (2001), estudando o mesmo fato a partir da Europa, trata da *gênese do social*, do surgimento de instituições específicas e profissões “sociais”, - nas sociedades altamente urbanizadas e complexas. Examina de forma detalhada o mundo dos costumes educativos da família burguesa, na transformação das relações de poder entre família e aparelhos sociais que criam a diferenciação entre a família pobre e a família burguesa. Para atingir esse objetivo, o autor analisa a trajetória das antigas práticas assistenciais e higienistas sobre as famílias pobres, como práticas de conservação da população sem atribuição política. Estratégias que existiram para falsear a percepção de pobreza: “a natureza do que era oferecido aos pobres (dom material), os critérios de oportunidade (que falseavam a percepção da pobreza), as modalidades de atribuição (que conduziam à alternativa: repressão ou caridade legal)” (2001, p.63). Sublinha a perda da autonomia da família, a partir do estabelecimento de normas e tutelas impostas pelo estado totalitário. Da passagem de um governo das famílias para um governo através da família. Segundo Donzelot, as leis irão organizar progressivamente uma transferência de soberania da família “moralmente insuficiente” para os especialistas, facilitando a redução da autonomia

familiar, no final do século XIX, de toda “uma série de passarelas e conexões entre Assistência Pública, a justiça, a medicina e a psiquiatria (*Idem*).

A escola aparece em sua análise como organização educacional que trabalhará para a normalização das crianças, contribuindo com a vigilância contínua da família, constituindo o equipamento de Governo para a penetração integral em todos os detalhes da vida das famílias pobres. As profissões assistenciais, por sua vez, aparecem no sentido de “polícia das famílias” pela investigação minuciosa das necessidades, como uma forma de penetração na vida do pobre; “para desarmar os artificios da pobreza”, ou seja, para verificar a veracidade daquela pobreza.

A análise das práticas usadas pelos assistentes sociais, em Limeira, sobre as famílias de alunos considerados “problema” também nos remeteu à sociologia de Erving Goffman (1988), especialmente a seu estudo sobre o *estigma*. Nele o autor estuda situações que geram nos indivíduos um descrédito muito grande, considerando defeito, fraqueza ou desvantagem, os atributos diferentes de outros numa mesma categoria, ou seja, atributos menos desejáveis, como “uma pessoa estragada e diminuída”. Tais atributos se referem a padrões da sociedade maior que torna o indivíduo “susceptível ao que os outros veem como seu defeito, levando-o a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do realmente deveria ser” (1997, p. 17). Nesse sentido, buscamos apontar as situações que ligam à vida das famílias e alunos que passaram pelo atendimento do assistente social ao processo de estigmatização amparado na ideia de normalidade.

Pierre Bourdieu (2008) oferece condições para pensar sobre os usos da escola e da instituição familiar como lócus de reprodução e consagração das práticas reguladoras e do pensamento de Estado. É na escola que se dará a conversão intelectual que ele chama de “tomada de consciência” para legitimar as práticas do Estado. Já a família garantirá a coesão dos interesses de um grupo através de um “modelo” de família de verdade e da criação continuada das “afeições obrigatórias e as obrigações afetivas do sentimento familiar” (2008, p.117) que garantirão o trabalho de integração indispensável à manutenção da ordem social. A família aparece como lugar de acumulação e gestão de um capital social, cultural, econômico. No discurso do Estado e de seus agentes, o Serviço Social entre eles, a família como “entidade unida, integrada, unitária” e estável passa a situar-se no “polo do natural e do universal” (*Idem*, p.128).

Para entender a atuação dos agentes do Serviço Social na escola, tomamos, ainda, o estudo de Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin (2001) sobre a forma escolar, seu sentido e seu uso nos processos de escolarização.

Tratar a forma escolar é pesquisar uma configuração histórica particular, surgida em determinadas formações sociais, através de um procedimento tanto descritivo quanto compreensivo. Tal procedimento elimina a busca recorrente de elementos concebidos como exteriores uns aos outros e ou elementos considerados permanentes. A compreensão do formato escolar exige a busca dos traços empíricos característicos dessa realidade (VINCENT et al, 2001, p.10).

Pensar a escola a partir do formato escolar assegura o discernimento das “principais características da escola e tudo que faz parte de sua configuração singular”, assim como os modos de socialização, as práticas correntes, seus agentes e usuários, nos dias de hoje, no município de Limeira. Também será possível pensar na literatura educacional sobre o fato de que colocar as crianças pobres na escola pública significa somente de dominação, podendo-se examinar o processo de submissão, obediência, ou uma nova forma de sujeição (Idem, p.14).

A entrada do Serviço Social na escola pública de Limeira será tratada, considerando-se as compatibilidades desse serviço com o já instituído espaço escolar: “espaço fechado e totalmente ordenado para a realização, de cada um, de seus deveres, num tempo tão cuidadosamente regulado que não pode deixar nenhum espaço a um movimento imprevisto, cada um submete sua atividade aos princípios e regras que a regem” desde professores, alunos e suas famílias (VINCENT et al, 2001, p.15).

A partir dessas análises, as fontes examinadas constituem materiais muito ricos; neles pudemos reconhecer: intenções, políticas, projetos, estatutos e regimentos e, também, como se está lidando com os alunos, as famílias e os professores no espaço escolar.

Outras fontes constituídas de documentos e entrevistas nos permitiram compreender o surgimento do Serviço Social Escolar e seu papel estratégico junto ao grupo ligado à Gestão da Qualidade Total na Educação. As práticas destinadas às famílias foram apreendidas durante a análise de prontuários e fichas de alunos do arquivo do assistente social de uma escola de educação infantil e ensino fundamental.

Só foi possível decifrar os interlocutores, os seus cargos, os interesses em jogo, recorrendo a outras fontes não produzidas no âmbito das relações com o Serviço Social Escolar. O documento *Programa de Qualidade Total na Educação*, produzido pelo Comitê Executivo ofereceu “pistas” importantes sobre os nomes e cargos de seus membros, como das instituições

que se ligavam ao grupo³. O *Relatório de Gestão do Serviço Social Escolar* (2002) indicou o processo de incorporação dos valores e ferramentas da Gestão da Qualidade Total.

O exame de decretos, projetos de leis e atas levantados na Câmara Municipal de Limeira reuniu registros que nos ajudaram a atentar para o processo de municipalização do ensino de Limeira, com destaque para a criação do cargo de assistente social no segmento educacional no ano de 1997.

Outras fontes, como o *Histórico do Serviço Social Municipal nos Centros Infantis*, o *Plano de Intervenção do Serviço Social junto aos Centros Infantis* dos anos 1990, possibilitaram compreender as práticas que antepuseram à criação do Serviço Social Escolar, por meio das quais os assistentes sociais agiam sobre as famílias. Elaborado em 2001, o *Plano de implantação do Serviço Social Escolar na Secretaria Municipal da Educação de Limeira* permitiu observar quais eram os objetivos pensados para esse serviço na rede escolar.

Para entender a entrada dos assistentes sociais no segmento educacional de Limeira, que ocorreu desde os anos 1970, utilizamos entrevistas com a Coordenadora do Serviço Social Escolar e a leitura de artigos de jornais como fontes complementares. Realizamos duas entrevistas com a Coordenadora, com as quais observamos as circunstâncias em que esse serviço foi produzido.

O exame dos prontuários e fichas dos alunos representou uma fonte significativa para os objetivos deste estudo. Foram analisadas 235 fichas e 50 prontuários, num período aproximado de 4 anos consecutivos, que visaram compreender as práticas e os modos de agir dos assistentes sociais do Serviço Social Escolar. Indagamos se a produção de tais práticas contribuiu para legitimar esse campo de trabalho no segmento educacional de Limeira. A documentação produzida por três assistentes sociais que trabalharam numa mesma escola em períodos distintos foi necessária, ainda, no sentido de “contrapesar com os registros de triunfo” (ROCHA, 2003, P.17) das estratégias do Serviço Social Escolar, incluindo o fato de esse serviço ter sido premiado. Nesse sentido, procuramos *dar voz* a essas fontes, na medida em que ocultam situações por meio das quais os assistentes sociais agem sobre as famílias.

Este trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, examinamos o surgimento do Serviço Social Escolar em Limeira, observando os movimentos que possibilitaram a sua criação e manutenção. Essa análise procura demonstrar as iniciativas de dois grupos para disseminar a

³ Disponível em <<<http://fundacaolimeira.org.br/>>>

ideologia da Qualidade Total no segmento educacional de Limeira, tendo como aliado o Serviço Social Escolar. Busca compreender se esse espaço de gerenciamento das questões sociais está servindo como palco para o *jogo de interesses* de grupos que atuam na prefeitura da cidade.

Pensando no papel do Serviço Social Escolar na rede de ensino municipal de Limeira, no segundo capítulo, procuramos examinar as práticas produzidas pelos assistentes sociais nas escolas municipais de Limeira. No exame dessas práticas, buscamos dar visibilidade às formas de intervenção junto às famílias pobres, que vão sendo forjadas no espaço escolar e que permaneceram, até então, silenciadas. Observamos iniciativas que configuram um certo olhar sobre as famílias, dos modos de intervir sobre elas, procurando normalizá-las. No percurso de providências do assistente social, que vai desde a convocação da família na escola, passando por encaminhamentos e chegando até à invasão de sua privacidade, conduziram ao conhecimento de uma rede de controle “bairrista” no entorno das famílias pobres, formada por profissionais da Saúde, do Serviço Social, da Psicologia e dos educadores.

CAPÍTULO 1

SELO PRATA

Na antiga recepção do Serviço Social Escolar nos deparávamos com dois grandes quadros, no centro da parede, que com suas molduras prateadas guardavam os certificados que premiavam o Serviço Social Escolar como organização de Excelência na Educação. No canto direito do quadro, observava-se o “Selo Prata”, em formato oval, com um “EQ” de Excelência e Qualidade estampado no centro. No canto inferior o ano da premiação: 2002 e 2005. Os dois quadros indicavam, aos que circulavam por ali, que se estava diante de um setor reconhecido e premiado por seus trabalhos na educação.



Certificado

O Programa da Qualidade Total na Educação confere o reconhecimento da Excelência na Educação, Selo Prata, ao Serviço Social Escolar pelo resultado de seus esforços gerenciais na busca da Excelência na Educação, no ano de 2002.

Limeira, 29 de Agosto de 2003.

Certificado

O Programa da Qualidade Total na Educação confere o Selo Prata da excelência na educação ao Serviço Social Escolar Municipal pelo resultado de seus esforços gerenciais na busca da Excelência na Educação, no ano de 2005.

Limeira, 1º de Setembro de 2006

Este capítulo pretende demonstrar que a existência de determinados serviços, como o Serviço Social Escolar, não é algo natural, nem consequência dos problemas sociais de uma época. Resultam, na verdade, de fatores como posições de poder, relações de força e de classe social, das relações sociais de rede entre grupos dominantes, e da distribuição do poder e dos privilégios (LENOIR, 1998).

Nesse sentido é que as relações e conexões postas em jogo vão se delinear entre o Serviço Social Escolar, a Secretaria Municipal da Educação e a Fundação Limeira, não se tratando de opção pessoal, mas de uma articulação organizada e complexa.

O que tentamos demonstrar, ainda segundo Lenoir (1998), é que a formalização do Serviço Social Escolar é o resultado de um trabalho propriamente político, ou seja, se trata de uma relação política, não natural, construída a partir das lutas travadas pelos agentes, conforme seus interesses.

Premiado com o Selo Prata, o Serviço Social Escolar marca a sua existência social ao defender o Programa de Qualidade Total da Secretaria Municipal da Educação de Limeira, aparecendo como uma causa de interesse geral. Neste capítulo 1, no entanto, buscamos demonstrar que o Programa de Qualidade Total na Educação surge para proteger interesses políticos e econômicos com a viabilização de um grupo de classe média que se nomeará por Comitê Executivo.

Emoldurado pela teoria administrativa da Qualidade, o Serviço Social Escolar assumirá um “modo político” de gestão dos problemas sociais na escola, na forma de “acordos ou soluções” que esfumem os antagonismos entre os grupos.

1.1. Excelência e Qualidade Total

O surgimento e o perecimento das teorias administrativas se configuram conforme as determinações econômico-sociais existentes em determinada época. Representam interesses de setores da sociedade que detêm o poder econômico e político (TRAGTENBERG, 2006). Com o esgotamento, nos anos de 1960, do taylorismo – que vigorou durante a primeira metade do século XX e organizou a produção industrial americana –, empresários e ideólogos do industrialismo buscaram novas teorias de administração com a finalidade de alcançar maior produtividade e

maior lucro (HELOANI, 2002). O toyotismo, derivado de um modelo de produção japonês, “penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista” (ANTUNES, 2003) e também o taylorista, tornando-se uma nova ideologia universal da produção sistêmica do capital.

Com o Toyotismo, a ideologia da Qualidade Total surgiu nos anos 1990, como teoria administrativa, criando novos padrões de gestão do trabalho. Isso implicava o controle do trabalhador sob o discurso da gestão participativa. Tendo o *resultado* – produtividade e lucro – como finalidade, tal pretensão só seria alcançada através da *gestão da subjetividade do trabalhador*.⁴

De fato, por meio da identificação do trabalhador com as lógicas da empresa, esta exerce o poder através de contradições, isto é, combina vantagens com restrições.

As vantagens são alardeadas por todos os códigos de poder da empresa: promoções, benefícios, salários elevados e distinções (sala própria, elevador especial, crachá, etc). As restrições são implícitas: subordinação e dedicação à empresa (HELOANI, 2002, p.98)

Pode-se compreender, dessa maneira, de que forma a empresa consegue colocar os trabalhadores como seus propagandistas, portadores de “símbolos, uniformes e signos”, segundo Tragtenberg (2006). Sob este aspecto, o trabalhador, acreditando na sua “participação” assimila pacificamente as regras e normas da empresa.

Isso nos remete a pensar nos mecanismos de controle *indiretos* sobre a atuação dos indivíduos. As formas de controle converteram o inconsciente do trabalhador que passou a “assimilar regras de funcionamento da companhia, a incorporarem-nas como elemento de sua percepção e, por último, a reordenarem até a sua subjetividade para garantir a persistência dessas regras” (HELOANI, 2002, p.97).

O sistema de regras, ao mesmo tempo em que garante a subordinação dos trabalhadores, tem a função de legitimar as instâncias de poder e mascarar a realidade. Esse processo de disciplinamento do trabalhador cumpre papel importante para a “inspeção do capitalista”, ainda

⁴ Os programas de qualidade são baseados na confiança, no direcionamento ao consumidor e no aprimoramento constante do processo de produção. Como consequência, o ambiente de trabalho é pensado em bases de respeito mútuo e humanitário (missão, valor, etc), o que torna o trabalho mais agradável. Roberto Heloani sugere que essas novas formas de organização do trabalho, desenvolvem linguagens, normas, formas de controle para penetrar no inconsciente do trabalhador. Através da subordinação e dedicação à empresa, cria-se a relação com o capital de forma afetiva, subjetiva e psicológica. In: Organização do Trabalho e Administração: uma visão multidisciplinar. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

de acordo com Tragtenberg (2006). Nesse sentido, a teoria da qualidade realiza as funções de organização e supervisão para o capital.

Para garantir a ação administrativa da classe industrial que se credencia para dirigir os interesses públicos,⁵ é preciso sintonizar a educação com os interesses da indústria, o que se consegue por meio do discurso da valorização do trabalho, criando uma “moral positiva para dirigir os trabalhadores” e manter a sua subordinação, ainda segundo Tragtenberg.

É possível compreender, dessa maneira, que a participação da classe industrial no governo dos interesses públicos, ampliou as formas de exercício do poder desse grupo. É pela via do segmento educacional que observaremos a disseminação das teorias administrativas, como a Gestão da Qualidade Total na Educação e a Gestão Participativa.

Segundo Heloani (2002), a valorização das teorias de *gestão* incidirá no processo de *modelização* da subjetividade do futuro trabalhador, adaptando-o para assimilar a cooperação entre trabalho e capital. Assim, podemos pensar que o Programa de Qualidade Total na Educação se configura como uma modalidade de co-gestão da classe industrial com o segmento educacional, desenvolvendo linguagens e normas próprias de controle da formação da classe trabalhadora.

Com a ideia de que a educação deve ser o componente essencial das estratégias de desenvolvimento, a Qualidade Total serviria para orientar a Educação institucionalizada para a necessidade da indústria.

Por outro lado, o processo de escolarização no Brasil, depois de 1930, foi voltado para o desenvolvimento nacional e para a formação para o trabalho. Portanto, é possível pensar que a ideologia da Gestão da Qualidade Total na Educação seja apenas uma outra linguagem que dá continuidade ao mesmo processo iniciado com a construção do Sistema Nacional de Educação.

Para alcançar o sucesso de implementação de um Programa de Gestão da Qualidade Total, as organizações escolares precisam garantir algumas formalidades:

(...) internalizando as normas, os métodos, os conceitos; usando técnicas persuasivas para conseguir o disciplinamento e a participação coletiva; adotando o trabalho em equipe, que promove o acirramento da concorrência entre trabalhadores; usando mecanismos de controle acoplados nas máquinas;

⁵ “A administração da riqueza pública justificada pelos êxitos administrativos dos industriais na empresa particular capacita-os a reger os interesses públicos”. O progresso privilegia a ação administrativa para dirigir os interesses sociais. In: Tragtenberg, Maurício. Burocracia e Ideologia, p.80.

empregando princípios da denominada “administração pelos olhos”, que lança mão do controle estatístico do processo (OLIVEIRA,1998, p.54).

A estratégia que tende a garantir a participação nesse Projeto de Gestão tem como elemento motivador a premiação. Desta forma, ocorre com mais eficiência a incorporação do sistema de valores que orienta os interesses desse grupo.

Diante do estudo do Serviço Social Escolar como um serviço premiado de Limeira, será possível observar, então, a configuração de uma rede social formada por industriais e educadores que tratarão de disseminar a ideologia da Gestão da Qualidade Total no segmento educacional de Limeira.

É possível que a prática do Serviço Social Escolar, inicialmente entendida como “salvadora” das escolas e de seus alunos pobres de Limeira, seja palco do jogo de interesses de um grupo que atua na Prefeitura da cidade.

1.2. Fundação Limeira: O Comitê Executivo

O interesse em compreender a premiação do Serviço Social Escolar de Limeira, conduziu esta pesquisa ao Comitê Executivo da Fundação Limeira. Esse grupo aparece como responsável por formalizar, a partir de 1992, uma campanha da Gestão da Qualidade Total no segmento educacional do município de Limeira. Observou-se a existência de dois grupos articulados para configurar a Fundação Limeira: um grupo de empresários, técnicos e especialistas da área da Qualidade e um grupo de educadores da rede de ensino de Limeira.

O primeiro grupo instituiu a Fundação Limeira.⁶ Uma organização sem fins lucrativos, criada para oferecer cursos na área da Qualidade Total “a custos vantajosos”⁷ para pessoas físicas e jurídicas que se associassem à entidade, garantindo profissionais com experiência na área. O

⁶ Entre seus fundadores encontram-se Celso Varga, da Indústria de Freios Varga; Sebastião Fumagalli da indústria de rodas Fumagalli; Pedro Kuhl da indústria de Café Kuhl, etc. Nesta fase as indústrias de Limeira passavam por remodelações para atender o mercado internacional necessitando importar a teoria da Qualidade Total em seu processos industriais. Pode-se pensar que essa iniciativa rendeu altos lucros a esse grupo que ao implantar as normas da qualidade, venderam suas empresas a grupos estrangeiros. A indústria de freios Varga tornou-se TRW e a Fumagalli tornou-se Rockweel. A indústria de Café Irmãos Kuhl se manteve familiar e regional, porém “com aprimoramento contínuo”, a empresa se modernizou. Foi uma das empresas pioneiras a conquistar o selo do Programa de Qualidade do Café – PQC, da Associação Brasileira de Café – ABIC.

⁷ Expressão utilizada no site de divulgação da Fundação Limeira. Disponível em: <http://fundacaolimeira.com.br>

segundo grupo se agregou à Fundação Limeira, sendo nomeado Comitê Executivo. Cabia ao Comitê Executivo a definição das diretrizes, da gestão e do desenvolvimento de um Programa de Gestão da Qualidade Total na Educação, inclusive da elaboração do material didático dos cursos oferecidos pela Fundação.

No exame dos nomes indicados no Comitê Executivo da Qualidade,⁸ encontram-se representantes de instituições que aparecem nos documentos como “parceiras” da Fundação Limeira como a Diretoria de Ensino da Região de Limeira, a Secretaria Municipal de Educação e o Centro Superior de Educação Tecnológica (CESET-UNICAMP).

Tais membros também são professores nos cursos propostos pelo Programa, juntamente com outros convidados; organizam a Avaliação Externa da Gestão das Organizações Educacionais; organizam, com os parceiros, eventos relativos à Qualidade, como Seminários, Fóruns, entre outros e assessoram as Organizações Educacionais que implementam o Programa. Isso implica pensar no “mapa de interesses” que estavam em jogo (BITTENCOURT, 2010) nas relações intelectuais e políticas desse grupo que se orientará pelo discurso da Qualidade.

Aos poucos, outras entidades e instituições vão se ligando a essa rede, mantendo conexões e interesses. Portanto, as finalidades da Fundação Limeira seriam alcançadas pela realização de parcerias com entidades e associações representativas de segmentos da sociedade e com organismos governamentais.

A estratégia do Comitê para favorecer a rede de parcerias é garantida com a criação do Programa de Gestão da Qualidade Total na Educação, uma idéia diferenciada, que se expandia como “novidade” entre os seus agentes do setor educacional.

O Comitê Executivo projetou suas ações em quatro tipos de iniciativas: a elaboração do Curso de Extensão de Gerenciamento da Qualidade e do Curso de Extensão de Critérios de

⁸ Constituíam o Comitê da Qualidade: **Ana Terezinha Carleto Naletto**, professora de história e pedagogia. Foi delegada de ensino (1995-1997); Secretária Municipal de Educação de Limeira (1997-2004). **Aparecida A. Guzzi Campos**, professora de História; **Carla K. dos Santos**, vice-diretora de escola; **Celso F. A. Leite**, superintendente da Fundação Limeira; professor do ISCA Faculdades de Limeira. **Dinorá P. de Oliveira**, supervisora de ensino aposentada; **Dulce M. P. L. de Araújo**, professora de biologia; **Ezilda H. Di G.B. da Silva**, diretora de Escola; **Laura Jacón Marquete**, supervisora de Ensino (Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo, em Limeira); **Lina Stella Cardoso Paroli**, diretora de Escola aposentada; **Márcia M. de Carvalho**, professora de matemática; **Maria Auciliadoura Marinho**, diretora do CESET/UNICAMP; **Mariângela de L. F. Santos**, professora de matemática; **Maurício Biazotto Corte**, professor, coordenador no Prêmio Nacional de Gestão Pública; **Míriam Barros Castro**, diretora de Escola; **Nádia S. dos S. Bardini**, professora; **Valdinéia A.B. Francischetti**, diretora de educação; **Adriana Ijano Motta**, diretora de escola e professora do ISCA Faculdades de Limeira; **Cérgio Mulinari Simonetti**, professor de filosofia; **Leni T. de Almeida Leitão**, professora de educação física; **Marilú Borges Meneghetti**, diretora financeira.

Avaliação de Gestão Educacional; a criação do Prêmio de Excelência na Educação e o Seminário Internacional da Qualidade.

A credibilidade do projeto era garantida pela certificação do Programa de Qualidade Total na Educação pela reconhecida Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, bem como, pelo uso da estrutura física do campus de Limeira onde se realizariam os cursos de Gerenciamento e demais encontros dos agentes envolvidos com o programa.

O campus de Limeira da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que, além do Colégio Técnico de Limeira (COTIL)⁹ agrega também o Centro Superior de Educação Tecnológica (CESET/UNICAMP), se tornou o espaço central para estruturação do Programa de Gestão da Qualidade Total na Educação do município.

Maria Auxiliadora Marinho, professora de biologia, membro da Fundação Limeira e do Comitê Executivo, era a diretora do CESET na época em que o programa voltado para as escolas foi esboçado. Reorganizou para o segmento educacional, o conteúdo de um curso sobre Qualidade Total que fora oferecido pela Indústria de Freios Varga aos seus executivos, dando origem a um curso padrão para os profissionais da educação, como o Curso de Gerenciamento da Qualidade na Educação e o Curso de Avaliadores.

A meta estabelecida era “capacitar” anualmente em seus cursos pelo menos 80 profissionais da rede escolar¹⁰. Os primeiros cursos se destinaram aos educadores da rede estadual de ensino garantidos pela parceria com a Diretoria de Ensino de Limeira e Região a partir de 1992.

Essa parceria se expandiu ao associar ao conjunto, os educadores da rede estadual das cidades como Iracemápolis, Cordeirópolis, Porto Ferreira, Pirassununga, Vinhedo, São João da Boa Vista e Junqueirópolis, onde foram ministrados os cursos de Gerenciamento da Qualidade Total na Educação. Foram capacitados nesse programa um total de 1.300 diretores de escolas, vice-diretores e coordenadores pedagógicos.¹¹

⁹O Colégio Técnico de Limeira – COTIL foi criado em 1962, sendo instalado em Limeira no dia 24 de abril de 1967. Inicialmente recebeu o nome de Colégio Técnico e Industrial de Limeira, tendo como sua mantenedora a Universidade Estadual de Campinas. Iniciou seu funcionamento nas instalações do Ginásio Estadual Industrial Trajano Camargo de Limeira e passou para as novas instalações em 1973. O primeiro Diretor foi o Professor Manoel da Silva. Disponível em: <http://www.cotil.unicamp.br/historia.php>. Acesso em: 08/04/2011.

¹⁰Cf. Programa de Qualidade Total na Educação (PQTE). Disponível em <http://fundacaolimeira.org.br/>.

¹¹ Informações divulgadas no documento do Programa de Qualidade Total na Educação (PQTE). Disponível em <http://fundacaolimeira.org.br/>.

Mas o maior sucesso do programa aconteceria nos anos que foram de 1997 a 2004, quando Ana Terezinha Carneiro Naletto, membro do Comitê Executivo da Fundação Limeira, se tornou a Secretária Municipal da Educação na gestão do Prefeito Pedro Teodoro Kuhl (PSDB),¹² empresário e também membro da Fundação Limeira, oportunidade em que foram mobilizados esforços e recursos para o desenvolvimento do Programa de Gestão da Qualidade Total na rede de ensino municipal.

Assim, o Programa ganha conotação de projeto de governo e passa a delinear os rumos educacionais do município no sentido da gestão pela Qualidade. Portanto, a característica do Comitê Executivo é a de uma *campanha*, algo que, com o tempo, se converta em um projeto de maior abrangência, orientado pelo grupo de industriais e educadores de Limeira.

É importante sinalizar que as articulações do Comitê em prol desse projeto garantiram a circulação de seus membros em outros espaços institucionais no município.

No decorrer deste estudo pudemos observar nas redes de relações desse grupo, o envolvimento do campus da UNICAMP e do Instituto Superior de Ciências Aplicadas – ISCA Faculdades.

No CESET, como vimos, são encontradas as facilidades para o desenvolvimento do Programa de Qualidade Total na Educação. No Colégio Técnico (COTIL) observou-se, a contratação de profissionais das indústrias de Limeira para ministrar aulas no primeiro Curso Técnico em Qualidade e Produtividade.¹³

Quanto ao Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA Faculdades), desde a sua fundação em 1970, tem por mantenedora a Associação Limeirense de Educação (ALIE). Criada em 1968, por empresários, políticos e profissionais liberais, é caracterizada como sociedade civil, filantrópica e educacional para “instalar, manter e desenvolver diversas unidades de ensino ou treinamento”.¹⁴ Também é mantenedora da Escola de Segundo Grau Colégio Acadêmico Limeirense (COC Acadêmico). Nas duas organizações – ISCA Faculdades e COC Acadêmico -, alguns representantes do Comitê ocuparam cargos de docentes e dirigentes educacionais.¹⁵

¹² Pedro Kuhl (PSDB) foi prefeito de Limeira por dois mandatos (1997 a 2002).

¹³ O curso de Qualidade e Produtividade foi criado em 1994, o primeiro da América Latina.

¹⁴ Associação Limeirense de Educação. Seleção de Notícias. Disponível em:

<http://home.alie.br/sites/alie/principal.php?id=principal&ano=1>. Acesso em 29/12/2011.

¹⁵ Por exemplo, entre os nomes indicados no Comitê Executivo, Ana Terezinha Carneiro Naletto, além do cargo como Secretária Municipal de Educação, também ocupou no Colégio COC Acadêmico a função de docente e assumiu direção do mesmo. Já Aparecida Guzzi Campos ocupou também a função de docente. O COC Acadêmico recebeu em 1998, o Selo Ouro como Prêmio Fundação Limeira “Em busca da excelência na Educação” tendo como dirigente

1.3. Selo de Qualidade – o Programa de excelência

O Programa de Gestão da Qualidade Total “visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem mediante a utilização da gestão pela qualidade, tanto na área administrativa como pedagógica”, configurado em programa de governo, consistia em indicador para os investimentos econômicos do município, em educação. Começa a ser implementado nas escolas municipais em 1997.

O Curso de Gerenciamento da Qualidade na Educação foi a primeira concentração de esforços do grupo para a disseminação em massa da ideologia da Qualidade Total junto às redes de ensino.¹⁶ Destinado aos diretores de escolas, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e assistentes sociais, o curso faz uso de uma metodologia de *padronização* das organizações educacionais de acordo com os valores e critérios pensados para o Programa.

O material didático apresenta como as organizações educacionais devem desenvolver suas ações de acordo com 7 *critérios*, que foram definidos de acordo com a Malcolm Baldrige Institute e da Fundação Prêmio Nacional de Qualidade: *Liderança; Planejamento estratégico; Foco nos alunos e demais clientes; Informação e análise; Gestão e desenvolvimento de pessoas; Gestão de processos; Resultado do desempenho educacional*. Compreende, também, tópicos como *Auditoria, Painel na Escola e Indicadores Gerenciais em Educação*, tendo por professores, membros do próprio Comitê Executivo. A duração do curso era de 72 horas, sendo dividido em 18 módulos de 4 horas.

Os participantes dos cursos são encarregados de implementar nas organizações escolares, os conceitos e técnicas da Gestão da Qualidade apreendidos no curso e de produzirem o “Relatório de Gestão”, que diz como a organização educacional garante a internalização das normas da Qualidade e as ações que desenvolve, de acordo com os critérios já mencionados. Esse documento foi incorporado como etapa do processo de avaliação do *Prêmio Fundação Limeira: “Em Busca de Excelência na Educação”*.

O *Prêmio de Excelência na Educação* torna-se, então, uma estratégia para “estimular as organizações educacionais a adotarem a gestão pela Qualidade” tendo, em contrapartida, a

outro membro do Comitê Executivo, a Sra. Lina Stella Cardoso Parolli. Seu nome também aparece na Diretoria Executiva do ISCA Faculdades, gestão 2010. No ISCA Faculdades encontramos como docentes os nomes de Adriana Ijano Mota e Celso Leite.

¹⁶ Segundo Norbert Elias os interesses de um grupo podem se ligar para finalidades diferentes como a manutenção da tradição, obtenção de prestígio, de vantagens econômicas e sociais. In: Os Estabelecidos e Outsiders, 2000.

obrigatoriedade de participar do Programa de Gestão da Qualidade Total na Educação. Compreende quatro categorias de premiação, distribuídas de acordo com uma pontuação que vai até 600 pontos: o *troféu*, destinado às escolas que alcançaram a pontuação que vai de 75% a 100%; o *selo ouro* para as escolas que ficaram com pontuação entre 66% a 75%; o *selo prata* para pontuação entre 56% a 65%; e *selo bronze* para 46% a 55% de pontuação.

Até o ano de 2008 foram premiadas 24 escolas públicas, 3 escolas privadas e 2 setores da Secretaria Municipal de Educação - o Serviço Social Escolar e o Centro Municipal de Estudos Pedagógicos (CEMEPE) -, não havendo premiação e cursos nos anos seguintes.¹⁷

Para eleger as organizações educacionais premiadas, o Comitê também formulou o Curso de Avaliadores que com duração de 60 horas, englobava aulas teóricas e trabalho prático apresentando a metodologia por pontuação. O curso era frequentado por indivíduos que já haviam realizado o Curso de Gerenciamento e que trabalhavam na rede de ensino municipal. Eram diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e assistentes sociais da mesma Secretaria de Educação que atuavam como avaliadores das escolas.¹⁸

É importante destacar que esses avaliadores ligados à rede escolar desenvolvem o trabalho gratuitamente para a Fundação Limeira, enquanto esta tem seus serviços vendidos aos órgãos governamentais e às empresas privadas.¹⁹ Aproveita-se da participação dos sujeitos no curso e como aula prática todos tem que realizar a avaliação dos Relatórios de Gestão recebidos naquele ano. Assim, pode-se pensar que o Programa também é subsidiado com mão de obra das instituições públicas.

O curso de avaliadores é programado no mesmo período em que se recebem os relatórios das escolas que concorrerão ao prêmio. O Comitê Executivo recebe os Relatórios de Gestão das organizações interessadas em concorrer ao prêmio e distribui *anonimamente* ao grupo de avaliadores.²⁰

¹⁷ Segundo Eiras (2009) o Comitê Executivo passava em 2009, por algumas dificuldades de ordem política e econômica desencadeadas pela mudança de gestão das indústrias locais para grupos estrangeiros; mudança de dirigentes das Diretorias de Ensino do Estado de São Paulo; diminuição dos financiamentos por parte de seus parceiros. In: Programa de qualidade total e gestão em educação: um estudo no município de Limeira. Dissertação (Mestrado). Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro/SP, 2009

¹⁸ Em 2006, ao ingressar no Serviço Social Escolar, fui inscrita no curso de Gerenciamento da Qualidade na Educação. No ano seguinte, também concluí o curso de Avaliadores.

¹⁹ Em seu site, a Fundação Limeira divulga como benefício para seu associado a oferta de cursos, workshops, seminários e palestras na área da Qualidade Total *à custos vantajosos*. Disponível em: fundacaolimeira.org.br. Acesso em 29/12/2011.

²⁰ *Trabalhando há quase três anos no Serviço Social Escolar e conhecendo as escolas nesse período, tive a experiência de ser avaliadora na primeira etapa. O Relatório de Gestão que analisei, não continha o nome da*

Mas era imprescindível para o sucesso da premiação a crença no anonimato das organizações avaliadas. Acompanhados por membros do Comitê, os avaliadores distribuem uma pontuação, comparando os *7 critérios* da Qualidade com o Relatório de Gestão elaborado pela organização escolar. Em seguida, realizam a visita institucional que tem a finalidade de confrontar o que foi apresentado no Relatório com a realidade. Deste modo, a distribuição da premiação compreende:

O sistema de pontuação avalia a intensidade (nenhuma, fraca, média, forte, total) das evidências descritas nos Relatórios. Cada critério do Programa de Qualidade Total na Educação de Limeira, também é avaliado por pontos fortes e áreas indicadas para melhoria. Nesta etapa, o avaliador descreve os pontos fortes da organização escolar e indica oportunidades de melhoria. Além da pontuação, o avaliador também deve apontar, quando houver, tópicos para serem observados na visita.

Após a visita, os avaliadores têm o *poder* de aumentar ou diminuir a pontuação atribuída a cada concorrente ao Prêmio. Essa condição foi evidenciada por um dos membros do Comitê Executivo durante uma reunião que participei na condição de pesquisadora. Uma constatação que põe em dúvida a imparcialidade do processo de avaliação e favorece outra condição: de “escolher” as organizações a serem premiadas sob a justificativa da pontuação.

Corroborando essa constatação, evidenciou-se, nessa reunião, que são os próprios membros do Comitê, os juízes do Prêmio Fundação Limeira. Apenas um juiz pertencente ao Prêmio Nacional da Qualidade e ao Prêmio Qualidade do Governo Federal é convidado para participar do processo.

Outra oportunidade de contar com investimentos públicos e consagrar o Programa era através do Seminário Internacional da Qualidade na Educação, criado e oferecido pelo Comitê Executivo que destinava-se à formação continuada de profissionais da área da educação.

A idéia era também atingir municípios da região ou até os geograficamente mais distantes. Até o ano 2000, um total de 3.500 pessoas participaram do Seminário Internacional da Qualidade que acontece anualmente em Limeira, desde 1995. São quatro dias, em que são programadas palestras sobre educação escolar, gestão, sucesso institucional, entre outros temas²¹.

organização escolar participante. No entanto, no decorrer da leitura do documento era possível identificar com facilidade a organização avaliada, através do seu histórico.

²¹ Cf. Programa de Qualidade Total na Educação. Disponível em <http://fundacaolimeira.org.br/>.

Mesmo com a pretensão de conquistar a participação de profissionais de outros municípios, era mesmo em Limeira que a Fundação garantia as inscrições no Seminário pelos profissionais da Secretaria Municipal de Educação. São 15 anos que, por meio do Seminário da Qualidade, a Fundação Limeira vem configurando a rede escolar pela definição dos temas das palestras. O conteúdo das palestras acaba sendo direcionado para resultados e metas da Secretaria Municipal de Educação.²²

Como um projeto político, o Programa de Gestão da Qualidade Total na Educação, tem seu uso num jogo para ganhar forças, para apoiar o próprio projeto e debilitar a vigência de projetos diferentes a fim de ampliar e controlar mais espaços.

O Programa é apresentado na mídia local, como *inovador*, por ser totalmente voltado e adaptado à Educação, pela utilização de linguagem específica (aquilo que era considerado “coisa de indústria”, é aplicado à Educação e com sucesso). Também é considerado *inovador* pelo desenvolvimento de um *Sistema de Avaliação próprio para Organizações Educacionais*, baseado nos Critérios de Avaliação do Prêmio Nacional da Qualidade. Sua importância é justificada pela “situação do ensino na cidade de Limeira e região, que no final de 1992, refletia, com algumas atenuantes, o quadro estadual: baixo rendimento escolar, altas taxas de retenção e evasão, desvalorização e desmotivação do educador, trabalho infanto-juvenil desregado, prédios escolares com instalações deficientes, etc”²³. A expectativa era de contribuir com a adequação das escolas ao grau de desenvolvimento da região e atender às necessidades e anseios da comunidade escolar e da sociedade.

Essa argumentação foi expressa em reportagem do Jornal CIESP de Limeira sobre a nota de 6,4 do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)²⁴ que Limeira alcançou em 2005, junto ao ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, comparando com a meta que era de 6,8. O resultado foi o melhor do Brasil. Como membro do Comitê Executivo, a Sra. Ana Terezinha Carneiro Naletto, relaciona o sucesso na avaliação do IDEB, com a atuação e investimentos dos empresários de Limeira na Educação, por intermédio da Fundação Limeira e do Instituto de Desenvolvimento de Limeira. Segundo ela, como resultado da utilização da metodologia da

²²Participei do Seminário nos anos 2007 e 2008. Ouvi depoimentos de professores e diretores de escola que diziam participar do evento somente com o interesse de obter a pontuação que o certificado lhes daria, servindo para melhorar a sua classificação profissional junto da Secretaria de Educação.

²³ Programa da Qualidade Total na Educação. Disponível em: <http://fundacaolimeira.org.br/>. Acesso em 29/12/2011.

²⁴O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2007. Reúne indicadores como fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Disponível em: <http://portaldeb.inep.gov.br>. Acesso em: 20/04/2011.

qualidade, “as escolas de Limeira elaboram seus projetos político-pedagógicos a partir da coleta e análise de dados, acompanham e avaliam os resultados da implementação dos seus planos, avaliam os resultados obtidos pelos alunos e reelaboram seus planos e projetos”.²⁵

Logo depois do sucesso escolar, havendo mudanças na gestão da Prefeitura, o substituto de Ana Terezinha Naletto, segue com a mesma política. No entanto, três anos depois, contrariando as previsões, no IDEB verificou-se uma queda considerável na nota dos alunos de Limeira, cuja média caiu para 4,5.

No documento intitulado *Programa da Qualidade na Educação (PQTE)*,²⁶ do Comitê Executivo é possível observar o planejamento e metas com expansão e ampliação dos cursos, com destaque para a meta de 2010: implementar o Programa de Qualidade em 80% das organizações educacionais de Limeira. Com isso, a Secretaria Municipal de Educação por meio de seus representantes, ainda oferece uma alternativa pública a um projeto de iniciativa privada, o que implica pensar na manutenção de poder, de projeto, de idéia de um grupo.

1.4 Um setor premiado

A premiação do Serviço Social Escolar como organização de excelência em Educação, nos anos 2002 e 2005, é fruto dessa política oficial. Neste sentido, pode-se pensar que o setor nasce dentro da ideologia da Qualidade Total. Sua criação foi subsidiada por Ana Terezinha Carneiro Naletto, quando era membro do Comitê Executivo da Fundação Limeira e que, ao ocupar o cargo de Secretária Municipal de Educação, formalizou a existência do Serviço Social Escolar e organizou a implantação do Programa de Gestão da Qualidade Total na Educação.

Ana Terezinha Naletto, ao organizar sua equipe na Secretaria Municipal de Educação elegeu a assistente social Paula Bortolan Bocaiúva Forster como *porta-voz*²⁷ do Serviço Social Escolar, ocupando o cargo comissionado de Coordenadora. Assim, foi possível garantir o apoio do setor aos projetos do Comitê. Acompanhando os históricos do Serviço Social Escolar, Paula

²⁵ Jornal CIESP Limeira. Seção Educação. Maio/2007. P. 5

²⁶ Disponível em: <http://fundacaolimeira.org.br>. Acesso em 29/12/2011.

²⁷ Uma vez constituído, o Serviço Social Escolar torna-se uma realidade parcialmente autônoma que irá atuar sobre a rede de ensino. Para explicar, formular e informar sobre sua eficácia necessita de um “porta-voz” que corresponda aos objetivos do grupo a que pertence. É pelo “porta-voz” que se pode verificar a força e o sentido de um discurso, sua capacidade de mobilização para credenciar sua causa como resultado de um trabalho coletivo. In: Lenoir, Remi. Objeto sociológico e problema social, 1998, p. 89.

Forster, aparece como personagem emblemática atuando como peça-chave nesse projeto desde 1997.

Paula Bortolan Bocaiúva Forster nasceu em 1973, na cidade de Limeira, onde vive com seu marido Orlando Forster e dois filhos. É a terceira filha de um total de cinco irmãos. Até os anos 90, seu pai era citricultor. Após a “crise da laranja” investiu em outras atividades agrícolas na Bahia, Fortaleza e Roraima, mas retornou a Limeira onde se tornou empresário no ramo imobiliário de loteamentos. Foi presidente da Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL) por várias gestões e agora faz parte do conselho consultivo da Associação. Sua mãe cursou o magistério no Colégio Acadêmico Limeirense onde se especializou em música. Dava aulas particulares de teclado, mas deixou essa atividade para se dedicar aos filhos. No mesmo colégio em que estudou a sua mãe, Paula Forster, foi escolhida para ser “aluna-padrão”, ou seja, uma representante da escola em eventos e comemorações, onde conheceria a professora Ana Terezinha Carleto Naletto. A infância e juventude de Paula Forster remetem à sua condição social. Ela e seus irmãos estudaram em colégios de prestígio na cidade e faziam curso de língua inglesa; viajavam para outros Estados do Brasil e Estados Unidos; frequentavam cinemas e teatros patrocinados pelo avô materno; ganhavam aos dezoito anos, o primeiro carro. Paula Forster tornou-se assistente social, enquanto suas irmãs especializam-se nas áreas de pedagogia, comunicação social e fisioterapia. Seu irmão seguiu os negócios do pai. Já os casamentos agregaram à tradição familiar especialidades em engenharia de produção, engenharia agrônoma e veterinária. Mas as propriedades sociais seriam herdadas pelas relações que seu avô materno estabeleceu. Vitório Bortolan, foi proprietário de uma rádio em Limeira que se projetou com o programa “A voz do povo”. Apresentado por ele, o programa conquistou grande audiência, pois dava “voz” à população de baixa renda. Com sua popularidade, Vitório Bortolan foi eleito vereador por três vezes. Foi Secretário Municipal dos Transportes e Secretário do Meio Ambiente. Para homenageá-lo a Câmara Municipal de Vereadores foi inaugurada com o seu nome. Tal situação política permitiu que, desde a infância, Paula Forster, tivesse contato com os principais personagens políticos. Foi na gestão do prefeito Jurandir Paixão (1995), amigo de seu avô, que ela iniciou seu trabalho no setor público, como assistente social. Casou-se em 1993, com Orlando Forster, oito anos mais velho, com quem tem dois filhos. Com formação em Tecnologia de Marketing e Venda, Orlando Forster, é proprietário de uma empresa de publicidade que funciona em sua casa. Foi presidente da Casa da Criança de Limeira por duas gestões e continuou como membro da diretoria. Seu pai é empresário do ramo de bijouterias e sua mãe é vice-diretora de escola. Entre sua parentela, encontra-se uma tia ligada ao Sesi e ao Colégio Acadêmico Limeirense que é membro do Programa de Qualidade Total na Educação.

Fonte: Entrevista.

De fato, a biografia da Coordenadora, expressa ligações sociais importantes que evidenciam como um indivíduo oferece ao outro “funções e modos de comportamento possíveis”. Tudo dependendo “do ponto em que ele nasce e cresce na teia humana”. Para Norbert Elias (1994), o passado se liga diretamente ao presente de cada indivíduo. As pessoas pertencem a um círculo de relações que pode não ser “diretamente perceptível pelos sentidos”. (...) “Uma ordem invisível que não pode ser diretamente percebida”, mas que é determinada pelas funções e situações de seus pais, da escolarização que recebe, por exemplo (1994, p. 21) .

Na sua carreira, Paula Forster procurou acumular experiências estratégicas conforme se observou na apresentação do seu currículo lattes:

Possui graduação em SERVIÇO SOCIAL pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (1994). É concursada e possui o cargo de Coordenadora do Setor de Serviço Social Escolar da Secretaria Municipal da Educação desde 1999. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão da Qualidade em Educação. É Especialista em Gestão de Recursos Humanos, pelo INPG - ISCA Faculdades.²⁸

Essa apresentação demonstra o tratamento que ela dá ao Programa de Qualidade Total na Educação e sublinha a importância desse processo em suas relações sociais. Acumulando o cargo de coordenadora do curso de Serviço Social do Instituto Superior de Ciências Aplicadas (2008-2010), destacou no currículo da Faculdade seu papel junto ao processo de implantação do projeto de Qualidade Total no município:

Avaliadora do Prêmio de Gestão da Qualidade do Governo Federal (PQGF);
Avaliadora do Prêmio de Qualidade de Gestão na Educação (PQGE);
Conquistou dois selos Prata em Gestão da Qualidade na Educação (2002 e 2005) pelo desempenho no Setor de Serviço Social Escolar.²⁹

Assim, Paula Forster, consegue mobilizar o grupo de assistentes sociais para defender o projeto Qualidade Total na rede de ensino de Limeira e promover a consolidação do próprio setor.

Não foi difícil identificar no Serviço Social Escolar a internalização do Projeto: logo que se chegava à recepção nos deparávamos com a missão, visão, negócio, valores e o lema do setor, fixados em pequenos quadros na parede, ao lado dos dois quadros com o Selo Prata:

²⁸ In: Sistema Plataforma Lattes. Disponível em: lattes.cnpq.br.

²⁹ In: Relatório do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social, 2008.

Quadro I - Princípios do Serviço Social Escolar	
Lema	“Nada pode ser exigido daqueles a quem nada se dá”. (Antonie de Saint-Exupéry)
Negócio	Trabalhar as relações sociais, possibilitando a ampliação e consolidação do Serviço Social Escolar.
Visão	Ser reconhecido como referencial nacional de Serviço Social Escolar, contribuindo para a formação profissional, comprometida com educação e cidadania do destinatário.
Missão	Proporcionar condições para integração e valorização das ações sociais entre a equipe, família, escola e comunidade.
Valores	Respeito, empatia, ética.

Fonte: Conteúdo dos quadros exibidos na recepção da antiga sede do Serviço Social Escolar, posteriormente disponibilizado no site do setor.³⁰

Outra constatação é a criação de um logotipo que é impresso nos documentos, pastas, arquivos e uniformes, a partir do ano 2000 realizando a padronização e criação de uma imagem para o Serviço. As fotos desse período mostram os assistentes sociais usando uniformes, em cores de azul e branco ou laranja e bege, onde se estampava o logotipo do Serviço Social Escolar. Cada dependência da sede do Serviço Social também era identificada, assim como os armários e arquivos padronizados. As normas, valores e conceitos da Qualidade Total também são observados em seu site³¹ tanto no seu desenvolvimento como nas nomenclaturas utilizadas para caracterizar o setor como missão, valores, organograma, processos, gestão da qualidade e equipe.

, Os registros de demanda de vagas em creches são informatizados, gerando os *resultados* dos atendimentos do setor por gráficos ou tabelas, sem mensuração qualitativa dos serviços prestados pelos assistentes sociais à população. Isso implica pensar na valorização das técnicas de organização sobre o homem (TRAGTEMBERG, 2006). Da mesma maneira, a padronização dos relatórios estatísticos mensura apenas números como: números de atendimento, de encaminhamentos, de orientações, entre outros. Criando uma imagem comerciável, massificada desse serviço social.

A internalização dos princípios da Qualidade Total se materializa também no Relatório de Gestão do Serviço Social Escolar (2003), em destaque no item do Principal Dirigente, onde se pode ler:

³⁰ Cf. Disponível em <http://www.servicosocialescolar.com.br/blog/qualidade/>. Acesso em 30/12/2011.

³¹ In: Disponível em <http://www.servicosocialescolar.com.br/blog/>.

“Nesta equipe, os valores e as informações são vivenciados e sempre passados através dos instrumentos da Qualidade Total e das técnicas de dinâmica de grupo, favorecendo o entrosamento e o comprometimento de todos” ou *“A principal dirigente³² reconhece a importância da Qualidade em Educação e a aplica em todos os processos do Serviço Social Escolar, buscando o trabalho integrado e em equipe”*.

A premiação desse serviço com o Selo Prata não só indicava os interesses que estavam em jogo, como garantia a legitimação de uma categoria oficial como a Qualidade Total encaminhando para prescrever um modo de pensar e agir na educação escolarizada.³³

Constatamos, ainda, na reunião do Comitê Executivo, que a visita de avaliação do Serviço Social Escolar aconteceu apenas na sede do Serviço Social Escolar, onde se encontram somente informações burocráticas e os dados estatísticos do trabalho. O diferencial do trabalho ficou por conta do programa quantitativo, que controla as demandas de vagas nas creches. Quanto à avaliação do trabalho que os assistentes sociais realizam nas escolas, um membro do Comitê informou que esse trabalho deveria constar no Relatório de Gestão da escola e não do Serviço Social Escolar. No entanto, analisando o Relatório de Gestão de uma escola premiada com o Selo Ouro³⁴ e que possuía uma assistente social em período integral em sua equipe, essa descrição não é observada. Esse profissional aparece nomeado na composição da equipe de apoio, sem mensurar as contribuições de sua prática na escola.

Nesse movimento de Excelência e Qualidade na Educação, a existência do trabalho do Serviço Social Escolar é divulgado e acaba ganhando uma conotação “salvacionista”. Os diretores de escolas passam a solicitar através de ofícios a intervenção deste “setor premiado” que aparecia como a *salvação* para os problemas educacionais. Destacamos um trecho do item “Planos e Estratégias” do Relatório de Gestão, que sugere essa idéia sobre o trabalho do assistente social na escola:

Ao ser chamado para um atendimento e/ou serviço, seja ele de que setor for, atuar de tal forma, que os interessados não só obtenham o serviço prestado, mas que possam ser chamados a atenção para como os profissionais do Serviço Social Escolar são capacitados e formados, inserindo assim a idéia de que são capazes

³² Referência a Sra. Paula Bortolam Bocaiúva Forster, coordenadora do Serviço Social Escolar.

³³ Cf. Pierre Bourdieu (2008) sobre a construção de categorias oficiais do Estado que privilegiam formas de organização por todos os meios, simbólicos e materiais, prescrevendo um modo de existência.

³⁴ Escola de educação infantil e ensino fundamental “Profª Cassiana Lenci”.

não só de prestar serviços de Qualidade, como também de pensar e propor soluções factíveis, criativas, possíveis (2003, p.11).

Recordo-me de que ao ser apresentada pelo diretor aos funcionários e professores da escola para a qual fui designada a trabalhar, todos os profissionais comemoravam a minha chegada e pareciam suspirar com sentimento de alívio. Para o diretor da escola havia reconhecimento por ter “conquistado” entre tantas outras escolas, um assistente social junto ao Serviço Social Escolar. No dia seguinte, após decidir a sala, a mesa e o armário da nova assistente social, começaram a chegar as queixas escolares, e aos poucos se empilhando, e todos querendo solução, salvação, para suas crianças encaminhadas.

Mesmo diante dos debates que se estabeleceram no setor sobre a contradição da profissão de Serviço Social e a ideologia da Gestão da Qualidade Total,³⁵ o Serviço Social Escolar não abandonou essa lógica gerencial (metas, prazos e produtividade). O Serviço Social Escolar estava alinhado aos interesses educacionais nesta mesma lógica, no sentido de valorizar estatisticamente o trabalho dos assistentes sociais pela *quantificação* de seus atendimentos, como constatado nos relatórios estatísticos produzidos pelos assistentes sociais, como número de pessoas atendidas, número de reuniões de pais, número de encaminhamentos ao serviço público, número de orientações, número de crianças em lista de espera.

Assim, considerando as conexões e interesses instituintes desse processo, o Serviço Social Escolar não poderia se legitimar por si só. Ganhava legitimidade ao ajudar a fortalecer a idéia de Qualidade Total, fazendo uso das técnicas e métodos em sua gestão, apoiando neste sentido os projetos da Secretaria Municipal da Educação.³⁶

No exame das relações que se estabeleceram entre o Serviço Social Escolar, a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Limeira, nos deparamos com um estado de coisas em que qualquer contribuição, no que se refere ao “baixo rendimento escolar, altas taxas de retenção e evasão, desvalorização e desmotivação do educador, trabalho infanto-juvenil desregrado”

³⁵ O primeiro alerta sobre a relação Serviço Social e a Qualidade Total foram abordados pelo Professor Ney Luiz Teixeira de Almeida durante o curso de extensão que ministrou aos assistentes sociais do setor sobre Serviço Social na Educação em 2007. Em 2010 o site do Serviço Social Escolar foi remodelado e ainda apresentava os princípios da Gestão da Qualidade Total na Educação.

³⁶ Ver estudo de Maria Auxiliadora Monteiro de Oliveira sobre a implantação de um programa de Qualidade Total em uma escola de Belo Horizonte. In: Escola ou Empresa? Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

constitui apenas um “meio” que tencionou e promoveu como “fim” os interesses de um grupo local.³⁷

A observação simples dos discursos que legitimaram essas instituições, não expressaria as ligações que desvelamos.

Observando o que Elias (1994) chamou de teias de interdependência, inter-acionamentos e entrelaçamentos sociais que consolidam o poder de determinados grupos na sociedade, passa-se a compreender as coerções existentes no interior dessas *teias* que levam os indivíduos a determinados comportamentos que mantêm *estáveis* as práticas e as atividades sociais.

Neste sentido, entende-se que a premiação do Serviço Social Escolar não ocorreu por acaso, mas que remonta ao processo de ligações sociais, pelas quais são levadas em conta as atividades, os comportamentos, as condutas, os anseios, o querer e o fazer e as manifestações de poder que se configuram para a manutenção dos interesses e das necessidades dos grupos que se relacionam com o setor.

Desse modo, as evidências que nos guiaram, a partir do Selo Prata, nos remeteram a pensar sobre a gênese e a criação do Serviço Social Escolar de Limeira, numa tentativa de desnaturalizar os discursos e as práticas que foram incorporados através do tempo, as estratégias instauradoras e mantenedoras das instituições que a ele se ligam, como as manifestações de poder de seus personagens.

1.5. O Serviço Social no segmento educacional de Limeira

Oito anos depois da promulgação da Constituição Federal (1988), surgiu a lei que iria disciplinar a educação escolar, “da infantil à superior”, definindo as incumbências, a jurisdição e a forma de relacionamento dos Sistemas de Ensino, das escolas e dos docentes. Além de trazer em pauta a gestão democrática e a autonomia das escolas, a descentralização da educação infantil e do ensino fundamental para responsabilidade dos municípios impactam sobre os projetos de Serviço Social nas creches (LIBERATI, 2004).

Embora o Selo Prata tenha exaltado o Serviço Social Escolar como novidade daquela década, as primeiras práticas sociais no segmento educacional são observadas desde a década de

³⁷ Ver teoria sociológica de Norbert Elias.

70, nas creches. Até o ano 2000, os atendimentos sociais nas creches municipais de Limeira eram realizados pelos assistentes sociais do Serviço Social Municipal.³⁸

Ao assistente social era destinada a atribuição de

“colher elementos para estudo social da família da criança; promover a integração família-centro infantil, através de contatos individuais e grupais; encaminhar a família aos serviços da comunidade quando necessário; atuar junto às famílias no sentido de formar espírito comunitário”.³⁹

O período que antecedeu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) é comentado com saudosismo por algumas assistentes sociais que trabalhavam nas creches. A função de vice-diretor não existia e o assistente social ocupava uma posição privilegiada na relação de poder, atuando ao lado do diretor, participando das decisões e dos processos educacionais. Com a LDB, o assistente social se tornou integrante da equipe técnica⁴⁰ e a “equipe de liderança” das creches ficou constituída pelo diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico.⁴¹

É possível observar que as práticas desse serviço vieram se moldando no decorrer do tempo, transformando-se, de acordo com das necessidades dos grupos dominantes, das redes sociais e do capitalismo.

A primeira creche municipal contava com a atuação de voluntárias que cursavam a Faculdade de Serviço Social, pertencentes às famílias dos industriais e políticos de Limeira.⁴² Podem-se compreender, assim, as práticas benevolentes realizadas para “eleger” os interesses políticos do grupo dominante. Mais efetivamente, nos anos 1990, é que se observa a influência da Teoria Administrativa nas práticas dos assistentes sociais nas creches.⁴³

³⁸ O Serviço Social Municipal nasce no final dos anos 1960 pelas mãos de Marilene Pinto Ramalho, a primeira assistente social de Limeira, graduada na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que por 25 anos coordenou projetos sociais desse serviço.

³⁹ Serviço Social Municipal. Histórico do Serviço Social Municipal nos Centros Infantis. Limeira: 1991.

⁴⁰ A Secretaria Municipal de Educação considerou como técnicos os assistentes sociais, nutricionistas e dentistas, por exemplo.

⁴¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação insere as creches na categoria de Educação Infantil e passam a ser administradas pela Secretaria Municipal de Educação.

⁴² A primeira creche contou com a direção da voluntária Emília Varga e a atuação de duas estudantes e estagiárias de Serviço Social, Berenice D'Andrea e Vera Helena Pucci.

⁴³ Observa-se a integração da teoria administrativa na matriz de disciplinas do curso de Serviço Social Escolar.

Maria José de Moraes Bonin,⁴⁴ assistente social antecessora de Paula Forster na Secretaria Municipal de Educação, coordenou a elaboração do “*Plano de Intervenção do Serviço Social junto aos Centros Infantis*”. O Plano trazia a idéia de integração, engajamento e participação, envolvendo como sujeitos a família, a criança e os funcionários das creches. Atribuía, ainda, os problemas de participação da família na creche, à falta de diálogo entre a equipe técnica e administrativa. Era preciso desenvolver um trabalho de integração, envolvendo a criança, a família e os funcionários, sob a coordenação de assistentes sociais. Os projetos eram relacionados a temas voltados para a saúde, educação, trabalho, família e infância.

Os assistentes sociais também deveriam desenvolver ações para qualificação dos funcionários das creches que se concretizaram através do Projeto: “*Perspectivas de trabalho entre técnicos e funcionários*”.

Com a LDB (1996), que insere no quadro das creches novos profissionais da educação e amplia o atendimento à população, modifica-se a perspectiva de trabalho do assistente social. A Secretaria Municipal de Educação destina a esse profissional a condição de “eleger” as crianças que seriam atendidas nas creches. Caberia ao assistente social “saber o número de vagas existentes na creche como um todo, bem como de cada ala, ou seja: Berçário, Maternalzinho, Maternal, Jardim e Pré; para que através de entrevista com a mãe possa (sic) saber da elegibilidade ou não do caso”.⁴⁵

O assistente social deveria esclarecer as mães sobre as funções e os procedimentos da creche: orientar, encaminhar e levantar recursos junto à comunidade para atender às necessidades das crianças, famílias e funcionários. A dinâmica dos atendimentos às famílias acontece no “plantão social”. O assistente social preenche formulários, ouve a história de vida das famílias. Essas recebem orientações que induzem à conformação da família, de que só terá a vaga para seu filho, após aguardar a chamada da longa “lista de espera”. Se conseguir a vaga, a família precisa enquadrar-se no Regulamento⁴⁶ da creche.

Essa prática tornou-se legítima nas creches. Garante a manutenção do poder da Secretaria Municipal de Educação que consegue, desse modo, gerenciar os problemas de falta de vagas nas

⁴⁴ Maria José Bonin era assistente social do Serviço Social Municipal. Coordenou a equipe de assistentes sociais de creches na década de 90.

⁴⁵ Serviço Social Municipal. Histórico do Serviço Social Municipal nos Centros Infantis. Limeira: 1991.

⁴⁶ Elaborado por diretores e assistentes sociais, o regulamento prevê o disciplinamento da família; apresenta as normas e regras de funcionamento da escola e, as advertências em caso de não cumprimento.

creches, impedindo qualquer mobilização das famílias para reivindicar o atendimento de seus direitos.

A criação do Serviço Social Escolar não mudou esse quadro, pelo contrário, ampliou a equipe de assistentes sociais para atender a todas as creches de Limeira, expandindo-se para as escolas de ensino fundamental.⁴⁷

A preocupação com a “contenção popular”, que não é nova, vem desde o período de expansão das políticas higienistas (ROCHA, 2003; COSTA, 1989), foi observada no final da década de 1960, quando o município de Limeira não possuía um sistema de serviço social municipal para lidar com as questões sociais. Todos os atendimentos eram feitos no Gabinete do Prefeito, na tentativa de “minimizar os problemas, como o desemprego, a exploração da mão de obra, o déficit habitacional, as favelas, a falta de saneamento básico e de atendimento de saúde”.⁴⁸

A aglomeração de pessoas no “Gabinete”, em busca de atendimento era intensa. Era preciso buscar alternativas para tanta procura. Foi assim que surgiu o Serviço Social Municipal, época em que também se verificaram as primeiras mobilizações para criação da Faculdade de Limeira (ISCA Faculdades), com oferecimento do curso de Serviço Social, de Sociologia, Contabilidade Atuária, Administração e Economia.

Os primeiros serviços sociais básicos foram implantados pela figura campineira de Marilene Ramalho, que coordenou o Centro de Assistência Social (CASLI) do município, com o objetivo de detectar os problemas sociais da cidade por meio do trabalho de profissionais da área. Desenvolveu os projetos: Centro de Coordenação de Entidades Sociais; Patrulheiros – posteriormente nomeado por Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro de Limeira; o Clube das Mães e o Clube do Escovinha. O Clube das Mães oferecia cursos que eram levados aos bairros e o Escovinha era voltado para os engraxates. Marilene implantou, ainda, o projeto “Operação Arrastão, que recolhia mendigos, ciganos e pedintes das ruas; criou ainda o PLIMEC (Programa de Integração do Menor e Família na Comunidade), que oferecia atividades extracurriculares para os alunos, em forma de Centro Comunitário e a Pastoral da Criança”.⁴⁹

⁴⁷ Até 1993, um total de sete assistentes sociais atuava nas creches. Em 2009, este número saltou para trinta assistentes sociais, sendo dezessete para as creches e treze para escolas de educação infantil e ensino fundamental.

⁴⁸ Depoimento de Margarida Maria Chizzotti Boni. In: Jornal Gazeta de Limeira, abril, 2008.

⁴⁹ Ceprosom: 40 anos contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico de Limeira. In: Jornal Gazeta de Limeira, abril, 2008.

O Serviço Social Municipal também cuidava da medicina preventiva, pois ainda não existia a Secretaria de Saúde. Desse modo, os atendimentos à população considerada carente, antes oferecidos pelo Gabinete do Prefeito, por entidades e igrejas, passaram a ser estruturados a partir da criação dessa autarquia na Prefeitura.

1.6. A legitimação no segmento educacional

Com o número insuficiente de vagas nas creches e muitas reivindicações das famílias que chegavam à Secretaria Municipal de Educação, o assistente social serviu como dispositivo “pacificador” dessa população. O atendimento da população diretamente nas creches favorecia o seu não comparecimento às dependências da Secretaria, situação que manteria a “harmonia” na região central, sem chamar a atenção para a problemática da falta de vagas, que comprometeria os interesses do grupo político.⁵⁰

O primeiro concurso público, que viria formalizar o trabalho dos assistentes sociais para o segmento educacional, aconteceu no ano 2000. Seriam atribuições do assistente social:

Fazer cumprir a política de Assistência Social no município, em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social, identificando necessidades e prioridades através do diagnóstico do município. Elaborar e executar o Plano Municipal de Assistência Social, através de programas, projetos e serviços direcionados à população em situação de vulnerabilidade social. Prestar serviços de âmbito social, individualmente e/ou em grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais e sociais, aplicando métodos e processos básicos do serviço social. Executar quaisquer outras atividades correlatas à sua função, determinadas pelo superior imediato.⁵¹

Para tanto, no final de década de 90, verificou-se que no processo transferência de professores do Estado para o município, “surgiu” como novidade o cargo de Assistente Social.⁵²

⁵⁰ Situação observada nas conversas informais com os assistentes sociais do setor.

⁵¹ Descrição de cargos. Edital nº 001/2000 da Prefeitura Municipal de Limeira. A mesma descrição é observada no concurso público de 2004 da Prefeitura Municipal de Limeira e do Centro de Promoção Social (antigo Serviço Social Municipal).

⁵² O Projeto de Lei nº 32 de 11 de dezembro de 1997, foi apresentado na Câmara Municipal pelo Prefeito Municipal Pedro Teodoro Kuhl. A Lei criava cargos nas Secretarias Municipais da Educação, da Saúde, da Fazenda e da Administração. Seu projeto previa a criação de 1682 vagas distribuídas em 15 cargos: assistente social, professor II e III, secretário de escola, inspetor de alunos, orientador de merenda, auxiliar geral, escriturário, monitor, agente fiscal,

A chegada do assistente social na rede de ensino municipal não foi tão tranquila. O Projeto de Lei previa salários mais altos para os assistentes sociais do que os demais cargos.⁵³ Pode-se pensar, ainda, que esses profissionais detinham as melhores condições de trabalho. A princípio nas creches e posteriormente nas escolas, ocupavam uma sala individual, justificada pela necessidade do *sigilo dos atendimentos às famílias*.

Muitas escolas, já sem estrutura suficiente, viam-se obrigadas a desocupar uma sala, “apertando” em outra o Diretor, Vice-diretor e Coordenador Pedagógico. Com o tempo, creches eram projetadas, prevendo a construção de uma sala para o assistente social. Outra modalidade escolar que também destinava o “lugar” do assistente social eram os Centros de Educação Infantil e Ensino Fundamental, inaugurados a partir do ano de 2006. As salas eram equipadas com telefones e computadores ligados à internet. Uma situação que provocava mal-estar entre os funcionários que disputavam, muitas vezes, um único computador na secretaria da escola.

Como pude vivenciar, algumas escolas não estão mais dispostas a conviver com essa situação. Muitos diretores de escola alegam não ter condições de atender tal estrutura, forçando o assistente social a se “misturar” aos demais funcionários. Não seria um fato a ser comentado, se nas salas de aula, professores e alunos também tivessem equipamento equivalente, já que na atualidade a tecnologia está sendo amplamente disponibilizada, porém essa não era a realidade do serviço público de Limeira.

Mas nem sempre foi assim. No ano de 1997, a Sra. Ana Terezinha Carneiro Naletto, Secretária Municipal da Educação, esteve pessoalmente no plenário na Câmara Municipal de Limeira para responder aos questionamentos dos vereadores, sobre o processo de municipalização do ensino que incluía a contratação de assistentes sociais.

Com a incorporação das creches à Secretaria Municipal da Educação no final da década de 90, havia a necessidade de substituir funcionários terceirizados⁵⁴, como os extintos cargos

técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e auxiliar de farmácia. Os cargos distribuídos para professor I, II e III, com 512 vagas, seguido de 450 para auxiliar geral, 350 para monitor, 50 vagas para assistentes sociais, 50 para inspetor de alunos e mais 50 para cargos de auxiliar de enfermagem.

⁵³ Os salários eram previstos de acordo com os Anexos I e IV da Lei Complementar nº 180 de 30/09/1997 que demonstravam as “escalas de valores salariais” concedidas aos servidores. Quanto aos salários de cada cargo, o salário referido ao assistente social era o mais alto dentre os cargos criados pela lei, sendo, por exemplo, 96% maior que o salário para professor (grau A) de ensino fundamental (1ª a 4ª séries).

⁵⁴ Os funcionários terceirizados pertenciam à Empresa de Desenvolvimento de Limeira-EMDEL. Constituída conforme autorização da Lei Municipal nº 1405 de 21 de dezembro de 1973, gestão do Prefeito Municipal Palmyro Paulo Veronesi D’Andrea, sociedade de economia mista por ações, com a participação majoritária da Prefeitura Municipal de Limeira. Tinha a finalidade de executar programas de desenvolvimento de áreas urbanas no Município de Limeira; execução de programas de recuperação de áreas urbanas em deterioração ou carente de recursos, de

docentes e técnicos.⁵⁵ Com isso, os assistentes sociais só poderiam continuar na rede de ensino se estivessem ligados à Secretaria Municipal de Educação. Mesmo assim, o Centro de Promoção Social Municipal - CEPROSOM⁵⁶ custeou os assistentes sociais nas creches até o ano 2000.

No cenário da municipalização do ensino em Limeira, também se constata junto à aprovação dessas leis, a “criação, regulamentação, composição, funcionamento e atribuições” do Conselho Municipal de Educação e da criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.⁵⁷

Neste sentido, de acordo com as preocupações citadas pelo Prefeito Pedro Teodoro Kuhl (PSDB), em 1997, Limeira passava por transformações em sua estrutura política e administrativa, com a expansão das Secretarias Municipais de Educação e Saúde, a partir da necessidade de “propiciar e dar continuidade ao ensino a todas as crianças e adolescentes residentes no município, possibilitando um maior controle na evasão escolar no município” e da “necessidade de instalar no município de Limeira novos Postos de Saúde 24 horas, com objetivo de levar a toda população um pronto atendimento na área da saúde”.

Trata-se de um período, no Brasil, de reformas do Estado e da educação marcado pelo processo de descentralização das políticas sociais e educacionais empreendidos pelos governos das décadas de 1990. A política educacional passa a ser orientada por um modelo de descentralização apoiado em princípios mercadológicos e de financiamento das políticas públicas. Por outro lado, as reivindicações dos movimentos sociais pelo ensino público e de qualidade, amplia as formas de participação da sociedade civil intensificando a demanda nesse segmento.

Com isso, iniciou-se uma mobilização dos assistentes sociais no sentido de garantir a sua presença no espaço escolar vinculados à Secretaria da Educação, procurando na legislação educacional uma via que possibilitasse a sua inserção e permanência no quadro de funcionários da Educação.

Pensando ter garantido seu “lugar” na rede de ensino de Limeira, através do Decreto, o Serviço Social Escolar deparou-se, em 2009, com uma auditoria do Tribunal de Contas na

equipamentos e serviços básicos e execução de programas de desenvolvimento industrial do Município. Foi extinta em 13/04/2005.

⁵⁵ Lei Complementar nº 183, de 22/10/1997.

⁵⁶ Antigo Serviço Social Municipal.

⁵⁷ Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Limeira, de 22/09/97.

Prefeitura de Limeira, que questionou junto ao Prefeito a utilização de verba da Educação para pagar os assistentes sociais, sendo que estes não são considerados profissionais da carreira do magistério. Na legislação nacional, em especial o FUNDEB⁵⁸ e o FUNDEF,⁵⁹ esses profissionais não poderiam ser custeados com verba pública da educação.

Diante da impossibilidade de serem custeados com a verba desses fundos, os assistentes sociais do Serviço Social Escolar, temem o seu remanejamento para outros setores como para Secretaria Municipal de Saúde ou para o Centro de Promoção Social Municipal e, com isso, inviabilizar a conquista desse campo de trabalho.

Embora estes temas ainda permeiem os debates desses profissionais, não pretendemos discutir a estrutura e a organização dos referidos setores. Nosso interesse, uma vez que o Serviço Social Escolar existe, é pensar sobre sua criação, os caminhos percorridos, as pessoas envolvidas no processo, tentando ultrapassar o olhar salvacionista presente na produção de seus discursos oficiais.

1.7. A expansão do serviço

A criação do Serviço Social Escolar vem “*nomear*” um serviço que, desde 1968, já existia no município, mas se modifica e se ajusta com o tempo. Embora as evidências revelem que o trabalho de assistentes sociais nas creches de Limeira é antigo, a atuação desses profissionais só se expande e ganha dimensão como referência, a partir da criação de uma estrutura própria que se propunha a intervir nas questões sociais nas escolas e nos centros infantis.

Com a realização do primeiro concurso público, em 2000, o Serviço Social Escolar ampliou sua atuação, até então restrita às creches, passando a desenvolver ações nas escolas de educação infantil e ensino fundamental. Os assistentes sociais contratados nesse concurso substituíram as assistentes sociais do Centro de Promoção Social Municipal⁶⁰. Assim, a Prefeitura de Limeira, criou três espaços de atendimento à população usuária de serviços sociais: pela via dos programas de assistência social, administrados por assistentes sociais do Centro de Promoção

⁵⁸ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

⁵⁹ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

⁶⁰ Por esse mesmo concurso, houve a contratação de assistentes sociais para a Secretaria da Saúde do município.

Social;⁶¹ pela via da saúde por meio de assistentes sociais da Secretaria da Saúde; e pela via da Educação, através do Serviço Social Escolar.

Com o número de profissionais ampliado e o aumento dos atendimentos às famílias, o Serviço Social Escolar saiu de uma sala na Secretaria da Educação e se mudou para uma casa, nas proximidades do prédio da Secretaria. As instalações onde se aloja um dado órgão revelam o lugar social desse órgão. A casa do Serviço Social, uma casa mais antiga, de esquina, ampla, ganhou mobília e recursos materiais para funcionar. Conforme lembrança da coordenadora Paula Forster, “*a janela da casa dava de frente para a sala da secretaria da educação*”. Esta referência denuncia o status do serviço de então. Pouco tempo depois, outra casa foi alugada, passando a ser a Sede do Serviço Social Escolar, até meados de 2010. Também a poucos metros da Secretaria da Educação, a casa era comentada por se parecer com um labirinto, dividida por corredores, salas, janelões de vidro e de madeira. Os detalhes de acabamento eram o que nos chamava atenção, com torneiras em formato de peixe, azulejos decorados e coloridos.

Recordo-me de que existia um espaço para os assuntos reservados. Descia-se um lance de escada no corredor externo da casa, ao lado da cozinha, e debaixo de uma pequena cobertura que dava para uma espécie de arquivo morto, estavam dispostas algumas cadeiras, onde nas horas de intervalo se sentavam as assistentes sociais, a conversar reservadamente.⁶²

Juntamente com todos os setores da Secretaria Municipal de Educação, no final de 2010, o Serviço Social Escolar mudou novamente de endereço.

A Prefeitura Municipal de Limeira⁶³ reformou e cedeu à Secretaria Municipal de Educação um prédio de dois andares construído junto a um bosque. Além do bosque, pelas janelas vêem-se pessoas caminhando, praticando exercícios ao entorno do prédio.

A nova Secretaria Municipal de Educação, além do amplo espaço que oferece aos seus setores agrega à sua estrutura o Teatro Nair Bello. Na entrada, existe um prédio anexo que foi inaugurado como Museu da Joia de Limeira, com terraço e serviço de café.⁶⁴

⁶¹ O Centro de Promoção Social Municipal, como autarquia, realizava seus próprios concursos públicos.

⁶² Depoimento da pesquisadora.

⁶³ A prefeitura é dirigida por Silvio Felix (PDT), administrador de empresas, eleito por dois mandatos. Foi vereador e secretário dos transportes. Casado com a empresária Constância Berbet Dutra que foi presidente do Centro de Promoção Social, candidata a deputada federal e assumiu em 2011, a chefia de gabinete da vice-presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo.

⁶⁴ Limeira tem a maior concentração de produção de joias e bijuterias da América Latina. Jornal O Limeirense. Disponível em <http://www.olimeirense.com.br>. É importante salientar que enquanto a Secretaria Municipal de Educação divulga as empresas de joia de Limeira, existe uma investigação do Ministério Público que aponta indícios

Neste espaço o Serviço Social Escolar ganha salas amplas e mobília nova. O diferencial está no espaço criado para o “Projeto Familiando”, de que trataremos mais adiante, onde será montada uma cozinha experimental e outros cursos para as mães de alunos do projeto. A estrutura impressiona e corrobora a consolidação do setor na Secretaria Municipal de Educação.

Essa expansão do Serviço Social Escolar decorre da entrada dos assistentes sociais nas escolas de ensino fundamental. Com o atendimento garantido em todas as creches municipais, sendo 17 creches e 17 assistentes sociais, Paula Forster relatou em entrevista, que Ana Terezinha Naleto desejava ampliar o atendimento para as escolas.

Aproveitando a participação no Programa Limeira Saudável⁶⁵, Paula Forster e a assistente social Cláudia Salviatto fizeram a proposta de atuar na escola do bairro onde acontecia o Programa. Permanecendo nessa escola por um ano e meio, Cláudia Salviatto delineou a prática dos assistentes sociais nesse segmento. Posteriormente, foi convidada para assessorar Paula Forster, na sede do Serviço Social Escolar.

E, assim, se vislumbrava a possibilidade de ampliar a atuação de assistentes sociais para mais escolas. Diante de tantas escolas, não haveria número suficiente de assistentes sociais. Uma das primeiras estratégias para ocupação dessa função nas escolas foi dividir as horas de trabalho⁶⁶ dos assistentes sociais entre as creches e as escolas. Assim, os assistentes sociais permaneceriam, por exemplo, três dias trabalhando nas creches e outros dois dias em escolas. As primeiras escolas a receberem esse serviço localizavam-se na periferia, mas não exclusivamente nela. Havia também diretores que, tomando conhecimento desse serviço, começaram a solicitar a presença do assistente social em suas escolas.

Esse movimento causou desconforto no grupo de assistentes sociais que atuavam nas creches. Os profissionais ao chegarem às escolas se deparavam com uma estrutura diferente daquela das creches, onde se haviam consolidado algumas práticas, e estava garantida uma rotina segura de trabalho. Nas escolas, os assistentes sociais deveriam produzir o seu próprio reconhecimento em um ambiente hostil, onde os professores têm em alta conta a sua imagem e o seu lugar na instituição.

de trabalho infantil envolvendo as empresas desse segmento. Isso gerou, em 2009, o Termo de Ajustamento de Conduta obrigando o município a criar uma Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil que tem como membros servidores públicos, inclusive dessa Secretaria.

⁶⁵ O Programa seguia as diretrizes do Programa de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis idealizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde⁶⁵, que divulgava como objetivo “alcançar a melhoria da qualidade de vida da população, integrando o Poder Público e a sociedade em geral”.

⁶⁶ A carga horária dos assistentes sociais de Limeira é de 30 horas semanais.

Aos poucos, esses assistentes sociais demonstraram sua insatisfação nas escolas, pedindo desligamento e retornando ao espaço seguro, nas creches. Segundo relatos que ouvi dos próprios assistentes sociais, a relação com alguns diretores era difícil, especialmente pela falta de reconhecimento da profissão de Serviço Social. Havia, ainda, a contradição entre o saber tradicional do profissional do Serviço Social, que é assistencial, e o projeto de educação, que se pretende voltado para a construção da autonomia.

Assim, apesar do rápido crescimento do número de assistentes sociais contratados pela Secretaria da Educação, não havia atendimento suficiente para toda a rede de ensino municipal, nos moldes de um profissional para cada escola, como já ocorria nas creches.

A análise das fontes documentais permitiu elaborar o quadro a seguir que mostra a ampliação do quadro de assistentes sociais no segmento educacional de Limeira de 1991 a 2009, ou seja, antes e depois do processo de municipalização.

Quadro II – Expansão dos assistentes sociais no segmento educacional de Limeira	
Ano	Nº de Assistentes Sociais
1991 -1994	8
1995-1999	16
2001	18
2002 – 2005	22
2006	30
2008	31
2009	39

Fonte: Planos, projetos e relatórios analisados.

Observa-se que o quadro de assistentes sociais no segmento educacional aumentou 487,5% de 1991 a 2009. No entanto, apesar da existência de uma mobilização a favor de assistentes sociais nas escolas, é nas creches que o trabalho tem sido priorizado, conforme o Quadro III:

Quadro III - Assistentes sociais na rede municipal de Limeira em 2009			
Modalidade	Rede pública municipal	Unidades atendidas pelo SSE	Nº de assistentes sociais*
Centro Infantil	17	17	17
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental	36	14	07
Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental	07	07	07
Escola Municipal de Educação Infantil	17	-	-
Educação de Jovens e Adultos (EMES)	01	-	-
Total	60	38	31

* Em 2009, cinco assistentes sociais ficavam na sede do Serviço Social Escolar em funções de coordenação e assessoria. Três assistentes sociais atuavam em projetos no Centro de Promoção Social Municipal.
Fonte: Arquivo pessoal.

Apesar de ouvirmos queixas de assistentes sociais das escolas sobre o elevado número de atendimentos que realizam, nos documentos do Serviço Social Escolar não há a preocupação com uma distribuição que relacione número de famílias por assistente social, como sugere a entidade representativa desse tipo de profissional.

O atendimento se concentra em escolas de regiões periféricas; no entanto, algumas escolas municipais centrais possuem assistentes sociais encarregados da seleção das famílias a serem assistidas pelo sistema municipal que não alcança a cobertura total de vagas nas creches. No caso das escolas de ensino fundamental, tais profissionais são chamados para o “tratamento” e encaminhamento dos chamados “alunos-problema”.⁶⁷ Vale ressaltar que, nessas escolas centrais, a maioria das crianças matriculadas são filhos de mães que trabalham no centro da cidade, em casas de família e no comércio.

Sem abordarmos aqui os serviços prestados pelos assistentes sociais, o que ocorrerá no capítulo 2, pode-se dizer que era frequente o recebimento de Ofícios dos diretores de escolas solicitando a intervenção de assistente social. Esses Ofícios continham tanto a solicitação de uma assistente social permanente para a escola, como o pedido de intervenção pontual, em algum caso

⁶⁷ Essa categoria equivocada de “aluno-problema” será aprofundada no capítulo 2.

específico relacionado a algum aluno e sua família. Muitos diretores descreviam no documento a situação do aluno considerado “problema” e aguardavam o parecer do assistente social sobre o caso. Podem-se encontrar nesses arquivos, vários ofícios sobre uma única criança.

Em meio a tantas solicitações, com a divulgação entre os diretores de escolas sobre a possibilidade de prestação de serviços sociais nas escolas, somado ao fato de o Serviço Social Escolar ser representado e defendido por Paula Forster, este se projetava na Secretaria da Educação.

Os objetivos do setor podem ser observados no *Plano de Implantação do Serviço Social Escolar na Secretaria Municipal da Educação de Limeira*, de 2001, cujo Plano previa: o atendimento social a toda rede de ensino como suporte às escolas; o desenvolvimento de projetos que proporcionassem uma “melhor integração, colaboração e resultados, entre educadores, família e comunidade”; ações para “esclarecer a população usuária sobre a política de ação das Unidades Escolares e as demais políticas públicas”.

Apresentava, ainda, a necessidade de integrar e motivar as “equipes internas” de trabalho dos Centros Infantis e Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental; “buscar a interdisciplinaridade da Direção Escolar”; e “estimular a integração entre pais (usuários) e a equipe de trabalho das unidades escolares da rede municipal de ensino através de um processo de definição de papéis”.

Outro objetivo consistia na oferta de palestras que trazem como temas: “A prevenção da violência doméstica infantil”, “A prevenção de deficiências físicas, mentais e sensoriais”, “ECA” (Estatuto da Criança e do Adolescente), “Limites e Afetividades”, “Planejamento familiar”, “entre outros que se fizerem necessários à realidade escolar ou sugeridos pelos pais”.

Já o último objetivo contemplado no Plano, dedicava-se a

propiciar a integração da família na rede escolar, oportunizando vivências que formem valores e quebrem paradigmas, fortalecendo a sua identidade e auto-estima, assim como possibilitar a auto-sustentação (das famílias), alavancando conquistas no sentido da cidadania plena. (2001, p.2)

Esses objetivos indicavam uma percepção social que se constituía sobre a escola e as famílias “usuárias” desse serviço. A prática social prescrita do Serviço Social Escolar acabou por

produzir uma noção compensatória⁶⁸ desse trabalho que passou a interessar o grupo de políticos e suas relações. Falamos da tentativa do Serviço Social Escolar de compensar as deficiências das crianças, sua miséria, sua pobreza, a negligência de suas famílias, como projeto alinhado ao discurso da educação escolarizada. Um discurso que trata como papel da educação a correção das desigualdades sociais e econômicas (ABRANTES, 1994).

Destarte, esse serviço acaba, muitas vezes, dividindo, confundindo e neutralizando qualquer tipo de ação reivindicatória no segmento educacional. Em Limeira, por exemplo, existe, como na maioria dos municípios brasileiros, a constante falta de vagas nas creches, transporte escolar deficiente, material escolar insuficiente, enfim, muitas situações que habilitariam uma mobilização dos pais. E, nesse sentido, o assistente social aparece como o personagem oficial para “tratar” o problema, garantindo a imagem de eficiência da Secretaria Municipal de Educação, promovendo a Qualidade da Fundação Limeira e os profissionais formados no curso de Serviço Social do ISCA Faculdades, assim vai o Serviço Social Escolar avançando.

A Secretaria Municipal de Educação atendeu às solicitações do Serviço Social Escolar, realizando mais dois concursos, em 2004 e 2010. Ora, para acompanhar a expansão desse serviço que congrege os interesses de vários grupos, como já demonstramos, havia de se atribuir mais profissionais e garantir os interesses em jogo.

De fato, a apresentação dos recursos humanos e físicos despertava o interesse de representantes de outros municípios em conhecer o trabalho realizado em Limeira, já que se costumava saber das condições precárias de trabalho dos assistentes sociais e demais funcionários públicos. Ao visitar a sede do Serviço Social Escolar, tinha-se a impressão de estar numa empresa, com computadores com banda larga disponíveis em mesas individuais para os funcionários. Cadeiras acolchoadas, estantes e armários organizados, quadros de aviso decorados, entre outros detalhes. O espaço ostenta um padrão visual e uma infraestrutura muito diversa daquela do serviço público em geral e da área de educação em especial.

O Serviço Social Escolar como um setor da Secretaria Municipal de Educação, participava da distribuição de verbas e por esse motivo suas requisições eram atendidas com prioridade, possibilitando à Coordenadora a modernização de todo o setor. Condições bem diferentes eram as das assistentes sociais da Saúde e da Assistência Social que, sem

⁶⁸ Ver Paulo Roberto Abrantes. O Pré e a Parábola da Pobreza. In: Caderno CEDES. Educação pré-escolar: desafios e alternativas. Nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

intermediários no espaço central de poder no município, encontravam-se em condições de trabalho inferiores.

Ainda centrado no jargão da Qualidade Total, o Serviço Social Escolar renomeou suas ações passando a dividi-los em “processos de trabalho”.⁶⁹ Com o discurso de “aproximar a comunidade escolar e a família, promovendo a comunicação eficiente e o estabelecimento da confiança, respeito e participação mútuo”, o setor realizava alguns processos como o Plantão Social; Reunião com pais; Reunião com a equipe; Visita domiciliar; Capacitação da equipe escolar; Atendimento individual a funcionários; e Encaminhamentos.⁷⁰

Também para divulgar “as conquistas da organização” a assistente social Cláudia Salviatto, realizava “os contatos com instituições que gostariam de conhecer o Serviço Social Escolar”. A construção da imagem positiva do serviço, como se pode notar, é parte das atribuições desses profissionais alocados no órgão central.

Analisando os processos de trabalho usados para divulgação pelo Serviço Social Escolar, verifica-se a ênfase na prática centrada na família, seja no atendimento individual ou coletivo, como, por exemplo, o plantão social, as visitas domiciliares, as reuniões de pais e os projetos com mães.

No que se refere ao trabalho coletivo com funcionários e professores, os assistentes sociais foram inseridos no Projeto PAC – Processo de Aperfeiçoamento Contínuo, coordenado pelo Centro Municipal de Estudos Pedagógicos da Secretaria da Educação (CEMEP).⁷¹ O projeto expressa o novo discurso que se expande no âmbito nacional e estadual, por valorização da educação e de seus profissionais. É desenvolvido mensalmente nas escolas, com previsão em calendário escolar com suspensão de um dia das aulas nas creches. Com a finalidade de oferecer aos professores e funcionários momentos de formação profissional, o assistente social participa ministrando minipalestras sobre temas sugeridos pela direção escolar.

O projeto considerado como “carro-chefe” do Serviço Social Escolar funcionou de 2001 a 2008⁷² com o nome de “*Projeto Arco-Íris*”, posteriormente, renomeado para “*Familiando: de mãos dadas com a família*”. Foi idealizado e elaborado pela Coordenadora do Serviço Social

⁶⁹ Tal estruturação segue as diretrizes da qualidade total que foca organização, planejamento e controle.

⁷⁰ In: Relatório de Gestão do Serviço Social Escolar, 2003.

⁷¹ O CEMEP recebeu em 2003 o Selo Bronze do Prêmio Fundação Limeira. Mantém como membro do Comitê Executivo da Qualidade, a funcionária Adriana Dibbern Capicotto.

⁷² Reportagens divulgadas no jornal local sobre o lançamento anual do projeto.

Escolar Paula Forster e sua assessora Cláudia Salviatto para atender 120 mães que mantêm seus filhos matriculados nas creches e escolas municipais.⁷³

O Projeto era organizado anualmente, com participações semanais das mães. As mães assíduas do projeto conquistavam o “direito” de participar da última atividade de lazer, geralmente, num parque aquático.

Até 2008, o Projeto Familiando atuou em quatro áreas: “realização de grupos reflexivos”⁷⁴; ações socioeducativas sobre temas familiares; ações culturais e de lazer.

Sob o pensamento de “atuar nas relações e vínculos sócio-familiares comprometidos”, tal projeto se empenhava em “oportunizar vivências e reflexões para o estreitamento dos laços familiares; a superação das condições materiais e emocionais” e também “favorecer a emancipação e o auto-sustento, como o fortalecimento da identidade, o resgate da auto-estima e a integração das famílias na unidade escolar”.

São utilizadas fichas para cadastro e desligamento, bem como em cada ação uma ficha de avaliação para posterior aferição, incluindo depoimentos e relatos fornecidos durante os encontros, que servem como parâmetro para verificação se o grupo está atingindo seus objetivos propostos. Os participantes também registram suas opiniões, impressões e seu amadurecimento durante as ações do mesmo, recebendo o feedback ao final antes da data de encerramento e formatura do Projeto.⁷⁵

Os critérios para seleção das mães levavam em conta o interesse para participação no projeto identificado através de entrevistas com os assistentes sociais e visitas domiciliares (*Idem*).

Conforme vivenciei, além da possibilidade de se inscrever no projeto, o assistente social convidava determinadas mães para participar segundo suas características físicas, número de filhos, situação econômica ou “situações-problema”, como por exemplo, as formas de cuidado com a criança ou dificuldade em seguir alguma regra da creche ou escola.

Uma primeira implicação social que esse Projeto evidencia está no sentido de *modelagem e difusão* (UHLE, 1994) do modelo de família burguesa e que se torna eficaz ao apresentar transformações objetivas, como quando as mães “aprendem” formas de sentar, de comer, de se

⁷³ O Projeto Familiando recebia financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo que o município subsidiava 20 % do que era destinado ao Programa.

⁷⁴ As ações do Projeto foram embasadas na teoria dos Grupos Operativos de Henrique Pichon Rivière, após apresentação aos assistentes sociais no seminário “Famílias, Laços e Redes Públicas”, pela professora Rosa Amélia Guimarães.

⁷⁵ A atuação do serviço social junto a famílias de alunos da rede municipal de ensino. In: Congresso Internacional de Serviço Social, 2008.

comportar, de se maquiarem. Ao submeter essas mães ao espaço e às possibilidades do Projeto Familiando, o Serviço Social Escolar passa a atuar diretamente nos seus modos de vida, na sua moral, entre outras. Assim, trata-se de um trabalho político designado de forma oficial pela Secretaria Municipal de Educação para intervir nas famílias.

Neste sentido, o Serviço Social Escolar por meio do Projeto Familiando, sente-se mais importante diante da crença de transformação da família. Sob o discurso de que não se atrela às políticas de assistência, querendo dizer que não distribui recursos, acredita que sua função junto às famílias é socioeducativa.

As noções “grosseiramente formadas” como a de família,⁷⁶ ligam-se ao positivismo do Estado, interessando ao poder público dar “soluções” aos problemas sociais através de “medidas apropriadas” ou, até mesmo, ajudar o poder público a dar a impressão de que pode controlar as situações-problema constituídas na escola, reforçando a representação de um Estado onisciente e onipotente (LENOIR, 1998).

A criação do projeto Familiando se configura como um dos meios de controle e supervisão da vida privada das famílias pobres, através da figura da mãe, aparentemente se projetando como uma “solução normal”.

Nesse processo de naturalização do Serviço Social Escolar de Limeira, o Familiando serviu como estratégia política. Garantiu pela mídia o reconhecimento público desse serviço, corroborando ao objetivo maior do setor de se tornar referencial nacional.

A consagração do Projeto Familiando é observada nas notícias divulgadas nos jornais da cidade. A ideia de realizar uma “formatura”, dando certificados às mães participantes do projeto, reforçava as alianças políticas do Serviço Social Escolar. A cerimônia que era realizada na Câmara Municipal de Limeira, contava com a presença de políticos e dirigentes das secretarias municipais. Sob o discurso de defender essa “causa”, vereadores compareciam ao evento que lhes garantia um “lugar” na rede de alianças, publicizado pelos jornais locais. A Formatura das mães do projeto criava um “consenso público” da necessidade de “tratamento” dessas mulheres sob o disfarce de conquista pessoal.

O uso do termo “tratamento” relaciona-se ao discurso do “Estado Terapêutico” abordado por Christopher Lasch, em que os “direitos” se constituem na imposição de regras e regulamentos

⁷⁶ Ver estudo de Christopher Lasch que aborda a destrutiva influência de certos planos de ação das chamadas profissões assistenciais sobre a família contemporânea. In: Refúgio num mundo sem coração. A Família: santuário ou instituição sitiada? 1991.

que classifica como doente o indivíduo que “sai da linha” e necessita de tratamento. Segundo Lasch: o Estado “não controla apenas o corpo do indivíduo, mas toda a parcela do seu espírito que é passível de ser ocupada; não apenas a esfera pública, mas até os cantos mais obscuros da vida privada, que antes eram inacessíveis à dominação política” (1991, p.239).

Outros espaços assinalaram a existência social do Serviço Social Escolar. O Instituto Superior de Ciências Aplicadas - ISCA Faculdades – que mantém desde 1970 o curso de Serviço Social sediava as edições dos *Encontros Estaduais de Serviço Social na Educação*.⁷⁷ O resultado foi um volume enorme de visitas de representantes e assistentes sociais de outros municípios para aprender e copiar o modelo de Limeira.

O discurso, que irá permear as edições do evento, é a “discussão sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos no processo educacional”.⁷⁸ O Encontro acontecia no Anfiteatro do ISCA Faculdades⁷⁹ e reunia cerca de 200 participantes entre assistentes sociais, diretores de escola, estudantes do curso de Serviço Social e profissionais interessados no tema de Limeira e da região. Para comprovar o caráter político, também visualiza-se o comparecimento de secretários municipais e vereadores de Limeira.

Cabia à Coordenadora Paula Forster, o papel de promover o Serviço Social Escolar. Paula Forster destacava as vantagens para o Serviço Social de pertencer à Secretaria Municipal de Educação, pela sua estrutura material e política, não revelando efetivamente o trabalho realizado nas escolas.

A escolha do local para a realização do evento significava uma troca de prestígio, de poder simbólico entre o Instituto e o Serviço Social Escolar que teve sua representante, Paula Forster, convidada em 2008, para coordenar o curso superior de Serviço Social; oportunidade que possibilitou juntar ao quadro de docentes do curso, duas assistentes sociais do setor.

O trabalho de enunciação pública do Serviço Social Escolar também se realiza pelos eventos nos quais seus agentes participam. Estes são convidados para participar de seminários e ministrar palestras em cidades do Estado de São Paulo e fora dele como em Minas Gerais e Rio

⁷⁷ Os Encontros Estaduais foram idealizados por Paula Forster e Cláudia Salviatto. Foi promovido por quatro edições (2005-2008).

⁷⁸ In: Encontro estadual discute serviço social na educação. Site da Prefeitura Municipal de Limeira, 2006. Disponível em: <http://www.limeira.sp.gov.br/file/noticia.php?cod=2012>. Consulta em 18/04/2011.

⁷⁹ O Anfiteatro era cedido pela Faculdade mediante autorização da Diretoria.

de Janeiro. A Secretaria Municipal de Educação⁸⁰ também financia a participação de assistentes sociais em Congressos e Conferências de Serviço Social.

Outra forma de enunciação eficaz e que tem sido muito utilizada para divulgar o Serviço Social Escolar são os correios eletrônicos – os e-mails. Circulam na rede digital notícias periódicas do setor que prioriza informar a circulação dos assistentes sociais em eventos e seminários, evidenciando o caráter político de suas ações, ou seja, a prática social não aparece. Assim, o Serviço Social Escolar se legitima e, ao mesmo tempo, a importância política dos problemas sociais se amplia.

Nessa rede de relações é que se torna possível analisar em nosso estudo os interesses e intenções que apontam o lugar destinado ao Serviço Social Escolar na Secretaria Municipal de Educação. Partindo da idéia de Elias, de que nenhuma organização, qualquer que seja a sua natureza ou estrutura, poderá agir individualmente, o Serviço Social Escolar nasce marcado pelas articulações de um pequeno grupo de determinada posição social e de ideais que não podem ser percebidos numa análise homogeneizada de sua estrutura. Suas práticas derivaram de fases e experiências que se gravaram como tradição do Serviço Social Escolar refletindo na sua “autoimagem”.

Nesse processo aparentemente incolor, a existência social desse Serviço não pode ser observada como parte de um processo ordenado, que transcende a relação entre os indivíduos e seus grupos.

Para isso, no capítulo 2, não nos detemos na descrição dos processos de trabalho apontados nos documentos oficiais, onde já se constatou a centralidade do trabalho sobre as famílias. Buscamos apresentar a prática do Serviço Social Escolar, analisando prontuários e fichas de alunos que compõem os arquivos do Assistente Social de uma escola, na tentativa de compreender as situações que nunca se tornaram plenamente claras para aqueles que não compartilham tais experiências.

⁸⁰ A Secretaria Municipal de Educação representada pelo secretário Antonio Montesano Neto, começou a financiar as participações do Serviço Social Escolar em Congressos a partir de 2007, quando o setor teve três artigos aprovados para apresentação.

CAPÍTULO 2

ATENDER, ENCAMINHAR, CUIDAR E CONTROLAR

O constrangimento da mãe levou-a simplesmente a dizer que “sua filha não tinha mais jeito”. No entanto, ao dialogar informalmente com a criança pelos corredores da escola, ela nos revelou que a família estava há seis meses sem água e, por não conseguir nem renegociar a dívida com a prestadora do serviço, a família utilizava água emprestada dos vizinhos e, quando dava, compravam água mineral para fazer a comida. O banho dependia da caridade das pessoas próximas, que permitiam que um ou outro tivesse esse “privilegio”. Funcionários e professores solicitavam providências do assistente social com relação ao mau-cheiro, à falta de higiene e ao desinteresse pelas atividades escolares da menina de 11 anos. Keila vivia isolada, era de poucas palavras, sua carteira ficava num canto ao fundo da sala, distante dos demais alunos. Faltava às aulas constantemente, razão pela qual sua mãe era chamada à escola. Alguns funcionários diziam que a menina passava o dia no centro da cidade, olhando carros e acreditavam que já estava se “prostituído”, pois aparecia, às vezes, na escola com aparelhos celulares e algum dinheiro. (Andréa Zoca, relato de atendimento de caso)

Demonstramos no Capítulo 1, o surgimento do Serviço Social Escolar, evidenciando que a criação desse espaço de trabalho não é uma conquista dessa categoria, como apresentado oficialmente, mas que existem interações, relações, conexões e um jogo de interesses que levam à inserção de assistentes sociais nos espaços escolares. Verificamos a existência de relações de forças que alimentam e validam esse espaço de trabalho, o que torna relevante compreender as práticas dos agentes do Serviço Social Escolar, um setor premiado com o Selo Prata de Excelência na Educação.⁸¹

Em consonância com o discurso do Serviço Social Escolar, de que seus profissionais estão aptos a resolver ou minimizar problemas sociais no segmento educacional, a escola passa a contar com o assistente social para intervir junto às famílias, “para avaliar determinada situação a partir de seu saber peculiar”. Essa prática é similar ao recurso utilizado pelo aparelho judiciário, desde o início do século XIX, que solicita ao profissional com “capital de perícia” – médicos, psicólogos, assistentes sociais – os seus serviços, permitindo ao aparelho judiciário “condenar “com toda justiça” ou renunciar ao processo com boa consciência” (LENOIR, 1998, p.94).

⁸¹ O interesse em verificar tais práticas, resulta também da minha experiência como assistente social desse setor, onde atuei por três anos e quatro meses, sendo metade desse período em escolas de educação infantil e ensino fundamental, e outra metade na sede administrativa, locais onde se evidenciaram as práticas abordadas neste estudo.

Essa perícia, baseada no saber específico do assistente social pode produzir conforme indica Lenoir (1998, p.95), “fatos normativos, classificações e desclassificações que têm estatuto de direito”. Isso implica pensar ainda no processo de estigmatização desses alunos. Há de se pensar nos discursos que contribuem para credenciar a representação dessa família como uma categoria com características específicas, relacionadas principalmente aos efeitos dos “problemas de aprendizagem” ou “comportamento” de seus filhos na escola, da pobreza, da violência, do fracasso escolar, entre outros. Tais discursos, como ainda observa Lenoir, legitimam essa nova forma de intervenção na escola como uma “solução normal” que se impõe como “caráter oficial que lhe dá consagração política e, atualmente, midiática.

O Serviço Social Escolar se inseriu na rede de ensino para trabalhar com “populações” que apresentam “problemas” a serem solucionados fora do âmbito pedagógico e, neste sentido, tem corroborado com a determinação de categorias segundo critérios fisiológicos, sociais ou econômicos. Por exemplo, a noção de “aluno-problema” é difundida no meio escolar e se relaciona aos índices de evasão e baixa frequência escolar e/ou baixo desempenho escolar. Na representação das causas que designam esse “aluno-problema” (GOFFMAN, 2008) há um trabalho que prejudica a natureza dessas causas e acaba por culpabilizar sempre a própria vítima, já que tais crianças são consideradas indisciplinadas, desorganizadas, inquietas, mal cuidadas e de famílias “desestruturadas”.

Deste modo, a escola parece aproximar-se de novas formas de controle e enquadramento com a presença de profissões, como o Serviço Social, que vão se transformando e mudando, trabalhando de forma tradicional, sob o discurso do novo, do mais justo. Cabe-nos perceber como a escola tem sido o “lócus” para realização desse trabalho com a idéia de novidade.

Buscamos compreender as práticas do Serviço Social Escolar, pelo exame de prontuários e fichas de crianças que compõem os arquivos do assistente social de uma escola de educação infantil e ensino fundamental, localizada na região periférica de Limeira. Criada há 14 anos, em 1998, a escola atende 1100 crianças, sendo 300 de educação infantil e 800 de ensino fundamental em dois períodos – manhã e tarde. O quadro de professores não é estável, havendo grande rotatividade desses profissionais. São 44 professores, sendo 12 da educação infantil, 26 do ensino fundamental e 4 da educação especial. A escola conta com a presença do profissional de Serviço Social há 8 anos, desde 2004, período em que passaram pela escola três assistentes sociais. Localizada a 7 quilômetros do centro de Limeira, a maioria das crianças atendidas (90%) são

oriundas do bairro vizinho - um loteamento proveniente de uma ocupação do Movimento Social dos Sem Teto – e outros 10% pertencem a outros seis bairros. São filhos de trabalhadores: auxiliar geral, pedreiro, doméstica, lixeiro, motorista, vigilante, porteiro, trabalhador rural, vendedor, balconista e carpinteiro. Desses moradores, 90% utiliza o sistema público de saúde. A maior parte das moradias são de alvenaria semi-acabadas (82%) e possuem em média entre 3 e 5 cômodos. Nem todas as famílias possuem água encanada e rede de esgoto, fazendo uso de fossas. É um bairro de migrantes provenientes de outras cidades do Estado de São Paulo, de Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco.⁸²

Procuramos a escola pesquisada onde o assistente social nos apresentou prontuários e fichas das famílias e crianças atendidas pelo Serviço Social e que foram produzidos por três assistentes sociais que trabalharam na escola, pelo período de cinco anos consecutivos (2004-2008). Esse material é composto por 50 prontuários e 235 fichas. A leitura preliminar mostrou que os casos ora eram relatados nas fichas dos alunos, ora nos prontuários das famílias. Um exame mais apurado mostrou que tanto as fichas como os prontuários foram usados aleatoriamente. Assim sendo, percebemos que a classificação de fichas e prontuários não poderia ser temporal, e pela sobreposição de um em relação ao outro fica inviabilizada qualquer análise estatística mais fina. Trabalharemos, portanto, com números diferentes para as famílias e para as crianças, sendo 283 famílias que correspondem à 301 crianças com idade entre 4 e 11 anos.

A análise dessa documentação rica, mesmo que incompleta, indica a existência de uma prática encaminhamentista que não denuncia o processo de normalização e ajustamento destinado às famílias dos alunos considerados problema, conforme pudemos observar, assim como não elabora uma reflexão sobre os problemas levantados pelos professores, em relação aos alunos.

Com base no material pesquisado construímos as duas tabelas (A e B), anexas. A tabela A apresenta as 235 fichas de atendimento dos alunos e a tabela B corresponde aos 50 prontuários. A divisão foi necessária porque, no período de 2004 a 2007, muitos atendimentos foram registrados em fichas que traziam apenas o nome da criança, dos pais e o motivo da queixa do professor. Na mesma ficha, o assistente social anotava as providências do atendimento. Já os prontuários possuem uma documentação mais extensa: em princípio é a mesma ficha anterior que é guardada num envelope trazendo na capa o nome da mãe e a relação das crianças que estão matriculadas naquela escola. Nesse envelope, encontramos, ainda, os encaminhamentos realizados, relatórios

⁸² Dados da pesquisa social do Plano Gestor (2007-2010) da escola pesquisada.

para o conselho tutelar, relatório de avaliação da criança emitido pela Instituição à que foi encaminhada, atestados médicos, ou seja, um dossiê da família e da criança.

Os indivíduos dessas famílias podem ser simultaneamente designados como: desempregados, viciados, famintos, sujos, “desestruturados”, vagabundos, delinquentes, ou outras mais. Tais imagens impõem aos agentes desse serviço pensar sempre na família pobre como um problema social, isto é, “um problema que remete às suas condições de existência e, em último lugar, ao seu direito de existir” (LENOIR, 1998, p.77).

Cabe aqui dizer pela leitura dessa documentação, que a prática cotidiana do assistente social privilegia as providências imediatas. A maioria dos relatos é breve, com uma avaliação rápida da família e logo o seu “prognóstico”. Tal atitude é justificada pela grande demanda de trabalho. O assistente social muitas vezes faz um sistema de revezamento entre duas ou mais escolas. Considerando que tem à disposição das escolas quatro dias na semana, pois um dia é destinado à reunião técnica na sede do Serviço Social Escolar, sobram dois dias úteis para cada escola. Isso, se o mesmo assistente social não estiver envolvido em outras atividades como a participação em conselhos de direitos, comissões, grupos de trabalho, atividades para as quais precisa destinar pelo menos duas saídas por mês.

Com isso, podemos pensar sobre a ausência de informações a respeito da família a propósito de sua composição, escolarização, renda, profissão, idade, que não nos permitiu elaborar um estudo mais detalhado das famílias pesquisadas. Tais informações podem ser descartadas, segundo ouvimos de um assistente social, afinal “*não se trabalha com nenhum tipo de programa de transferência de renda, pois o foco é sócio-educativo*”. Algumas dessas informações apareceram quando se tratava de avaliar se determinada família precisava de material escolar, ou seja, se a família conseguia comprovar sua pobreza.

Diante dos problemas descritos e tipos de encaminhamentos constantes nos documentos, entendemos que as práticas instituídas pelo Serviço Social Escolar subentendem: a *transferência de responsabilidade da família para o Estado; o apagamento da legitimidade pedagógica da escola; o descrédito da criança e da família, o controle e a invasão de privacidade das famílias dos alunos atendidos*. A fim de garantir o sigilo das informações, foram preservadas as identidades das crianças, das famílias, dos professores, dos assistentes sociais e da escola pesquisada.

2.1. Transferência de responsabilidade da família para o Estado através dos agentes sociais – perda da autonomia familiar.

A transferência de responsabilidade da família para o Estado como estratégia de manutenção da ordem, submeteu as famílias aos saberes oficiais de especialistas para dar conta da saúde e do bem estar de seus membros. Essa transferência, no entanto, não se efetiva como veremos, pois, se trata apenas de um conjunto de remanejamentos dos indivíduos sem que se chegue às raízes dos problemas. O assistente social a partir de seu saber oficial é reconhecido pela escola como um profissional habilitado para lidar com os problemas cotidianos das famílias pobres. Este por sua vez, fará aconselhamentos, ameaças e encaminhamentos que ao final do processo retorna o problema para a família. Essa prática tende a esvaziar os pais de suas competências para criar e educar seus filhos, pois sugere que ao não ter condições de resolver os problemas escolares de seus filhos, necessitam recorrer aos especialistas. Entretanto os especialistas se mostram tão incapazes quanto às famílias (LASCH, 1991).

O quadro a seguir apresenta, resumidamente, as situações em que o assistente social é chamado pelos professores para realizar seu trabalho mais efetivamente e o número de registros em que essas situações são evidenciadas:

Quadro IV - Motivos dos encaminhamentos para o assistente social*		
Motivos	Situações	Número de Registros
Aprendizagem	<i>Quando a professora considera que o aluno apresenta: desempenho aquém do esperado, dificuldade na realização de atividades, falta de coordenação motora. Dificuldade ao realizar as tarefas, desempenho diferente do seu grupo, consegue ler, mas não é capaz de escrever, está em defasagem com relação à classe. Encontra-se no nível alfabético, tem dificuldade em produzir textos, problema de aprendizagem grave, não termina as lições. Não sabe números, está aquém do esperado para a sua idade cronológica, é lento para realizar as atividades, não consegue aprender, seu raciocínio matemático é lento, não conseguindo realizar com tranquilidade adição e correspondência, evolui pouco. Tem dificuldade para se concentrar, apresenta defasagem na escrita, não conhece números. Problema de motricidade. Apresenta idade motora abaixo da idade cronológica. Não sabe utilizar o caderno (noções espaço temporal).</i>	82

Continua na página 51

<i>Continuação da página 50</i>		
Comportamento	<i>Quando a professora considera que o aluno se envolve em briga, fala pouco, é emotivo, apático, inseguro, hiperativo, agressivo. Não tem tolerância. Não consegue seguir normas e regras, é desorganizado, desatento, descuidado, fala muito baixo e com dificuldade ou não fala; indisciplinado, perde material escolar, é disperso, apresenta sexualidade aguçada, comportamento inadequado, comportamento sarcástico, fala sozinho, comportamento estranho, mantém-se isolado.</i>	73
Aparência/Higiene	<i>Quando a professora, diretora, coordenadora ou merendeira considera que o aluno apresenta: Problemas de higiene, pediculose (piolho). Apresenta-se sempre sujo, mal cuidado, tem problemas com higiene pessoal, vem vários dias com a mesma roupa, usa roupas comprometidas (rasgadas e velhas, apresenta-se sempre sem cuidados pessoais). Possui manchas na pele, anda sempre com o cabelo desarrumado e mal vestida. Há suspeita de que a criança se arruma sozinha, não usa agasalho no frio, exala odores desagradáveis.</i>	20
Saúde	<i>Quando a professora, diretora, coordenadora ou merendeira considera que o aluno apresenta: problemas de fala, audição, visão, coriza crônica, problema físico não específico apresentando abdômen avolumado e assimétrico, gagueira, pediculose (piolho), otite, vive resfriado, cortou o pé na escola. Mãos machucadas, estado de sonolência. Verrugas nas mãos e pés e micose nas unhas dos pés, olhos avermelhados, meningite, braço-quebrado, ouvido vazando, curativos, queimaduras, cirurgia, coceira pelo corpo, feridas, dor de dente. Íngua no pescoço e inflamação na orelha. Acidente na escola.</i>	57
Faltas	<i>Quando o aluno tem faltas injustificadas.</i>	122
Histórico familiar	<i>Quando o corpo docente identifica: Problemas de ordem familiar, família ausente, a mãe teve problemas na gestação. Tem irmão na classe especial, família considerada desestruturada, está classificada como de vulnerabilidade social grave. Mãe não compareceu a nenhuma reunião de pais. Foi abandonado pela mãe nos primeiros meses de vida foi violentada sexualmente. Tem irmãos com dificuldade na aprendizagem. O aluno presenciou cena de violência, morte de alguém da família. Rendimento e comportamento afetados por situação familiar.</i>	24
Material Escolar	<i>Quando a família não possui condições financeiras para comprar o material escolar.</i>	15

* Síntese dos motivos descritos por professores nas fichas das crianças encaminhadas ao assistente social.

O quadro acima indica o pensamento de que as famílias não teriam sozinhas competência para resolver os problemas relacionados à aprendizagem, ao comportamento, à higiene, à saúde e à frequência escolar de seus filhos, como também não teriam capacidade para resolver problemas

de ordem familiar e econômico. No entanto, conforme analisamos, a intervenção do assistente social não melhora as situações apresentadas, mesmo diante da idéia de que este profissional poderá “educar os pais” e conseqüentemente seus filhos.

Nesse caso, o que se verifica é a ajuda do assistente social para manter a vigilância contínua sobre as famílias que apresentam os problemas sinalizados no quadro anterior. A escola, tomada como o equipamento de governo para a penetração integral em todos os detalhes da vida das famílias pobres, conta com a intervenção desse profissional que sublinha a perda da autonomia familiar (DONZELOT, 2001). Sob o discurso da proteção, o Estado mantém o poder pela moralização dos comportamentos.

Verifica-se pela via da escola, a constituição de mais uma forma de penetração na vida do pobre que vem falsear o problema da pobreza, pretendendo normalizar e modelar os indivíduos aos interesses de grupos e setores hegemônicos, reduzindo a capacidade sociopolítica desses grupos.

Essa política é operacionalizada por todos os profissionais da escola; entretanto, são os agentes do Serviço Social Escolar que comparecem todos os dias para tomar providências a respeito das queixas sobre os alunos que lhes foram encaminhados.

As práticas que configuram a perda da autonomia familiar, no caso estudado, relacionam-se principalmente aos encaminhamentos para outros “especialistas” e as visitas domiciliares desenvolvidas e registradas pelos assistentes sociais, conforme o quadro a seguir:

Quadro V - Providências dos assistentes sociais		
Modalidade	Registros	%
Encaminhamentos	181	45%
Visita domiciliar	122	31%
Orientações	94	24%
Total de registros	397	100%

A análise da documentação que totaliza 397 registros, mostrou a ocorrência de 122 visitas domiciliares e 181 encaminhamentos, que se destinaram aos serviços de saúde do bairro, ambulatório de saúde mental, associações para deficientes, projetos sociais e conselho tutelar, todos eles realizados como tentativa de “solucionar” os problemas assinalados pelos professores.

Observamos que, para cuidar dos problemas de saúde, higiene, comportamento e baixa frequência das crianças encaminhadas, o assistente social assume o papel de *cofrador* da família.

Ele exige que esta cumpra uma função que escola e Estado estabelecem para ela, sem levar em conta as condições em que a família está vivendo. Por exemplo: A família não tem dinheiro para comprar sabão ou qualquer item de higiene; o fornecimento de água foi interrompido por falta de pagamento; a troca de roupas e calçados depende de doações. Uma família que cuida do machucado de seu filho com remédio caseiro por não ter dinheiro para outro medicamento pode ser encaminhada ao conselho tutelar por ser considerada negligente. Outra que não leva o filho ao médico, porque não terá dinheiro para comprar o remédio que não tem gratuidade, está sujeita à mesma punição. Na família C. a mãe é ameaçada de ir para o Conselho Tutelar, caso o comportamento de seu filho na escola não melhore. Ou, ainda, a família que não leva a criança para tratamento porque não tem como pagar o transporte público está sujeita aos constrangimentos e às punições estabelecidos pelo Serviço Social Escolar, apoiado pelo Conselho Tutelar.

A visita domiciliar estabeleceu-se como uma prática de controle radical, capaz de ultrapassar o espaço do domicílio da família. Damos como exemplo, a família D, cujo assistente social não tendo encontrado a mãe da criança na residência, vai até o seu trabalho. Ou, ainda, quando não encontra ninguém na residência acaba deixando recado com a vizinha com quem o assistente social obtém mais informações sobre a família. No caso da família Y, o assistente social deixou recado com o pedreiro que trabalhava na casa no momento da visita, avisando a mãe para tomar providências em relação às faltas de seu filho.

O *resultado* das visitas é sublinhado nos prontuários e indica a realização de uma prática normalizadora, moralizadora e higienista. Por exemplo: os pais são orientados pelos assistentes sociais sobre a educação de seus filhos, sobre “a necessidade de dar limites, atenção e cuidados básicos”. Recebem orientação quanto à “maneira de disciplinar”; sobre os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente; sobre como “motivar” os filhos para um melhor rendimento escolar; para observar se a mãe “está fazendo tudo de acordo com o que o médico prescreveu”. Também são observadas as condições de higiene da residência e das pessoas que ali vivem, podendo essa família receber semanalmente a visita do assistente social para averiguar se houve melhora no ambiente, quanto a esse item. E, por fim, as famílias são avisadas, caso as situações persistam, de que serão encaminhadas ao Conselho Tutelar.

Funcionando como intercessor entre a Justiça e a Família, em nome da vigilância e proteção das crianças, o Conselho Tutelar se configurará como outro artifício para corroborar o

controle e supervisão das famílias. Sua intervenção é requisitada pelos agentes, sob o discurso de ter *esgotado todos os recursos possíveis* junto à determinada família. São encaminhados, por exemplo, casos de faltas injustificadas, ou de higiene. Ou, então, casos em que a família não leva a criança para os atendimentos prescritos.

Em resposta aos encaminhamentos, o Conselheiro Tutelar adverte a família sobre as medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, caso não modifiquem sua conduta quanto ao processo de escolarização de seus filhos. O mesmo Conselho é utilizado, também, como *técnica de ameaça*, sendo citado 25 vezes nos relatos pesquisados: *“informamos que caso o problema persista encaminharemos ao conselho tutelar”*. Ilustrando o fato, uma vez ouvimos uma mãe de aluno dizer que, ao ser atendida pelo assistente social, sentiu-se *“uma mãe incompetente”*.

Essa prática, apoiada na ação do Conselho Tutelar coloca a família “diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização” (DONZELOT, 2001, p.81). A intervenção do assistente social pela escola, “tratando” do processo de escolarização das famílias pobres, representa a mais completa afirmação de incompetência daquelas famílias. Significa que elas não podem, sozinhas, dar conta de seus dilemas, situação que se dá de forma velada, no espaço legítimo de vigilância. Desse modo, pela via da escola, o Serviço Social Escolar trabalha na gestão da população pobre. Mas essa gestão se dá pela vigilância, e não no sentido de ações concretas para o bem-estar daquela população.

Essa forma de abordagem das famílias não nos isenta de pensar sobre a contradição da profissão de Serviço Social que tem como um dos campos de luta a proteção da criança e do adolescente e a defesa dos direitos humanos. Sobre essa condição o assistente social pode identificar situações de violência contra a criança em que dispõe do poder do Conselho Tutelar para aplicação de sanções às famílias, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Diante disso, a visita domiciliar serviria, neste caso, também para salvar. No entanto, as situações de violência contra a criança não serão nosso foco de análise.

2.2. Exclusão da responsabilidade pedagógica da escola

As queixas dos professores sobre a dificuldade de aprendizagem do aluno aparecem, em geral, associadas à falta de higiene, baixa frequência escolar, à aparência e comportamento

inadequado e aos chamados problemas familiares. Situações que parecem definir as possibilidades de aprendizagem da criança. Mesmo não tendo o poder de decidir sobre os casos, a prática cotidiana do assistente social tende a retirar a responsabilidade dos professores porque se configura numa espécie de *caixa mágica* de solução de problemas. Pudemos encontrar o caso de um professor que escreveu em seus diários que já encaminhou o caso para o assistente social e aguarda retorno, ou que dá por encerrado o caso de um aluno com problemas de aprendizagem porque já encaminhou ao serviço social.

Levantamos nas fichas e prontuários um total de 301 crianças, das 285 famílias atendidas pelo serviço social. Destas, 63% eram meninos e 37% meninas, a maioria com idade entre 8 e 9 anos (40%):

Quadro VI – Idade das crianças encaminhadas	
Idade	Nº de crianças
4 anos	13
5 anos	41
6 anos	38
7 anos	48
8 anos	62
9 anos	62
10 anos	37
Total	301

O quadro VI mostra ainda que um número significativo (30%) de crianças matriculadas nas séries de educação infantil (de 4 a 6 anos) foram encaminhadas pelos professores. Isso nos leva a pensar que o encaminhamento não está ligado à aprendizagem propriamente dita. Talvez se possa trabalhar com a hipótese de que a escola e a família têm concepções distintas de suas responsabilidades em relação às crianças dessa faixa etária. Observando algumas das razões de encaminhamento ao serviço social desta faixa etária encontramos especialmente casos de: timidez, agressividade, choro, insegurança, problemas passíveis de serem tratados no interior da escola, por professores bem formados e técnicos em educação. Sem necessidade de recorrer à família já de antemão conhecida em suas limitações quanto à infraestrutura de atendimento às crianças. Se o Estado se propõe a assumir a responsabilidade pelo cuidado e educação da criança pequena deveria dispor de serviço qualificado.

O quadro VII mostra o número de crianças encaminhadas por professor no período de 2004 a 2007:

Quadro VII – Crianças encaminhadas por professor					
Professor	Crianças (2004-2005)	Série	Professor	Crianças (2006-2007)	Série
Esmeralda	6	Pré II	Iolita	10	1 ^a
Pérola	3	Pré II	Cristal	1	1 ^a
Ágata	3	Pré II	Diamante	3	1 ^a
Ametista	10	Pré II	Opala	1	1 ^a
Diamante	2	4 ^a	Pérola	3	1 ^a
Jade	4	4 ^a	Esmeralda	1	1 ^a
Rubi	5	3 ^a	Ônix	9	2 ^a
Safira	5	3 ^a	Ágata	1	2 ^a
Turquesa	1	1 ^a	Fluorita	1	2 ^a
Topázio	11	2 ^a	Jade	6	2 ^a
Opala	1	-	Kynite	8	2 ^a
Cristal	5	2 ^a	Topázio	11	3 ^a
Jaspe	4	2 ^a	Rubi	9	3 ^a
Ônix	6	2 ^a	Jaspe	5	3 ^a
Sodalita	8	Pré III	Ametista	6	3 ^a
Unaquita	11	3 ^a	Sodalita	6	4 ^a
Água marinha	7	1 ^a	Coral	3	4 ^a
Labradorita	2	1 ^a	Jade	2	4 ^a
Kynite	8	1 ^a	Leopardina	7	4 ^a
			Safira	6	4 ^a
			Fluorita	3	4 ^a
			Peridoto	17	Pré III
			Iolita	7	Pré II
			Cianita	5	Pré I
Total	102		Total	131	

Ao observar os encaminhamentos, pode-se destacar que há professores que encaminham número muito maior de alunos ao serviço social do que outros, como os casos dos professores Peridoto, Unaquita, Ametista, Topázio, Iolita, Sodalita, Kynite e Rubi que encaminharam mais de oito alunos ao assistente social. Como podemos observar o professor Peridoto encaminhou 17 crianças (Pré III), o que corresponde a 68% de uma sala com 25 alunos. Verificamos ainda que há professores que não fazem qualquer encaminhamento. No período de 2004/2005, dos 30 professores em exercício, 19 solicitaram o atendimento do Serviço Social Escolar e, no período seguinte, 2006/2007, 24 deles fizeram tal solicitação. Isso mostra que há em torno de 30% dos professores que resolvem as questões de aprendizagem dos alunos independentemente do Serviço

Social, o que nos permitiria pensar na formação de classes homogêneas ou em professores mais preparados. Ou ainda podemos aceitar as análises de Maria Helena Souza Patto (1996), que considera que num contexto de desvalorização social das crianças mais pobres, alguns profissionais da escola possuem um olhar mais negativo sobre a capacidade de aprendizagem dos alunos. Esperam do assistente social as providências para “tratar” os problemas apresentados pelas crianças.

A presença do assistente social na escola cria uma forma de descaracterizar problemas, especificamente escolares, convertendo-os em outros problemas, como de saúde, de comportamento ou tutelares, por exemplo. Deste modo, parece que, enquanto o caso está sob a guarda do assistente social, a escola não precisa mais se preocupar com o aluno. Isso sugere que, ao responder às queixas da escola, esse profissional tem atuado no processo de apagamento da responsabilidade pedagógica do professor, ao tentar encontrar a solução para os problemas escolares fora da escola.

No caso pesquisado, o baixo desempenho escolar dos alunos também é ser justificado pelo dirigente da escola, pela baixa renda das famílias, pela situação das moradias ou pelos recursos não disponíveis nas residências (PLANO GESTOR DA ESCOLA, 2007-2010). Isso implica pensar que esta escola se orienta pela *teoria da carência cultural* que relaciona o desempenho escolar e a classe social, deixando de questionar o próprio papel da escola na produção do insucesso escolar das crianças pobres (PATTO, 1996). Com isso, as soluções para compensar o baixo desempenho escolar são buscadas fora da escola.

Essas situações contribuem para a promoção do estigma sobre o aluno e sua família, que se agravará com as práticas dos assistentes sociais. Aparecendo como uma categoria de “aluno-problema”, essas crianças estão sujeitas ao descrédito, o que implica ter reduzidas suas chances de sucesso.

Deste modo, a ação do assistente social sobre essas situações reforça e dá legitimidade a vários tipos de discriminação ao aluno e sua família. Ao assumir que a família *não cumpre convenientemente sua tarefa educativa*,⁸³ ou que é “geneticamente, sanitariamente, socialmente

⁸³ Ver o estudo de Iracema Morando Belmonte. Família nos discursos escolares. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2011. Seu estudo abordou como os grupos familiares que habitam em favelas e assemelhados percebem suas relações com a escola pública e como o modelo de família defendido no discurso escolar contemporâneo por médicos, pediatras e professores do ensino primário das primeiras décadas do Século XX, influencia as percepções acerca do desempenho escolar da criança.

deteriorada” (DONZELOT, 2001, p.126), verifica-se que esse profissional reduz a natureza da sua atuação a situações de imoralidade, falta de higiene, sujeira e a julgamentos sobre as famílias.

Para demonstrar como as situações apresentadas podem ser equivocadas, basta lembrar uma queixa recebida de um professor que suspeitava que uma menina de 5 anos sofria maus-tratos. No relatório, a professora dizia que a criança vinha suja para a escola, sem cuidados. Logo, para atender à solicitação, realizei uma visita domiciliar:

A casa que se via da rua era de alvenaria sem acabamento, sem muro, portão ou calçada. Parecia ter três cômodos. Uma casa que escondia a verdadeira moradia da menina Ana. Chamei pela senhora Maria até que uma janela da frente da casa se abre. Era uma cunhada que nos indicou para ir até os fundos da casa. Caminhei poucos metros e encontrei Maria, cabisbaixa em frente a um cômodo improvisado de madeira e chão de barro. Pela fresta da porta avistei a velha mobília. A menina Ana se aproxima e abraça sua mãe com força, parecia temerosa. Naquele instante começa a chover. Sem cobertura alguma, ficamos ali por alguns instantes na chuva que vi molhar dentro do barraco as roupas amontoadas num canto. O chão ficou escorregadio e sujava os pés. Que dura constatação. Fui embora pensando na pequena Ana e na “situação de maus-tratos” de vida que a sua família sofria. (Andréa Zoca, relato de atendimento de caso).

Nesse caso, a visita domiciliar aparece ainda como recurso para reconhecer no interior da casa, da vida familiar, algo que justifique a dificuldade de aprendizagem da criança. É preciso visitar antes de socorrer a família ou a criança e, ao socorrê-la, nada se apresenta de novo. Serve apenas para colocar em evidência as necessidades da família, distinguindo a pobreza verdadeira. Depois disso, nada se apresentará de novo a não ser as recomendações da escola que devem ser cumpridas pela família.

A visita contribui, portanto, para condenar. Procura-se com essa inspeção “necessária”, justificar com uma boa história o fracasso escolar do aluno. É necessário investigar qual é a falta moral que determina o fracasso do aluno e a sua miséria. Os encaminhamentos realizados pelo assistente social que, além de retirar a responsabilidade pedagógica da escola, estigmatizam as crianças encaminhadas, é outro exemplo dessa prática tradicional na área do Serviço Social. Quando uma instituição não encontra problema na criança, logo ela é encaminhada para uma segunda ou terceira instituição, na tentativa de encontrar alguma razão que justifique seu “não-aprendizado”. Uma peregrinação da mãe endossada pelo assistente social. É ele quem chama a família, e comunica que a criança “não aprende”, que “pode ter algum problema” e, por fim, entrega em mãos os documentos do encaminhamento. Com sorte, essa família tentará atender à

solicitação da escola, descartadas as situações em que não houver transporte, em que a família não concordar com o “pré-diagnóstico”, e assim por diante.

No caso de Limeira, algumas instituições se encarregam de emitir laudos sobre as crianças como é o caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a Associação de Reabilitação Infantil de Limeira (ARIL) ou o Ambulatório de Saúde Mental Municipal. As famílias, quando aceitam tal intervenção, transitam por estas instituições, repetindo sua história quantas vezes lhes forem solicitadas.

O ambulatório de Saúde Mental “presta atendimento a crianças, adolescentes, adultos e idosos, que estejam apresentando dificuldades afetivas, psíquicas, familiares e/ou sociais que podem interferir no desenvolvimento, comprometer a convivência e o desempenho escolar”. A APAE destinada a atender portadores de deficiências, realiza através do seu Centro de Apoio Diagnóstico (CAD), triagens, avaliações completas e específicas e acompanhamento do desenvolvimento infantil. A ARIL, semelhante à APAE, também realiza as triagens, procurando investigar previamente se a criança é passível de atendimento na Instituição. Contando com uma equipe multiprofissional, elas elegem ou não a criança para o ingresso na Instituição, ou fazem o encaminhamento a outros locais.

Podemos, assim, pensar sobre a emergência de uma infraestrutura “psi”, no domínio da infância pelo governo da família por estabelecimentos especializados e na existência de um mercado da infância desadaptada (DONZELOT, 2001).

Ana Consuelo Alves da Silva (2003),⁸⁴ que analisou o percurso de encaminhamentos de crianças, pré-adolescentes e adolescentes ao Serviço Público de Saúde, observa que nem sempre a criança que foi encaminhada será atendida pelos especialistas. Assim, os encaminhamentos não garantem o atendimento prontamente, fato que acresce o sofrimento da criança, não apenas pelo estigma do fracasso escolar, mas muitas vezes por não encontrar um lugar que a acolha. Portanto, ao ser encaminhada para tais instituições, a criança já está desacreditada. Mesmo que ela melhore ou não seja elegível para o atendimento, já foi estigmatizada, e sobre ela e sua família permanecerá uma constante vigilância.

Não há relatos nos prontuários que questionem a prática escolar, afinal, busca-se a solução para os problemas escolares fora do ambiente escolar (SILVA, 2003). Assim sendo, verificamos

⁸⁴ Dimensões do sucesso e fracasso escolar: estudo dirigido à infância. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

a realização de uma prática que produz somente julgamentos, prescrições e diagnósticos das crianças e suas famílias; como, da mesma forma, também não são observadas as variáveis econômicas e morais que colocam as famílias nas situações apresentadas. O que está ausente nesse processo:

- 1) Estudo e discussão coletiva na escola dos problemas tratados; Identificação das soluções pedagógicas.
- 2) Encaminhamentos de ordem política para tratamento de questões relativas à: moradia minimamente adequadas, emprego/desemprego dos pais, alimentação, fornecimento de bens básicos como água, luz e saneamento básico.

2.3. O encargo: descrédito, acompanhamento e perseguição

As práticas ou medidas adotadas pelos assistentes sociais do Serviço Social Escolar que visariam a uma natureza pedagógica e política, sem dúvida, na mesma medida têm servido para reduzir a capacidade sociopolítica das famílias através do **descrédito**.

Não basta se comover diante do depoimento da família que é chamada na escola. É preciso constatar se é verdade, se estão cuidando como se “deve” da criança:

Criança de 9 anos apresenta “problema na fala” e foi encaminhada para especialista. A mãe relatou que o filho foi encaminhado desde a pré-escola para fonoaudiologia e que na triagem falaram que era dengo do menino e que a mãe deveria corrigi-lo em casa. Caso aparecesse alguma vaga, seria chamado. “A mãe admite que o filho é dengoso. Como tem convênio médico marcará uma consulta com fono. Se não for caso de fono, a mãe se compromete a mudar de atitudes com ele e não mimá-lo tanto”.

Ora, a família é convocada a levar o filho para uma avaliação solicitada pela escola por intermédio do assistente social. A família “cumpre com a sua função” e mesmo assim é desqualificada sobre a forma de cuidar de seu filho.

A desqualificação da família começa quando esta comparece à escola para o atendimento com o assistente social; afinal, uma família “normal” não seria convocada para o atendimento. A família, que recebeu uma convocação pelo caderno da criança, comparece em 98% dos casos, não só pelo desejo de solucionar algum problema, mas também pelo seu conteúdo: “O não

comparecimento implicará providências legais amparadas por Lei".⁸⁵ Apesar do pronto atendimento da família ao chamado da escola, existem muitas considerações sobre o que se conhece como descaso da família.

Quando não comparece às convocações, o que aconteceu somente em quatro casos analisados, são estas famílias encaminhadas diretamente para se explicarem no Conselho Tutelar e, com sorte, podem não serem chamadas, devido ao grande volume de trabalho dos conselheiros tutelares. Já sobre a família que comparece, recaem alguns encargos que podem resultar em uma operação de terror, dependendo da duração desses encargos: justificar e comprovar suas ações em relação à criança.

Observamos que, para solucionar o problema das faltas, o assistente social apela para a obrigatoriedade legal de manter o filho na escola e esta se torna um problema para a família. Sem autonomia para controlar as ausências de seus filhos, a família se vê diante do problema de ter que *comprovar* por documentos tais ausências, que ocorrem por motivos de saúde, ou porque a criança não quis ir para a escola, ou, ainda, porque no horário da aula ninguém poderia levar a criança para a escola, ou porque a criança faz tratamento médico no horário da aula, chegando até àquelas crianças que saem de casa para ir à escola, mas não comparecem à aula. Por fim, não conseguindo manter seus filhos na escola, a família é encaminhada ao Conselho Tutelar.

Para cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à obrigatoriedade da matrícula e o acompanhamento de seus filhos na escola, ao qual está sujeita, essa família é colocada diante de alguns dilemas como pudemos presenciar: um dos membros precisa deixar o emprego, "abrir mão" de satisfazer algumas necessidades da família, para garantir a frequência escolar de sua criança. Algumas famílias adotam a estratégia de apelar aos serviços dos vizinhos "contratados" para levar e buscar a criança na escola. Outras orientam seus filhos a irem sozinhos para a escola, sem a garantia de que chegarão a seu destino.

Todas as situações que ocorrem com a criança precisam ser justificadas, sejam por ausência às aulas, por comportamento, higiene, problemas de saúde ou de aprendizagem. Se a família não comparecer à escola, o assistente social poderá buscar essa justificativa na própria residência e até mesmo no trabalho da mãe.

Ocorre que, muitas vezes, as justificativas não são aceitas. A família tem que comprovar, por meio de documentos, o motivo relatado:

⁸⁵ Frase extraída de um bilhete de convocação enviado às famílias.

O pai sofreu um acidente de trabalho e operou o joelho. Necessita ir ao médico e fisioterapia constantemente. Por este motivo seu filho faltou algumas vezes, já que a mãe trabalha no horário da aula, e não pode levar a criança. Após justificar as faltas do filho, precisou apresentar cópia dos documentos que comprovam sua cirurgia e uma declaração da clínica de fisioterapia com os dias, horários e sessões realizadas.

Quando recebe algum encaminhamento do assistente social, a família precisa apresentar um comprovante de que levou a criança ao atendimento. Na oportunidade, o assistente social entrega para a família um formulário que deve ser preenchido pela instituição com a data e horário de seu comparecimento e o tipo de atendimento realizado. A família nunca é digna de crédito, pois está sempre sob suspeita, como se pode observar neste relato de um assistente social:

*“Péssimas condições de higiene na residência, bem como as pessoas que ali residem. Refletimos com a mãe sobre a higiene do local e das crianças. Combinamos que estaremos visitando a família **semanalmente** para orientações, encaminhamentos e outros auxílios que se fizerem necessários (...)”.* (grifo nosso)

Ou ainda os profissionais suspeitam e não comprovam suas hipóteses sobre as famílias:

“Solicitamos que ela nos procurasse na escola para efetuarmos sua inscrição no Projeto Familiando, que tem como objetivo promover a elevação da auto-estima de seus participantes, porém a mesma não compareceu”.

A tentativa de inscrever a mãe no projeto parte da idéia de que a mãe não tem “auto-estima”, talvez pela situação apresentada em relação aos seus filhos, também pressupõe que os assistentes sociais sabem como promover a auto-estima sem solucionar os problemas de fundo que provocam o mal-estar dessas mulheres, além de representar uma clara intromissão na vida pessoal dessas mães:

“Criança precisa de atendimento especializado e a mãe não levou. Seus irmãos vêm para escola cheirando mal, orientamos a genitora, porém nada foi feito”.

O efeito da desqualificação da família recai, na maioria dos casos pesquisados, sobre a figura da mulher. O Estado visa privilegiar certa forma de organização familiar, para isso vem usando a estratégia da promoção da figura da mulher para garantir tal organização, para a manutenção da ordem. Recentemente, a caracterização da mulher como cabeça de família, deve-se à compreensão da nova realidade em que o número de famílias chefiadas por mulheres é crescente, sendo a maior concentração da chefia feminina nas camadas pobres⁸⁶. Os próprios programas oficiais de transferência de renda, como o Bolsa Família, são baseados na figura da mulher.

Observou-se que é a mulher, mãe ou avó, que sempre comparece aos atendimentos do assistente social, que é culpabilizada pela situação de suas crianças, como demonstram os enunciados:

“Mãe não atende aos chamados da escola. Não encontram a mãe em casa”.

“Mãe fala que o filho não obedece e está furtando”.

“Quem comparece é a avó. A mãe é usuária de drogas e álcool. Caso será encaminhado ao conselho tutelar para que a mãe cumpra suas obrigações”.

“Por várias vezes já orientamos a genitora e nada foi melhorado, solicitamos a intervenção deste conselho, para que a genitora assuma com suas responsabilidades”.

Alvo de uma infra-estrutura de controle, as famílias veem-se reduzidas à condição de “depende e ter suas necessidades controladas pelo Estado”. O que significa dizer que ao oferecer às famílias uma escola pública e gratuita, o Estado em contrapartida, cobra e controla os usuários desse serviço, ou seja, “financia mais, portanto, cobra mais” (DONZELOT, 2001, p.100).

Vejamos esse exemplo de controle naturalizado e que muitas vezes passa despercebido, é usado cotidianamente nas escolas. A criança recebe o material escolar a que tem direito. A família por sua vez recebe um formulário para assinar, lembrando-a de suas responsabilidades perante o Estado:

⁸⁶ Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2010 eram 22 milhões as famílias chefiadas por mulheres no Brasil.

Declaro que recebi o material abaixo relacionado, e que zelarei pelo bom uso do mesmo, através do acompanhamento de meu(s) filho(s), já que trata-se de material comprado com dinheiro público. Comprometo-me a identificar o mesmo e a garantir o cuidado necessário aos materiais que me couber.

Assinatura do responsável:

Fonte: Formulário de fornecimento de material escolar.

Desse modo, o assistente social contribui nesse processo de administração das crianças e das famílias que utilizam a escola pública, desenvolvendo medidas de controle. A partir da queixa ocasional de um aluno, desencadeia-se um processo de controle e de tutela que leva a família a escolher entre uma *sujeição às normas e uma orientação ou seu delato* ao Conselho Tutelar. Os encargos não se restringem apenas a orientações sobre o processo de aprendizagem, como acompanhar a lição de casa, mas também, a obrigações sobre a saúde, higiene, vestuário e comportamento de seus filhos.

A tabela B (anexa) apresenta casos de famílias que foram acompanhadas por mais de um ano pelo assistente social. Há de se observar, ainda, o intervalo de tempo entre um atendimento e outro, o que pode durar meses. Com base nessa tabela B, elaboramos o quadro a seguir que demonstra que 56% das famílias receberam até duas intervenções do assistente social, enquanto que 44% receberam mais de três intervenções.

Quadro VIII – Acompanhamentos das famílias

Família	Ocorrências	Crianças	Período	Motivos
Família 1	12	2	2007 - 2011	Pedido material escolar, saúde, faltas e aprendizagem.
Família 2	3	1	2007-2008	Comportamento e saúde.
Família 3	5	1	2005-2006	Histórico familiar.
Família 4	4	1	2007	Pedido de material escolar, comportamento e saúde.
Família 5	4	2	2006 e 2009	Saúde e pedido de material escolar.
Família 6	3	2	2007-2009	Comportamento e aprendizagem.
Família 7	3	1	2006-2007	Saúde.
Família 8	1	1	2007	Faltas.
Família 9	3	2	2006	Histórico familiar.
Família 10	3	2	2007-2008	Comportamento.
Família 11	2	1	2006-2008	Faltas.
Família 12	4	1	2006	Saúde.
Família 13	15	2	2005-2010	Aprendizagem, faltas e comportamento.
Família 14	8	2	2006-2008	Comportamento e faltas.
Família 15	2	2	S/D	Faltas injustificadas.
Família 16	2	2	2008 e 2011	Faltas injustificadas.
Família 17	3	1	2008 e 2011	Transferência de período e faltas.
Família 18	1	1	2008	Faltas.
Família 19	1	1	2008	Faltas.
Família 20	4	2	2008 e 2010	Saúde.
Família 21	1	1	2009	Faltas.
Família 22	1	3	2009	Pedido material escolar.
Família 23	1	1	2009	Pedido material escolar.
Família 24	1	1	2010	Saúde.
Família 25	1	1	2009	Faltas.
Família 26	1	1	2009	Faltas.
Família 27	1	2	2009	Pedido material escolar.
Família 28	6	1	2010-2011	Comportamento.
Família 29	2	2	2007 e 2011	Faltas.
Família 30	6	2	2008-2011	Pedido de material escolar e faltas.
Família 31	7	1	2006 - 2009	Saúde, faltas, pedido de material escolar.
Família 32	23	4	2005 -2011	Saúde, comportamento, higiene, faltas, material escolar.
Família 33	2	1	2004-2005	Comportamento.
Família 34	1	1	2007	Faltas.
Família 35	5	1	2006-2007	Saúde.
Família 36	1	1	2007	Faltas.
Família 37	1	1	2006	Faltas.
Família 38	1	1	2009	Pedido material escolar.
Família 39	1	1	2006	Saúde.
Família 40	1	1	2006	Saúde.
Família 41	2	1	2006 e 2007	Saúde.
Família 42	2	1	2006 e 2009	Saúde e faltas.
Família 43	1	1	2006	Pedido material escolar.
Família 44	12	2	2007-2009	Saúde e faltas.
Família 45	5	1	2007-2009	Saúde, faltas e pedido de material escolar.
Família 46	1	1	2005	Faltas.
Família 47	1	1	2006	Saúde.
Família 48	1	1	2007	Faltas.
Família 49	2	1	2006 e 2007	Saúde e aprendizagem.
Família 50	11	1	2006-2007	Saúde.

Analisando a frequência das intervenções podemos pensar que o modo de agir dos assistentes sociais se constitui no principal meio de pressão de que a escola dispõe sobre as famílias, no sentido de que atendam às normas da escola, desencadeando um processo de estigmatização crescente que vai desde as convocações das famílias até a entrada em suas residências.

Nesse processo, encontram-se algumas famílias que consomem mais tempo do assistente social pelas *resistências* em assumir tais encargos:

- *“Quando a genitora é chamada pelo Conselho Tutelar por uns dias a criança freqüenta normalmente a escola e quando necessita faltar a genitora vem justificar, porém depois de algum tempo volta a não comparecer para justificar as faltas”.*

- *“A mãe disse que levará a criança para a escola somente esse ano. Depois irá transferir”.*

- *“A mãe se negou a comparecer, segundo o pai da criança, porque é chamada três vezes por semana na escola”.*

- *“A mãe se faz de vítima, não tem perspectiva e nem coragem para reverter a situação, toda proposta debatida para que possa orientá-la a encontrar soluções para suas dificuldades, encontrou empecilhos”.*

Assim sendo, as formas de resistências podem indicar tacitamente a não aceitação às normas e regras vigentes, contrariando as estratégias de moralização dos comportamentos que historicamente vem *esgotando a cultura familiar e suas tradições* (LASCH, 1991; VELHO, 2002).

2.4. Filme de terror ou pesadelo: rede de controle sobre a família

No *sistema de obrigações* que atinge as famílias na sua relação com a escola, evidenciam-se outros equipamentos públicos que contribuem para exercer o controle sobre elas. Na análise das fichas e prontuários, quatro relatos do assistente social indicaram a existência de uma rede de controle sobre as famílias. Essa “rede de controle”, no caso pesquisado, cerca a família no entorno do bairro e fora dele, encarregando-se das suas necessidades, já que ela sofre com o descrédito que lhe é atribuído por não conseguir prover a alimentação adequada, os cuidados

médicos apropriados e as habilidades sociais para atuar no mundo moderno (DONZELOT, 2001; LASCH, 1991).

Em Limeira, entre os equipamentos públicos que agem no bairro sobre as famílias, estão a Unidade Básica de Saúde (UBS), o Posto de Saúde da Família (PSF), o Centro Comunitário e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Na região central, irão agir sobre as famílias encaminhadas, os profissionais do Centro de Promoção Social Municipal (CEPROSOM), do Conselho Tutelar, do Ambulatório de Saúde Mental, da Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL) e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Limeira (APAE).

Os encaminhamentos realizados pelos assistentes sociais da escola à essa rede de serviços pode ser observada no quadro abaixo:

Quadro IX – Encaminhamentos para rede de serviços		
Local	Quantidade	%
Ambulatório de Saúde Mental	22	12%
APAE	22	12%
ARIL	19	10%
Beneficência Limeirense/Hospital Dia	18	10%
Casa da Família/Centro Comunitário	12	7%
Centro de Promoção Social Municipal (CEPROSOM)	12	7%
Centro Infantil	1	0,5%
Conselho Tutelar	35	19%
Escola João Fischer Deficiente Visual	1	0,5%
Posto de Saúde da Família (PSF)	3	2%
Pronto Atendimento	1	0,5%
Unidade Básica de Saúde (UBS)	22	12%
Encaminhamentos para órgãos internos à escola	13	7%
Total	181	100%

Observa-se que apenas 7% foram considerados problemas pedagógicos, enquanto que os demais 93% foram destinados a outros serviços. Podemos destacar que 34% dos encaminhamentos destinaram-se às instituições habilitadas para avaliar crianças com baixo desempenho escolar, como a APAE, ARIL e Ambulatório de Saúde Mental. Esse dado pode aumentar se considerarmos os encaminhamentos para os serviços de saúde (PSF e UBS) onde os pediatras a partir da solicitação da escola reencaminham ou não as crianças para tais instituições. Os encaminhamentos ao Conselho Tutelar que correspondem a 19% podem indicar que algumas famílias não conseguiram atender todas as solicitações da escola, sugerindo que recaiam sobre elas a aplicação de alguma penalidade.

No mesmo bairro, é possível identificar a presença de até quatro assistentes sociais que atendem a uma mesma família, em áreas distintas, como da educação, saúde e assistência social. Através da aliança estabelecida entre esses profissionais e outros agentes, nomeada de “rede”, é possível levantar mais informações sobre a história de determinada família ou agir conjuntamente para o cumprimento das suas obrigações. As operações de supervisão e controle da família ocorrem nos seguintes termos: *O assistente social da escola solicita ao agente do PSF para realizar uma visita domiciliar a fim de verificar uma queimadura no pé de um aluno ocasionada no escapamento de uma moto, pois a família não apresentou a prescrição médica. Ou, o assistente social da escola não conseguindo localizar a mãe de uma criança, telefona para o assistente social do centro comunitário para que esta convoque a mãe. Ou então, o contato com o assistente social da UBS para conseguir atendimento psicológico para um aluno que já é atendido pela psicóloga do Ambulatório de Saúde Mental.*

Desse modo, a mesma família pode “ser visitada” mais de uma vez por diferentes profissionais para se averiguar a mesma situação, sendo, assim objeto de um governo direto e ostensivo. Muitas famílias acabam por se mudar de bairro e até mesmo da cidade, dependendo do motivo e intensidade da pressão exercida sobre elas. Essa rede de profissionais amplia as pressões sociais exercidas sobre a família que não se comporta de acordo com a norma tácita como, por exemplo, de manter as crianças limpas e saudáveis, independente dos motivos que tenha essa família para manter o comportamento que mantém. Percebe-se a busca de uma família idealizada, normalizada e moralizada através do dispositivo escolar com a colaboração do assistente social.

Segundo Bourdieu (2008), a família é uma categoria social que aparece como natural, aceita, universalmente admitida. Espera-se dela com o casamento, obrigações como, por exemplo, amor conjugal, amor paterno, materno, amor filial, amor fraterno, obrigações que visam manter a família unida, estável, constante.

Nesse sentido, esses profissionais que já têm inculcado em si o modelo de família que conscientemente ou não, parecem desejar encontrar; então, tentam transformar as famílias atendidas através de um trabalho simbólico e prático. Buscam a imposição do sentimento familiar, do “espírito de família” legitimado pelo Estado (BOURDIEU, 2008). O modelo de família ideal, segundo Bourdieu (2008), prediz privilégios econômicos, culturais e simbólicos,

condição importante para a manutenção da ordem social e acumulação de capital (econômico, cultural, intelectual).

“Na família, como em qualquer parte, os padrões universais revelam-se ilusórios quando examinados de perto” (LASCH, 1991, p.222). Esse *encadeamento de intervenções*, umas a partir de outras, nada mais é do que uma ramificação do poder do Estado que lança mão de agentes que através de leis de proteção à infância são autorizados a agir sobre suas famílias (DONZELOT, 2001).

Existe um número considerável de crianças mal cuidadas e que escapam de toda e qualquer autoridade. Não se quer nem se pode colocá-las na prisão. Vejam os senhores mesmos in loco. Fazei o que for necessário para que os pais cumpram seus deveres (DONZELOT, 2001, p.137).

Assim, a família aparece colonizada. Forma-se em seu entorno e ao redor da criança uma série de círculos: da própria família, dos técnicos e dos agentes sociais. Esta “rede de controle” configura um *modo de regulação política da vida dos indivíduos*. Seus agentes tem atuado, administrando as famílias em nome dos direitos proclamados.

É sabido que, diante dos dilemas da sociedade urbana, “não há dúvida que muitas famílias, escolas e professores precisam de ajuda. “A dúvida consiste em saber se os remédios propostos, ao invés de sanarem o mal, não irão perpetuar a doença” (COSTA, 1989, p.17).

Desta maneira, tratamos aqui de descrever algumas práticas estabelecidas há décadas no Serviço Social que foram instaladas entre as práticas da Escola por meio do Serviço Social Escolar. Embora tais práticas estejam naturalizadas entre assistentes sociais, professores e dirigentes da escola, o que pudemos observar foi a configuração de uma estrutura de dominação sobre as famílias consideradas problema no sentido de transformá-las em uma “versão aceitável do bom cidadão”. Vimos como se age para fazê-las acreditar que o seu sofrimento é resultado de seu próprio comportamento, de suas próprias opções (ABBOTT, 1982).

Sem vilanizar o assistente social ou o professor, cabe desnaturalizar o conjunto de suas práticas e compreender o efeito que elas provocam sobre os grupos que julgam assistir. Entendemos que o assistente social, convencido de que a realidade que encena é a verdadeira realidade, tenta dar àqueles, entre os quais se encontra, sua própria crença, ou seja, valores que a profissão considera serem desejáveis e bons. Por outro lado, há de se pensar nas situações que

tornam os assistentes sociais executores de tais práticas. É preciso entender as relações e intenções que permeiam o Serviço Social Escolar, ou o lugar das práticas humanitárias que desumanizam.

O Serviço Social Escolar, utilizando-se do pressuposto de que seus profissionais estão aptos a resolver ou minimizar problemas sociais no segmento educacional, tem funcionado, na realidade, para justificar a ordem dominante: primeiro porque defende interesses dos grupos que detêm o poder local, servindo como artifício político. Segundo, porque reúne na prática cotidiana dos assistentes sociais a visão funcionalista⁸⁷ da profissão de serviço social, visão essa que não considera a relação conflituosa de classes, grupos, movimentos, valores, enfim a relação de poder e de poderes (FALEIROS, 2008).

Contrapondo as práticas instituídas pelo Serviço Social Escolar, encontramos assistentes sociais que resistem em realizar as práticas aqui apresentadas e constantemente requisitadas pelos diretores, coordenadores e professores das escolas. É o caso do profissional que se transfere para outras escolas na tentativa de se distanciar das ações de enquadramento, modelização, normalização e estigmatização das crianças e das famílias.

Este estudo tenciona o debate sobre a inserção de assistentes sociais nas escolas e sobre as práticas que são requisitadas a esses profissionais. Apresentamos situações que distanciam a possibilidade de uma atuação voltada para a perspectiva emancipatória, conforme se prevê nas diretrizes profissionais do Serviço Social. Assim, podemos pensar que existe na escola um entrecruzamento de saberes diferentes que torna esse espaço um campo de luta, onde o assistente social pode exercer ao mesmo tempo, seu poder disciplinador ou no sentido de efetivar direitos sociais.

⁸⁷ “Na visão funcionalista da profissão predominam as questões da adaptação do sujeito a seu meio, a suas condições, aos valores dominantes, ou da melhora da satisfação consigo mesmo”. Parte-se do indivíduo para se olhar a sociedade, responsabilizando-o pelos seus dilemas. Ver Vicente Faleiros. Correlação de forças e serviço social. Artigo apresentado para o II Encontro Nacional de Serviço Social no Ministério Público. Brasília/DF, 2008. Disponível em: http://www.mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo_4_-_Faleiros.pps. Acesso em: 04/02/2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até aqui, o desafio que marcou este percurso se referiu ao envolvimento inevitável com o meu objeto de estudo. Durante a realização da pesquisa, questioneei e examinei algo que me é familiar, e que até pouco tempo atrás foi meu próprio trabalho (VELHO, 1978). Sem dúvida, encontrei dificuldades tentando compreender as situações cristalizadas nesse cotidiano, apoiada pela a lógica das configurações sociais estudada por Norbert Elias.

Depois de três anos e quatro meses no Serviço Social Escolar, creio que consegui perceber “alguns mecanismos que sustentavam a lógica das relações sociais internas e externas”(Idem). Meu primeiro problema foi entender a entrada, no espaço educacional em Limeira, de uma linguagem empresarial encabeçada pela ideia de qualidade total nos serviços prestados, sem encontrar as mudanças institucionais previstas no discurso dos gestores. De onde provinha essa ideia, essa teoria ou ideologia?

Na década de 1990, os interesses de parte importante dos grupos empresariais se ampararam na teoria administrativa da Qualidade Total,. Em Limeira, essa teoria serviu para conservar os interesses particulares de determinados grupos que encontraram na Educação um campo fértil de atuação.

O Serviço Social Escolar de Limeira foi criado apoiando-se na ideologia da Gestão da Qualidade Total e conta com a participação de um expressivo grupo de poder local para a sustentação do seu campo de trabalho no segmento educacional. Em contrapartida, tal grupo reconhece o valor político do Serviço Social Escolar para manutenção de seus interesses, culminando na sua premiação com o *Selo Prata* de Excelência na Educação.

Em nossa pesquisa conseguimos verificar que essa premiação não levou em conta as práticas tradicionais do Serviço Social que, a partir da escola, imprimem às famílias pobres formas de controle e dominação. Práticas que não correspondem aos discursos oficialmente defendidos pela categoria profissional como “a afirmação do atendimento das necessidades sociais e comunitárias, a afirmação dos direitos sociais, dos valores democráticos e de justiça social e, em especial, a construção de uma nova ordem societária” (ALMEIDA, 2011, p.59). Deste modo, a Comissão encarregada da premiação se limita a julgar aspectos administrativos e

burocráticos do trabalho: relatórios, tabelas e gráficos comprobatórios dos números de atendimentos, visitas e encaminhamentos.

As práticas aqui observadas representam o modo de dominação que se estabelece pela constante invasão da privacidade das famílias pobres. Sob o título de prevenção, de proteção, estaria essa prática “marcando com ferro discreto, mas, não obstante estigmatizante”, as crianças e famílias consideradas problema (DONZELOT, 2001, p.97, GOFFMAN, 2008).

A leitura dos prontuários e das fichas dos assistentes sociais permitiu-nos observar a incorporação de estratégias de *manutenção da ordem* que se aplicam, veladamente, sobre as famílias pobres. A ação do Serviço Social Escolar, por meio dos seus agentes, sugere pensar sobre a prática de conservação e de formação da população dissociada de atribuição política. Uma missão de dominação, de pacificação e de integração social que na esfera dos problemas ditos sociais só faz a população aceitar as regras, as normas, não questionando, sequer, a escolarização ou o tratamento dado aos seus filhos.

Nas ações de seus agentes, transparece a concepção de família e de sociedade com as quais operam as políticas destinadas às famílias pobres. A noção da família nuclear burguesa, aceita como natural, é utilizada para promover o processo de normalização das famílias pobres no segmento educacional, ideia importante na reprodução da ordem social e para uma sociedade de classes. Assim, é realizado um trabalho simbólico e prático para que se efetive esse modelo de família. Porém, as famílias pobres não encontram reunidas as condições sociais que se dizem universais, ou seja, distribuídas de maneira uniforme (BOURDIEU, 2008). Deste modo, a realidade que os assistentes sociais chamam de família não nos foi possível observar neste estudo. Desvenda-se neste trabalho uma forma de mecanismo de controle, pela qual garantir a normalização significa também garantir o *status quo*.

Os discursos que legitimam o Serviço Social Escolar para atuar no processo de ensino-aprendizagem ocultam as raízes de sua existência, como as suas determinações políticas, econômicas e relações sociais. Funcionando como “amortecedor dos anseios da população”, suas práticas tendem a “esvaziar o caráter reivindicatório da ação das famílias, deixando à vontade o poder público para investir em áreas mais rentáveis”(VALLA, 1986,p.173).

Atribuindo às famílias a culpa de não conseguir suprir as necessidades de seus membros, tais serviços públicos encobrem as razões das situações de pobreza e dos privilégios de classe típicos de sociedades estabelecidas sobre desigualdades profundas, assim como despolitizam o

processo educacional. Na sociedade contemporânea os culpados são os que “não se enquadram”, que não respeitam as leis, a ordem. Existe somente um conjunto de valores: respeito, ordem, obediência, limpeza, iniciativa individual, esforço próprio e um “trabalho remunerado” para quem tem cultivado esses valores (VALLA, 1986). Assim, na escola as famílias consideradas problema só podem ser transformadas aprendendo esses valores. Direcionando seus esforços para essa dimensão, a prática dos assistentes sociais se inscreve nas *micropreocupações* em torno do corpo, da higiene, do comportamento, da aprendizagem, da moral, que são apenas a ponta do iceberg (COSTA, 1989).

Verifica-se que essa prática constitui um meio formal para transformar uma questão de direito constitucional em questão de moralidade econômica (DONZELOT, 2001). O exemplo seria o de uma família que encaminha seu filho sujo para a escola porque não tem água em sua residência, não é porque deseje ter seu filho sujo, mas pelo fato de não ter como resolver o problema. Desse modo, enquanto o poder público financia o Serviço Social Escolar para apaziguar as famílias pobres, não lhes garante um direito constitucional que é o de manter a água para a população, sendo essa uma necessidade básica. Por outro lado, os profissionais desse setor “deixam de propor formas de enfrentamento que cobrem a responsabilidade do poder público, esvaziando as condições de participação da população” (ALMEIDA, 2011, p.15).

É importante sublinhar que a força do Serviço Social Escolar foi e continua sendo impulsionada pelo interesse político local nas suas relações com a população, apaziguando, servindo de estratégia política. Suas práticas cotidianas reforçam a solidez desse grupo e por isso recebe seu apoio para se manter.

Foi difícil compreender a existência de um jogo de interesses que torna possível a manutenção do Serviço Social Escolar e que mantém uma rotina e mecanismos para conservação de um determinado grupo. Primeiro, pelo seu uso político através do círculo de relações que estabelece, estendendo-se pelos governos sucessores. Segundo, porque orienta através de suas práticas um serviço de contenção da população no segmento educacional, mantendo *estáveis* as possíveis reivindicações da população usuária desse serviço. Terceiro, porque oportuniza a manutenção de instituições que se ligam a ele, como por exemplo, o Curso de Serviço Social da Faculdade local.

A escola pública com suas condições objetivas – superlotação, má remuneração dos professores, estrutura física precária – tem acolhido essa categoria profissional que, segundo

nossa análise, não melhora o processo de ensino-aprendizagem, apenas colabora com o processo de gerenciamento da vida de crianças e de suas famílias.

Diante da possibilidade de o Serviço Social Escolar de Limeira tornar-se um “modelo” para outros municípios do país, através de leis que pretendem impor a contratação de assistentes sociais nas escolas públicas, nossos esforços foram mobilizados para compreender, a partir desse *microcosmo* (ELIAS, 2000), as condições objetivas que envolvem esse serviço público.

Nessa trajetória ainda existe muito a percorrer. Sugerimos para estudos futuros, o exame do lugar do assistente social na escola relacionando-o com as funções que outrora foram do orientador educacional. Este último que foi largamente criticado por cumprir a tarefa de harmonizar os alunos com a escola e assim banido das escolas públicas da maioria dos estados brasileiros e de São Paulo em particular. As universidades públicas deixaram de formar esses especialistas e a função praticamente desapareceu. Por outro lado, as universidades públicas não se ocuparam, no Brasil, da formação dos Assistentes Sociais, profissionais sempre ligados à concepção cristã do social. Foram formados em universidades confessionais ou em algumas universidades privadas e recentemente disputam o vazio deixado pelos orientadores educacionais trazidos pelo tecnicismo na educação dos anos 1970.

Cabe ainda um estudo das transformações na formação do Assistente Social, ainda permeada pela “inconsistência teórica” da profissão. A formação privilegia as *técnicas de atuação* do profissional deixando de abordar a história e a sociologia da profissão o que resulta na incompreensão do lugar social deste profissional na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

Fontes Consultadas

Legislação

Projeto de Lei nº 442, de 1995. Institui o Serviço Social Escolar nas Escolas Estaduais de 1º e 2º graus. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Projeto de Lei Complementar nº 32 de 17/11/1997. Estabelece a criação de cargos na Administração Pública Direta, em especial na Secretaria Municipal da Saúde; na Secretaria Municipal da Fazenda e da Administração; e na Secretaria Municipal da Educação. Prefeitura Municipal de Limeira.

Lei Complementar nº 180 de 30/09/1997. Visa aumentar as faixas salariais de vencimentos dos funcionários efetivos e servidores celetistas, aposentados e pensionistas da Prefeitura Municipal de Limeira, do Centro de Promoção Social Municipal – CEPROSOM e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Limeira – S.A.A.E.).

Lei Complementar nº 183, de 22/10/1997. Dispõe sobre a constituição da rede municipal de ensino de Limeira. Prefeitura Municipal de Limeira.

Lei Complementar nº 189, de 17/12/1997. Estabelece a criação de cargos na Administração Pública Direta, em especial na Secretaria Municipal da Saúde; na Secretaria Municipal da Fazenda e da Administração; e na Secretaria Municipal da Educação. Prefeitura Municipal de Limeira.

Atas, Relatórios, Planos e Editais

ATA da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Limeira, correspondente a 11/12/1997.

ATA da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Limeira, correspondente a 22/09/1997.

BONIN, Maria José de Moraes. *Plano de Intervenção do Serviço Social junto aos Centros Infantis. Serviço Social Municipal*, 1993.

EDITAL nº 001/2000. Estabelece normas relativas à realização de Concurso Público para provimento de cargos. Prefeitura Municipal de Limeira, 2000.

EDITAL nº 002/2004. Estabelece normas relativas à realização de Concurso Público para provimento de cargos. Prefeitura Municipal de Limeira, 2004.

PLANO de atendimento aos centros infantis no ano de 1995. Divisão de Centros Infantis. Serviço Social Municipal, 1995.

PLANO Gestor da escola pesquisada, 2007-2010.

PLANO de implantação do Serviço Social Escolar na escola pesquisada, 2004.

PLANO de implantação do Serviço Social Escolar na Secretaria Municipal de Educação de Limeira. Secretaria Municipal da Educação, 2001.

PLANO Municipal de Educação. Oficializou o assistente social no quadro de Apoio Técnico das escolas municipais. Secretaria Municipal de Educação, 2005.

RELATÓRIO de Gestão do Serviço Social Escolar correspondente ao ano de 2003, apresentado para o Prêmio Fundação Limeira “Em Busca da Excelência na Educação”.

RELATÓRIO de Gestão da Escola de educação infantil e ensino fundamental “Profª Cassiana Lenci”, correspondente ao ano de 2005.

Projetos e Históricos

BONIN, Maria José de Moraes et. al. *Projeto “Perspectivas de trabalho entre técnicos e funcionários dos centros infantis”*. Serviço Social Municipal, 1993.

_____. *Avaliações técnicas referentes ao projeto de funcionários elaborado em 1993*. Serviço Social Municipal, 1994.

_____. *Projeto “Integração Grupal: equipe técnica e não técnica”*. Serviço Social Municipal, 1995.

_____. *“Funções dos Profissionais: assistente social e coordenadora”*. Serviço Social Municipal, 1995.

“Ceprosom: 40 anos contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico de Limeira”. *Gazeta de Limeira*. Abril, 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadelimeira.com.br>>. Acesso em 20/06/2011.

Forster, Paula B.B. *A atuação do serviço social junto a famílias de alunos da rede municipal de ensino*. Apresentado na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social. Salvador/BA, 2008.

Serviço Social Municipal. *Histórico do Serviço Social Municipal nos Centros Infantis*. Limeira, 1991.

Qualidade Total

Associação Limeirense de Educação. *Seleção de Notícias*. Disponível em: <<http://home.alie.br/sites/alie/principal.php?id=principal&ano=1>> Acesso em 29/12/2011.

Comitê Executivo. *Programa de Gestão da Qualidade na Educação*. Disponível em <<http://fundacaolimeira.org.br/>>. Acesso em 29/12/2011.

Comitê Executivo. *Critérios de Avaliação da Gestão Educacional*. Formação de Avaliadores para o Prêmio Fundação Limeira “Em Busca da Excelência na Educação”. Limeira: Unicamp-Ceset, 2007.

Fundação Limeira. *Histórico*. Disponível em: <<http://fundacaolimeira.org.br/>>. Acesso em: 20/04/2011.

“Limeira tem o melhor ensino fundamental do Brasil”. Jornal CIESP Limeira. Seção Educação. Maio/2007. P. 5-6. Disponível em: <<http://www.ciesplimeira.org.br>>. Acesso em 20/04/2011.

ISCA Faculdades. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação de Serviço Social*. Limeira, 2008.

Referências

ABBOTT, Jack Henry. **No ventre da besta: cartas da prisão**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

ABRANTES, Paulo Roberto. O Pré e a Parábola da Pobreza. **Caderno CEDES. Educação pré-escolar: desafios e alternativas**. Nº 9. São Paulo: Cortez, 1984. P.08-26.

ADRIÃO, T.; PERONI, Vera. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da Escola**. v. 3, p. 107-116, 2009.

ALMEIDA, Ney L. Teixeira. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/textosearquivos.htm>. Acesso em: 16 ago. 2007.

_____. Educação pública e serviço social. **Revista Serviço & Sociedade**. nº 63. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Serviço Social na Educação. **Revista Inscrita**. nº6. Conselho Federal de Serviço Social, 2000.

_____. O Serviço Social na Educação. **Revista Em Foco**. CRESS-RJ, 7ª região, 2006.

_____. Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais. In: CAMPOS, E.B. (et al). **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social – Grupo de Trabalho de Educação. Brasília/DF, 2011, p. 50-57.

_____. Reflexões para subsidiar o debate da atuação do/a assistente social na área de educação. In: CAMPOS, E.B. (et al). **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social – Grupo de Trabalho de Educação. Brasília/DF, 2011, p. 12-28

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BELMONTE, Iracema Morando. **Família nos discursos escolares**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2011.

BITTENCOURT, Agueda B. **Uma fundação para modernizar o Brasil**: a Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Anais do 6o. Encontro de investigadores: Educación, cultura y política na América Latina, México, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 9ªed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

CANEVACCI, Massimo (Org.). **Dialética da família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. Textos de Morgan, Engels, Freud, Reich, Marcuse, Fromm, Lévi-Strauss, Mead, Adorno, Horkheimer, Habermas, Mitscherlich, Laing, Esterson, Mitchel. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CADERNOS CEDES, Nº 9. **Educação pré-escolar**: desafios e alternativas. São Paulo: Cortez, 1984.

CAMPOS, Maria Machado Malta et al. A creche e a pré-escola. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: FCC/DPE, v. 39, p. 35-42, 1981.

CORDEIRO, Denise. **Juventude nas sombras**. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: GRAAL, 2001.

EIRAS, Norma Suely Siqueira. **Programa de qualidade total e gestão em educação: um estudo no município de Limeira**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro/SP, 2009.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador:** formação do estado e civilização. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, , 1993.

_____; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** a sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Correlação de forças e serviço social.** Artigo apresentado para o II Encontro Nacional de Serviço Social no Ministério Público. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <<http://www.mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo_4_-_Faleiros.pps>>. Acesso em: 04/02/2012.

FANFANI, Emilio Tenti. **La escuela y la custión social:** ensayos de sociologia de la educación. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

GASTALDO, Edison (Org.). **Erving Goffman:** Desbravador do cotidiano. Porto Alegre: Tomo, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GENTILI, Pablo A. A. **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GEOVINE, Renata. **La escuela no basta:** ¿Hacia la pedagogización de las políticas sociales? Apresentado no Sexto Encuentro Internacional de Investigadores de La Red Educación, Cultura y Política en América Latina. Puebla, 2010.

GRASSI, E. **Políticas y problemas sociales en la sociedad neoliberal.** La otra década infame. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HADDAD, Lenira. Creche: reflexões sobre uma trajetória. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Rebeldia e Submissão:** estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; Fundação Carlos Chagas, 1989.

HELOANI, Roberto. **Organização do Trabalho e Administração:** uma visão multidisciplinar. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura:** aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973. (Publicação Original, 1957).

SILVA JR, J. R. Qualidade total em educação: ideologia administrativa e impossibilidade teórica. **Educação e Realidade**, v.20, n.1. Porto Alegre: UFRS, 1995.

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração. A família:** santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. (Publicação Original em 1977)

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, Dominique (et al). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LIBERATTI, Wilson. **Direito à educação:** uma questão de justiça. São Paulo: Malheiros, 2004.

MARTIGNONI, LILIANA. **Escuela y experiencias adolescentes en el Gobierno de la pobreza.** Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Sede Academica Argentina. Buenos Aires, 2007.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social:** elo para construção da cidadania. Tese de doutorado pela PUC-SP, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Massacre dos inocentes:** a criança sem infância no Brasil. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MENDES, Jussara M.R. NOGUEIRA, Vera. COUTO, Berenice R. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Revista Serviço Social & Sociedade**. nº 79. São Paulo: Cortez, 2004. p.72-81.

MEZOMO, João Catarin. **Educação e qualidade total:** a escola volta às aulas. Petrópolis: Vozes, 1997.

NETO, José Paulo. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Revista Serviço Social & Sociedade** nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.

NOVAIS, L.C.C. et al. **Serviço Social na Educação: uma inserção possível e necessária.** Brasília: CFESS, 2001.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo: FE/USP, v. 14, p. 43-52, 1988.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Escola ou Empresa?** Rio de Janeiro: Vozes, 1998

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

RAMOS, Cosete. **Excelência na educação: a escola de qualidade total.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

_____. **Pedagogia da qualidade total.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (Org.). **A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina.** Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; IPPES, 2008.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925).** Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

RODRIGUEZ, Vicente. Descentralização e políticas públicas: o público e o privado na educação. **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática** - v. 19, n.32. Departamento de Educação. Rio Claro: Unesp, jan.-jun.-2009, p.111-126.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: FCC/DPE, v. 51, 1984, p. 73-79.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Ana Consuelo Alves. **Dimensões do Sucesso e Fracasso Escolar: estudo dirigido à infância.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas/SP, 2003.

SOUZA, Jessé. **A construção da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Burocracia e Ideologia.** São Paulo: Unesp, 2006.

UHLE. Agueda B. Do legítimo direito de punir. **Idéias.** v. 1, p. 109-117, 1994.

WITIUK, Ilda Lopes. **A trajetória sócio-histórica do serviço social no espaço da escola.** Tese de Doutorado pela PUC-SP, 2004.

VALLA, Victor Vicente. **Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940 – 1985.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

VIVENT, Guy; LAHIRE; Bernard. THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, n.1. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2001.

ANEXOS

ANEXO1

TABELA A: Fichas de alunos atendidos pelo assistente social

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
1	Feminino	Pré II	5 anos	Esmeralda	01/06/2004	“Dificuldade de seguir normas. Indisciplinada. Falta de limites. Hiperativa. Tira a roupa e calçados todo tempo. Tom de voz alto. Autoritária.”	-	-
2	Feminino	Pré II	5 anos	Esmeralda	18/09/2004	“Problemas com a fala”.	Encaminhado relatório para o Ceprosom (Centro de Promoção Social Municipal).	-
3	Feminino	Pré II	5 anos	Esmeralda	18/09/2004	“Aluna apresenta apatia extrema, não realiza as atividades propostas. Possui comportamento muito diferente do grupo”.	Encaminhado relatório para Ceprosom.	-
4	Masculino	Pré II	5 anos	Esmeralda	03/08/2004	“Aluno apresenta problema de comportamento e também é muito agressivo com os outros, o que está comprometendo sua aprendizagem”.	Convocação da mãe. Compareceu. Encaminhamento: “reflexão com a mãe sobre a educação da criança, se está paparicando muito ou se está sendo muito rígida (...)”. Encaminhado para Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL), “que nos dará uma devolutiva em relação a parte motora e psíquica”.	Relato da mãe: acha o filho agressivo. O pai da criança está preso.
5	Masculino	Pré II	5 anos	Esmeralda	2004	“Aluno apresenta problemas na fala, expressa-se com dificuldade. Também tem desempenho aquém do grupo”.	-	-
6	Masculino	Pré II	5 anos	Esmeralda	18/09/2004	“Apresenta comportamento agressivo, também não consegue expressar-se com facilidade. Há que se trabalhar e observar também sua agressividade”.	Encaminhado relatório para o Ceprosom.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
7	Masculino	Pré II	5 anos	Pérola	24/05/2004	“Aluno apresenta problema de atenção/concentração. É mais lento no que refere à execução de suas atividades. Outro dado que chama atenção é o fato de que o aluno fala pouco”.	Encaminhado para Casa da Família (Núcleo de Apoio às Famílias - NAF) Encontros toda 4ª feira. Encaminhado relatório para o Ceprosom.	-
8	Feminino	Pré II	5 anos	Pérola	18/09/2004	“Aluna é lenta, fez estimulação quando bebê com terapeuta ocupacional. Apresenta desempenho mais lento no que se refere à execução das atividades propostas”.	Encaminhado relatório para o Ceprosom. Encaminhado para participar do grupo da Casa da Família (NAF).	-
9	Feminino	Pré II	5 anos	Pérola	17/09/2004	“Apresenta comportamento agressivo e tem dificuldades de atenção, concentração. Na fala também possui algumas dificuldades”.	Encaminhado relatório para o Ceprosom.	-
					30/08/2004	“Necessidade de visita domiciliar, pois a mãe não comparece à escola quando solicitado. Outros pais estão reclamando que o aluno anda batendo nas outras crianças”.	-	-
10	Feminino	Pré II	5 anos	Ágata	01/06/2004	“Emotiva. Insegura. Dificuldade de aprendizagem.”	-	-
11	Masculino	Pré II	5 anos	Ágata	01/06/2004	“Hiperativo. Agressivo. Não tem tolerância. Não consegue seguir normas e regras.”	Encaminhado relatório para Ceprosom.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
12	Masculino	Pré II	5 anos	Ágata	01/06/2004	“Problemas psicológicos. Emotivo. Inseguro. Dificuldade de aprendizagem. Foge da sala de aula. Imaturo. Problema de higiene.	Encaminhado relatório para o Ceprosom.	“Não conseguiu fazer triagem. Só chorou, mesmo com a professora”. (assistente social)
13	Masculino	Pré II	5 anos	Ametista	28/09/04	“Dificuldade nas realizações de atividades, muito agressivo. Não tem organização mínima, tem apatia a tudo. Sua coordenação motora apresenta falhas”.	Encaminhado para participar do grupo do NAF – Casa da Família.	-
14	Feminino	Pré II	5 anos	Ametista	28/09/2004	“Dificuldades em aprendizagem; problemas emocionais, chora com facilidade, desorganizada, descuidada (não possui materiais escolares); desatenta; pediculose (piolho).”	Encaminhado relatório para Ceprosom.	-
15	Feminino	Pré II	5 anos	Ametista	03/09/2004	“Dificuldade para se expressar: fala muito baixo e com dificuldade e não fala. Apática; isolada; dispersa.”	Em reunião com a professora chegou-se a conclusão de que não é preciso encaminhar a aluna porque “apresentou bom comportamento após o recesso”.	-
16	Feminino	Pré II	5 anos	Ametista	28/09/2004	“Muito emotiva; expressa o motivo do choro, apresenta comportamento de ira, arredia. Problema de pediculose. Indisciplina.”	Encaminhado relatório para o Ceprosom.	-
17	Feminino	Pré II	5 anos	Ametista	2004	“Problema de ordem familiar. Dificuldades em desenvolver atividades. Apática. Emotiva. Isolada.”	-	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
18	Feminino	Pré II	5 anos	Ametista	2004	“Problemas de ordem familiar. Aluna faltosa. Apática. Dificuldade de aprendizagem. Emotiva”.	-	-
19	Feminino	Pré II	5 anos	Ametista	03/09/2004	-	“Em reunião com a coordenadora Jóia, pudemos constatar que a aluna apresentou bom comportamento e boa aprendizagem após o recesso escolar, portanto, não há necessidade de encaminhá-la”.	-
20	Masculino	Pré II	5 anos	Ametista	03/09/04	“Apatia. Problemas de aprendizagem. Desorganizado, perde todo material escolar. Emotivo”.	“Em reunião com a coordenadora Jóia, pudemos constatar que o aluno apresentou boa aprendizagem e socialização após o recesso escolar, portanto, não há necessidade de encaminhá-lo”.	-
21	Masculino	Pré II	5 anos	Ametista	03/09/2004	“Dificuldade ao realizar as tarefas. Indisciplinado. Coriza nasal crônica. Problemas de higiene. Às vezes apresenta comportamento agressivo e provocativo. Desorganizado/descuidado”.	“Aluno não compareceu às aulas após o recesso escolar”.	-
22	Masculino	Pré II	5 anos	Ametista	01/06/2004	“Problemas de fala. Dificuldade de aprendizagem. Problemas de higiene.”	Encaminhado relatório para o Ceprosom.	-
23	Masculino	4ª	11 anos	Diamante	08/06/2004	“Geralmente está sem material escolar; muito problema de aprendizagem; problema de higiene; disperso, se nega a fazer as tarefas; problema de ordem familiar”.	Encaminhado para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). “Foi reagrupado para o grupo Patati e vem se destacando”.	“Pai preso, viciado em drogas. Família sem renda. Atendida por programas do governo”. (assistente social)

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
24	Masculino	4ª	10 anos	Diamante	08/06/2004	“Família ausente; apático, sem iniciativa, tímido, dificuldade de aprendizagem; problema físico não específico apresentando abdômen avolumado e assimétrico”.	-	-
25	Masculino	4ª	10 anos	Jade	2004/2005	“Desempenho inferior ao grupo”. “Precisamos levantar triagem da APAE”	2004: Encaminhado para classe especial. Aguardando relatório da APAE. 2005: Encaminhado para ARIL.	-
26	Masculino	4ª	10 anos	Jade	2004/2005	“Aluno ainda não alfabetizado, apresenta sérios problemas na fala. Troca de fonemas e gagueira”.	1. Encaminhado para Ambulatório de Saúde Mental. 2. 2005: encaminhado para Beneficência Limeirense.	-
27	Masculino	4ª	10 anos	Jade	10/10/2004	Faltas.	Entrevista com a mãe.	A mãe diz que está separada do pai e o filho não obedece. Assistente social ameaça de ser encaminhado ao Conselho Tutelar.
28	Masculino	4ª	10 anos	Jade	08/06/2004	“Criança inseguro, tem medo de responder”.	-	-
29	Masculino	3ª	9 anos	Rubi	16/11/2004	“Consegue ler, mas não é capaz de escrever. A professora pede avaliação com pediatra”.	Visita domiciliar. Encaminhado para consulta com pediatra na Unidade Básica de Saúde (UBS).	Mãe é faxineira. Não comparece às reuniões porque coincidem com as datas das reuniões. Tem cinco filhos e paga uma senhora para ficar com eles. “Refletimos essa postura e ressaltamos a importância de estar próximo da escola”. Assistente social faz recomendações sobre a higiene precária do quintal e que a filha de 7 anos estava em casa sozinha. “Aluno participa como atleta de uma associação de atletismo”. (síntese do relato do assistente social)

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
30	Masculino	3ª	9 anos	Rubi	15/06/2004	“Está em defasagem com relação à classe, faz acompanhamento com psicóloga. Se dispersa com facilidade (briga), brinca e conversa em excesso, demonstra imaturidade”.	“Pedir relatório para terapeuta”. Entrevista com a mãe.	-
31	Masculino	3ª	9 anos	Rubi	15/06/2004	“Problema de fala”.	Entrevista com a mãe.	Assistente social: “Mãe relatou que o filho foi encaminhado desde o Pré para fono. No Ceprosom falaram que era dengo do menino e que a mãe deveria corrigi-lo em casa. Caso aparecesse alguma vaga, seria chamado”. A mãe admite que o filho é dengoso. Como tem convênio médico marcará uma consulta com fono. Se não for caso de fono, a mãe se compromete a mudar de atitudes com ele e não mimá-lo tanto”.
32	Masculino	3ª	9 anos	Rubi	15/06/2004	“Se dispersa facilmente, é agitado, se envolve em confusões facilmente, desorganizado”. “Se encontra no nível alfabético, tem dificuldade em produzir textos”.	Entrevista com a mãe.	Sem relatos.
33	Feminino	3ª	9 anos	Rubi	07/06/2004	“Apresenta gagueira na leitura e principalmente ao conversar”.	Convocação da mãe.	-
34	Masculino	3ª	9 anos	Safira	Out/2004	“Faltoso, problema de aprendizagem grave, não termina as lições, está no nível silábico – alfabético. Não teve progresso neste ano. Comunica-se pouco”.	Encaminhado para APAE.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
35	Masculino	3ª	9 anos	Safira	08/10/2004	“Aluno novo, sem triagem para classe especial. Temos poucas informações sobre ele. Não sabe números e é muito disperso. Checar material da escola anterior”.	Entrevista com a mãe.	-
36	Masculino	3ª	9 anos	Safira	17/10/2004	“Aluno extremamente disperso, imaturo, não realiza as atividades propostas. Necessita averiguar a dinâmica familiar. Apresenta-se sempre sujo, mal cuidado (parece ser)”.	“Chamar a mãe. Encaminhar para o Conselho Tutelar”. Encaminhado para pediatra que deve fazer os demais encaminhamentos.	Situações que o assistente social destaca no relato da mãe: mãe que passou nervoso na gravidez. Aluno bateu a cabeça no chão com dois anos e chegou a desmaiar. Tem problemas de estômago. É muito violento com os irmãos. “O pai não aceita que o filho seja levado a um psicólogo, dizendo que seu filho não é louco”.
37	Masculino	3ª	9 anos	Safira	17/10/2004	“Reagrupado em junho, menino tímido, apático e não consegue se relacionar com os amigos nem com a professora, nem quando está precisando. Não está aprendendo, sendo difícil avaliá-lo”.	Convocação da mãe. Encaminhado para APAE.	-
38	Feminino	3ª	9 anos	Safira	15/06/2004	“Apresenta comportamento de menino, com expressões grosseiras e agitadas. Problema na fala: gagueira. Desinteressada, falta de atenção e organização”. “Criança imatura, não consegue entender, está aquém da idade cronológica”.	Convocação da mãe. Encaminhada para o Ambulatório de Saúde Mental que “disse que não é o caso”. Encaminhada para APAE em Outubro de 2004.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
39	Masculino	1ª	7 anos	Turquesa	08/06/2004	“Criança imatura, não consegue progredir na escrita, segundo relato da mãe teve problemas na gestação, foi estimulado até os seis meses, andou com 1 ano e seis meses”.	-	-
					09/08/2005	“Muito parado, desligado”.	Encaminhado para APAE. Convocação da mãe.	“Foi reagrupado para outra sala”.
40	Masculino	2ª	8 anos	Topázio	31/05/2004	“Tem irmão na classe especial, é lento para realizar as atividades, nível pré-silábico, não faz lição de casa. Problemas com higiene pessoal”.	Entrevista com a mãe. Encaminhado para APAE em outubro de 2004.	Mãe foi orientada pelo assistente social sobre a tarefa de casa e a leitura. “Escola: vistoriar a bolsa – colocar material. Checar avaliação da APAE”.
						“Aluno continua no mesmo nível, começou a dar problemas de comportamento”.		-
					10/08/2005	“Criança irritada, briguento, nervoso, gagueira, tem problemas de expressão e por isso se irrita”.	Começou avaliação na APAE.	-
41	Feminino	2ª	8 anos	Topázio	04/10/2004	“Problemas de disciplina, família desestruturada, criança que apresenta sexualidade precoce, pega objetos de outras crianças, não consegue aprender”.	Entrevista com a mãe. Encaminhar para oftalmologista. 2005: Classe especial.	“Mãe se queixou do problema de visão da filha”.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
42	Masculino	2ª	8 anos	Topázio	04/10/2004	“Não consegue aprender, problemas de ordem motora, fala um pouco errado, vulnerabilidade social grave, foi avaliado pela Unesp. Não é capaz de escrever e ler, bastante desorganizado, nível silábico. Mãe não veio em nenhuma reunião de pais. É assíduo, vem vários dias com a mesma roupa”.	Entrevista com a mãe. Encaminhado para triagem na APAE. Encaminhado para triagem na ARIL: diagnóstico de deficiência mental.	2005: Classe especial.
43	Masculino	2ª	8 anos	Topázio	14/06/2004	“Problemas familiares graves, o pai é alcoólatra, quando chega em casa agride os filhos e a esposa. Em sala de aula apresenta excelente comportamento, mas se distrai com facilidade, não é capaz de assimilar conteúdos. Já foi encaminhado em 2003 para APAE”.	Entrevista com a mãe. Encaminhado para pediatra para pedir novas avaliações.	-
					08/09/2004	-	Encaminhar o caso para Conselho Tutelar.	
44	Masculino	2ª	8 anos	Topázio	21/06/2004	“Apresenta dificuldades de aprendizagem, seu raciocínio matemático é lento, não conseguindo realizar com tranquilidade adição e correspondência. Não apresenta problema de relacionamento com os colegas e professores. Tem problemas familiares, pedindo às vezes para que as professoras guardem seu material, pois em casa os irmãos pegam e estragam. Também tem dificuldades na fala, fazendo trocas sonoras. Faltoso. Chora por qualquer coisa.	Convocação da mãe. Relatório para Conselho Tutelar.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
45	Masculino	2ª	8 anos	Topázio	31/05/2004	<i>Família ausente, não faz nada em sala de aula. Não tem atenção, não conhece letras, não é capaz de escrever o nome sozinho, não sabe usar o caderno.”</i>	-	-
					04/10/2004	<i>“Continua como antes”.</i>	<i>Encaminhado para triagem na APAE. Vara da Infância.</i>	-
					23/02/2005	<i>Conversa com assistente social da Aril.</i>	<i>Encaminhado para triagem na Aril.</i>	-
					01/09/2005		<i>Visita domiciliar.</i>	-
					05/09/2005	-	<i>“Orientação aos pais sobre a situação, reflexão sobre a educação dos filhos, necessidade de dar limites, atenção e cuidados básicos. Orientação sobre encaminhamento para Promotoria.</i>	-
46	Masculino	2ª	8 anos	Topázio	21/05/2004	<i>“Aluno faltoso, não tem organização, não faz as atividades, não conhece letras, nível pré-silábico”.</i>	<i>Encaminhado para triagem na APAE.</i>	-
					04/10/2004	<i>“O aluno foi avalizado pela professora e apresentou resultados muito aquém para sua idade. Fala muito errado, tem irmão na classe especial”.</i>	<i>Encaminhado para o Ambulatório de Saúde Mental.</i>	<i>“Faltou da Saúde Mental”.</i>

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
47	Masculino	2ª	8 anos	Topázio	04/06/2004	“Criança insegura, apresenta dificuldade no processo ensino-aprendizagem, problema de audição ou entendimento”.	Entrevista com a mãe. Encaminhado para pediatra. Encaminhado para reforço.	“Mostrei para a mãe o desempenho dele, falei da insegurança e falamos da necessidade de trabalhar esta insegurança”.
					04/10/2004		Nova entrevista com a mãe.	“A mãe conversou com a professora que pôde observar super-proteção da família. O aluno é muito dependente, não conhece letras”.
48	Masculino	2ª	8 anos	Topázio	07/06/2004	“Comportamento ruim e com isso compromete sua aprendizagem. Não faz as atividades em sala de aula, na fila e no refeitório. Foi abandonado pela mãe com 40 dias de vida com o pai”.	Entrevista com o pai.	“Orientações para a família: 1- Lição de casa; 2- Reforço escolar; 3- Materiais dele, diretora; 4- Questões sobre a semana/mês/ano”.
					29/09/2004	“Aluno continua com comportamento inadequado, melhorou a atenção do pai, mas o aluno não consegue organizar. O aluno adora cantar. Na fala apresenta dificuldade na hora de pronunciar as palavras, não há trocas. Conhece todas as letras, mas não é capaz de escrever”.	“Professora sugeriu triagem na APAE”.	-
					2005	-	Classe especial.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
49	Masculino	2ª	8 anos	Topázio	07/06/2004	“Segundo professora do ano anterior, a criança foi violentada sexualmente pelo pai, desligada das atividades, tem sexualidade aguçada. Tem dificuldade na fala, às vezes gagueja, não tem cuidados com o material”.	-	-
					04/10/2004	“O aluno não teve avanço na aprendizagem”.	-	-
50	Masculino	2ª	8 anos	Topázio	07/06/2004	“É bastante agitado, tem comportamento inadequado”.	Entrevista com a bisavó que tem a guarda da criança.	“Mãe usuária de drogas. Segundo bisavó: criança calma em casa”. “Orientações para família: lição de casa; não faltar nas aulas de reforço; trabalhe com ele a questão dos dias da semana, mês e ano. Reforço de terças e quintas. Agendar consulta com o pediatra e retornar para a escola”.
51	Feminino	-	-	Opala	02/06/2004	“Problemas na fala (sério) exemplo ‘professora’; dificuldades em aprendizagem, pediculose”.	Encaminhado relatório para Ceprosom.	
52	Feminino	2ª	8 anos	Cristal	04/10/2004	“Apresenta déficit de atenção, não assimila nada, vem bem arrumada para a escola, quieta, bom comportamento, mas não é capaz de se ater a nada. Faltou bastante durante um período, chorava, não queria ficar na escola. Não teve progressos na aprendizagem”.	Entrevista com a mãe. Encaminhada para triagem na APAE.	“Pai sabe ler, mas não é capaz de escrever. Encaminhar pai para T.O”.
					2005	-	Classe Especial.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
53	Feminino	2ª	8 anos	Cristal	14/06/2004	“Problema familiar, não consegue aprender não atingiu o nível alfabético, apresenta comportamento diferenciado às vezes é prepotente e outras é vulnerável, chora com facilidade, não consegue ficar na cadeira, não termina as atividades”.	“A mãe já levou ao pediatra e estamos enviando relatório”.	-
					01/10/2004	“Criança esperta, não sabemos por que não consegue progredir. Verificar com a mãe o encaminhamento para o pediatra”.	Convocação da mãe.	-
54	Masculino	2ª	8 anos	Cristal	21/06/2004	“Tem dificuldade em aprendizagem, tem problemas familiares, é agitado, mas respeita o professor”.	Caso foi encaminhado ao Conselho Tutelar por problemas de faltas.	“Professora disse que os pais compareceram, não melhorou nada, não valoriza a escola, melhorou a frequência. Briga bastante”.
55	Masculino	2ª	8 anos	Cristal	21/06/2004	“Dificuldade de aprendizagem”.	Criança foi agrupada em outra classe.	-
56	Masculino	2ª	8 anos	Cristal	21/06/2004	“Faz tratamento com psicóloga devido sua hiperatividade. Não tem capricho com os materiais. Está sempre em disputa com os outros colegas”.	“Checar quem atende o aluno e pedir relatório”.	-
57	Feminino	2ª	8 anos	Jaspe	29/10/2004	“Se recusa a responder, não participa quando é solicitada. Aluna muito quieta, faltosa, tem dificuldade em escrever, evoluiu pouco”.	Encaminhada para triagem na APAE.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
58	Feminino	2ª	8 anos	Jaspe	14/06/2004	“Tem dificuldade para se concentrar, apresenta defasagem na escrita, não conhece números. É agitada, está sempre mexendo com os colegas, sexualidade aguçada, criança com comportamento sarcástico”.	“Chamar a mãe checar hiperatividade. A professora relata que a mãe declara que ela está sempre se quebrando”. Encaminhar para o Posto de Saúde”.	-
					01/10/2004	“Faltando bastante, continua desatenta, não consegue melhorar na aprendizagem”.	-	-
59	Feminino	2ª	8 anos	Jaspe	14/06/2004	“Aluna em defasagem, se encontra no nível pré-silábico, tem trocas na fala bastante significativas. Não tem concentração, bastante agitada, tem problemas de ordem familiar. Sexualidade aguçada”.	-	-
					08/2004	“Freqüentando reforço escolar, acionar os pais para encaminhar ao pediatra e pedir fonoaudiologia”.	“Encaminhar para Beneficência Limeirense, fono”.	-
					01/10/2004	-	“Conversa com a professora, está mais caprichosa, tendo mais atenção, mas a fala continua bastante comprometida”.	-
60	Feminino	2ª	8 anos	Jaspe	04/10/2004	“Muita falta de atenção e de concentração, não consegue aprender nada. Família participativa”.	Encaminhada para triagem na APAE.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
61	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	2004	“Aluno agressivo, não reconhece os seus erros, não aceita que chame atenção, não mantém contato visual”.	-	-
62	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	13/10/2004	“Dificuldade na fala”.	Entrevista com a mãe.	-
63	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	21/06/2004	“Regrediu após reagrupamento, apresentando desinteresse. Tem dificuldade na aprendizagem e comportamento um pouco agressivo”.	-	-
64	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	2004	“Já fez tratamento na pré-escola com psicóloga, pouco tolerante. Foi encaminhado para Saúde Mental, mas a mãe não fez o tratamento”.	Entrevista com a mãe.	-
65	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	2004	“Problema familiar: rejeitado pelos pais e tutelado pelo avô. Dificuldade na aprendizagem, nervoso”.	Encaminhado para triagem na APAE em outubro/2004.	-
66	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	15/06/2004	“Aluno com comportamento agitado e de difícil temperamento com colegas e professores. Foi reagrupado duas vezes até o momento, passando por todos os grupos, devido a socialização. Quanto a aprendizagem vem se desenvolvendo gradativamente”.	-	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
67	Masculino	Pré III	6 anos	Sodalita	01/08/2005	Faltas.	Entrevista com a mãe.	“Família com problemas sociais crônico”. Pai preso, irmã deficiente auditiva e tem um filho que deixa para a sua mãe cuidar. Família também é atendida pela assistente social da comunidade. Mãe alegou não ter material escolar. Concedemos e estabelecemos um acordo onde deverá trazer o menino para as aulas de qualquer forma. Caso não possa, por estar fazendo faxina, a irmã ou algum vizinho deverá trazê-lo. A mãe se faz de vítima, não tem perspectiva e nem coragem para reverter a situação, todas as propostas debatidas para que possa orientá-la a encontrar soluções para suas dificuldades, encontrou empecilhos”.
68	Masculino	Pré III	6 anos	Sodalita	31/05/2004	“Problema de motricidade. Desatento. Corisa nasal crônica grave. Desorganizado, dificuldade de coordenação e aprendizagem”.	Encaminhado para atendimento na Casa da Família (NAF) e ARIL.	“Não compareceu para atendimento”.
					06/08/2005	“Bastante dificuldade na aprendizagem, nível pré-silábico”.	Encaminhar para APAE.	
69	Masculino	Pré III	6 anos	Sodalita	01/08/2005	“Foi feito relatório para encaminhamento. Desatento, difícil socialização, fica isolado. Fala sozinho. Comportamento estranho. Começa as atividades, mas não termina. Fica nervoso, bate nos colegas e professora”.	“Verificar avaliação no Ambulatório de Saúde Mental”.	“Já foi atendido pela APAE”.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
70	Masculino	Pré III	7 anos	Sodalita	31/05/2004	<p>“Problema de motricidade. Disperso. Apático. Dificuldade de fazer as atividades propostas”. (Prof. 1)</p> <p>“Apresenta idade motora abaixo da idade cronológica”. (Prof.2)</p>	Encaminhado para Casa da Família (NAF).	Criança avaliada pelo professor regular e pelo professor da sala de recurso.
					2005	Faltas.	Convocação da mãe. Relatório para encaminhamento.	-
71	Masculino	Pré III	7 anos	Sodalita	2004	<p>“Problema de motricidade. Apático. Disperso”. (Prof.1)</p> <p>“Apresenta uma pequena diferença entre idade motora e a cronológica”. (Prof.2)</p>	Freqüentando a Casa da Família (NAF).	Criança avaliada pelo professor regular e pelo professor da sala de recurso.
					2007	“Foi feito encaminhamento para pediatra para possível avaliação. Criança desatenta, começa bem as atividades e não consegue dar continuidade. Nível pré-silábico”.	Encaminhado para pediatra.	“Já apresentou melhoras, mas necessita de acompanhamento constante do professor”.
72	Masculino	Pré III	6 anos	Sodalita	31/05/2004	<p>“Problemas de motricidade. Apresenta certa agressividade Desorganizado. Extremamente emotivo, inseguro. Dificuldade de aprendizagem. Corisa nasal crônica. (Prof.1)</p> <p>“Apresenta uma pequena alteração entre a idade motora e idade cronológica”. (Prof.2)</p>	Encaminhado para Casa da Família e Aril.	Não compareceu para atendimento.
					29/07/2005	“Reagrupado para grupo Lírio. Teve progresso, mas continua aquém do esperado”.		

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
73	Masculino	Pré III	6 anos	Sodalita	31/05/2004	“Problema de motricidade. Desatento nas atividades. Comportamento agitado”. (prof.1) “Idade motora abaixo da idade cronológica”. (prof.2)	Encaminhado para Casa da Família (NAF).	Não freqüentou.
					28/07/2005	“Bastante desatento, poucos progressos no 1º semestre de 2005”.	Convocação da mãe.	-
74	Masculino	Pré III	6 anos	Sodalita	01/08/2005	“Superproteção da família, tem irmãs com dificuldade na aprendizagem. Indisciplinado. Foi feito relatório para encaminhamento. Nível pré-silábico”.	-	-
75	Masculino	3ª	9 anos	Unaquita	08/06/2004	“Em sala de aula apresenta comportamento inadequado, nervosismo, bastante dificuldade na aprendizagem”.	“Aguardando relatório da APAE. Contato com profissionais da Saúde Mental que atendem o aluno”.	“Aluno faz tratamento com fonoaudióloga e psicóloga da Saúde Mental”.
76	Masculino	3ª	9 anos	Unaquita	08/06/2004	“Criança extremamente tímida, não conversa com os colegas, é lento para resolver as atividades”.	06/10/2004: entrevista com a mãe. Encaminhamento para triagem na APAE.	“Aluno fez tratamento durante um ano com fono, pedagoga e psicóloga, segundo a mãe”.
77	Masculino	3ª	9 anos	Unaquita	07/06/2004	“Tem bastante dificuldade de aprendizagem, relata problemas de ordem familiar, foi reagrupado junho”.	Conversa com a mãe.	-
78	Feminino	3ª	9 anos	Unaquita	Out/2004	“Está começando a escrever palavras simples. Termina a lição. Caprichosa. Problema social. Presenciou a morte do amante da mãe”.	-	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
79	Masculino	3ª	9 anos	Unaquita	08/10/2004	-	Conversa com a tia responsável pelo aluno.	Segundo a tia: o aluno fez tratamento na Saúde Mental onde “teve o diagnóstico de hiperatividade e pouca vontade de aprender”. Foi encaminhado para T.O., mas a tia optou por não levar porque a psicóloga disse que não teria tanta necessidade. A mãe do aluno mora em outro Estado. Relatório conta a história da mãe do aluno que poderia determinar seu comportamento.
80	Masculino	3ª	9 anos	Unaquita	15/06/2004	“Aluno faltoso, prejudicando o desempenho. Não tem interesse por nada, mesmo quando é chamado a atenção não se importa. Não tem organização, falta de materiais”.	Entrevista com a mãe. Aluno continua faltando. Encaminhado relatório ao Conselho Tutelar.	-
81	Masculino	3ª	9 anos	Unaquita	15/06/2004	“Bastante agitado, desorganizado, não tem limites, comprometendo o aprendizado e as atividades. Participa indevidamente da aula, fazendo perguntas anteriores e fora do contexto”..	-	Foi reagrupado.
82	Masculino	3ª	9 anos	Unaquita	15/06/2004	“Não se atém ao conteúdo e as explicações comprometendo o rendimento e término das atividades, dificuldade em relação as regras e a convivência. Muito agitado”.	Entrevista com a mãe. “Foi reagrupado, devido melhoria no desempenho. Encaminhado para oftalmo”.	Relato: “a mãe repetiu de ano 4 vezes e fez triagem na APAE que não acusou comprometimento e depois teve bom desempenho escolar”.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
83	Feminino	3ª	9 anos	Unaquita	08/06/2004	“Problemas de aprendizagem; de higiene; dispersa; pouco cuidada e pouco cuidadosa; agressiva”.	Encaminhada para APAE.	Relato: “aluna já sofreu assédio sexual”.
84	Masculino	3ª	9 anos	Unaquita	08/06/2004	“Geralmente vem sem material, não copia as tarefas; pouco tolerante; apresenta problemas de higiene e roupas comprometidas (rasgadas e velhas); Agressivo”.	-	-
85	Masculino	3ª	9 anos	Unaquita	2004	“Aluno em recuperação de ciclo com sérias trocas na fala e na escrita. Urgente relatório e encaminhamento”.	Encaminhado para fonoaudióloga voluntária.	-
86	Masculino	1ª	7 anos	Água Marinha	21/06/2004	“Dificuldades de aprendizagem e de relacionamento. Irrita-se com facilidade, achando-se provocado. Relaciona número ao símbolo e quantidade. Encontra-se na fase silábica da escrita. Não consegue se concentrar na realização das atividades, distraíndo-se com facilidade”.	“Acionar a mãe. Observar o comportamento”. Encaminhado para APAE.	“Pais se negaram a comparecer à escola”.
87	Masculino	1ª	8 anos	Água Marinha	01/10/2004	“Aluno fala errado, com muitas trocas, não tem absolutamente nada de atenção, só copia as respostas, não é capaz de fazer sozinho, chora quando se sente pressionado”.	Entrevista com a mãe. Encaminhado para pediatra que deve encaminhar para fono.	Relato: “criança nasceu com peso muito baixo. Sempre foi fraquinho e fora do peso. Em casa brinca, corre, tem vários amigos. É uma criança participativa. Faz reforço duas vezes por semana. Gosta de livros”.
88	Masculino	1ª	7 anos	Água Marinha	2004	“Aluno fala errado, tem déficit de atenção, desenvolvimento aquém do esperado”.	Entrevista com a mãe. Encaminhado para Ambulatório de Saúde Mental.	Relato: “Esclarecemos para a mãe sobre a necessidade de avaliação fonoaudiológica-hiperatividade. Precisa marcar pediatra”.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
89	Feminino	1ª	7 anos	Água Marinha	04/05/2004	“Aluna faltosa, quando vem não tem rendimento”.	Criança foi reagrupada para o grupo Iris. Entrevista com responsável.	-
90	Feminino	1ª	7 anos	Água Marinha	22/06/2004	“Dificuldade na aprendizagem, freqüente reforço, família ausente, não traz material, nunca termina a lição de classe e não traz a lição de casa”.	Entrevista com a mãe. “Encaminhamentos: ler os livros para casa; auxiliar na lição de casa; questões sobre a rotina da escola: reforço, materiais, relatório”.	Relato: “a criança não fez pré. Teve uma infância normal”.
					04/10/2004	“Aluna conhece as letras do alfabeto, tem comportamento inadequado, não participa da aula e continua não terminando a lição. Muito distraída, fica quieta”.	-	-
					02/2005	“Aluna apresentou-se para a vice-diretora dizendo que a mãe havia mandado ela para a escola e que trabalhasse (ajudasse a escola no período oposto)”.	-	-
91	Masculino	1ª	7 anos	Água Marinha	04/06/2004	“Não sabe utilizar o caderno (noções espaço temporal). Dificuldade de aprendizagem”.	Entrevista com o pai. Criança já vem no reforço.	Relato: “infância normal. Orientamos no sentido de valorizar a atividade da escola”.
					04/10/2004	“Aluna vem se destacando, mas não consegue acompanhar o outro grupo. Chora, briga, é agitada. Vamos aguardar para verificar se há progressos. Já consegue usar o caderno”.	-	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
92	Masculino	1ª	7 anos	Água Marinha	07/06/2004	“Foi reagrupado, não faz lição de casa.”	Entrevista com responsável. “Alguém assuma as tarefas de casa, questões de rotina, os livros da biblioteca. Refazer o caderno dele”.	Relato: “Trauma: viu a mãe dele morrer”.
					04/10/2004	“Aluno faltoso, briga com os colegas. Não melhorou com relação a aprendizagem, falta de interesse.”	Conversa com aluno.	
93	Feminino	1ª	7 anos	Labradorita	04/06/2004	“Apresenta dificuldade de aprendizagem, é emotivo”.	Entrevista com responsável. Encaminhada para APAE.	Relato: “Continua no grupo Y, mas está aquém do desempenho do grupo, não está no grupo Z porque consegue copiar as atividades. Falta bastante porque tem dores de cabeça quando a sinusite está atacada. Não frequenta reforço. Acompanhar as lições”.
94	Feminino	1ª	7 anos	Labradorita	31/05/2004	“Não faz as atividades, está sempre desatenta, nunca presta atenção, pré-silábica”.	-	-
					04/10/2004	“Teve progresso na aprendizagem, continua desatenta”.	-	-
95	Feminino	1ª	7 anos	Kynite	03/08/2005	“A aluna tem muita dificuldade na aprendizagem, está no nível pré-silábico”.	Encaminhamento para ARIL.	Relato: “A mãe já frequentou a Aril”.
96	Masculino	1ª	7 anos	Kynite	03/08/2005	“Dificuldade na aprendizagem. Nível pré-silábico. Desorganizado”.	“Organizar e monitorar os materiais. Relatório para encaminhamento”.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
97	Feminino	1ª	7 anos	Kynite	03/08/2005	-	“Encaminhado para atendimento na Casa da Família e ARIL, mas não compareceu.”	-
					20/10/2004	-	Freqüentou NAF – Casa da Família.	-
98	Masculino	1ª	7 anos	Kynite	04/10/2004	“Comportamento. Aluno inquieto, atenção ausente, faz as atividades na classe, conhece algumas letras, nível pré-silábico, família presente e participativa”.	-	“O aluno regrediu. Responsável não compareceu mais à reunião depois de ter conversado com a direção e professoras, quis transferir o aluno, mas resolveu mantê-lo nesta escola pedindo mais uma chance para seu filho. Não se atém o que se está falando, desatento”.
99	Masculino	1ª	7 anos	Kynite	08/06/2004	“É agressivo, apático, não entende o que se pede, teve pouquíssimos progressos, está no nível pré-silábico”.	Encaminhamento Saúde Mental. Entrevista com a mãe. “Psicóloga sugeriu avaliação neurológica. Toma remédio prescrito pela neurologista infantil”.	Aluno estava fazendo tratamento psicológico. Relato: “criança presenciou cenas de violência, assalto em casa”.
					07/03/2005	-	Entrevista com a mãe. “Pedido para ser reavaliado pelo médico, e também procurar psicólogo do NAF.”	-
					04/2005	-	“Aluno iniciou tratamento com remédio para hiperatividade”.	-
					05/2005	-	“Estagiárias da psicopedagogia iniciaram um trabalho com o aluno”.	-
					08/2005	-	“Triado pela psicóloga”.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
100	Masculino	1ª	7 anos	Kynite	2004	“Aluno com desempenho inferior apresenta-se sempre sem cuidados pessoais. Possui manchas na pele, fala errado”.	“Foi reagrupado”.	-
					03/08/2005	“Melhorou na aprendizagem. Gagueira quando está nervoso, fala infantilizada”.	-	-
101	Feminino	1ª	7 anos	Kynite	08/06/2004	“Aluna faltosa, não agrega valor ao que é ensinado na escola, tem bastante dificuldade de entendimento. Mora com avó”.	Entrevista com responsável.	-
					03/08/2005	“Ainda apresenta faltas. Tem dificuldade”.	“Chamar a mãe (avó)”.	-
102	Feminino	1ª	7 anos	Kynite	08/06/04	“Não progride na escrita, é desatenta, não registra o que foi dito e muitas não entende, sempre copia as atividades dos colegas e é insegura.	Entrevista com a mãe.	Relato: “Mãe trabalha fora e deixa as crianças por conta da empregada. Não tem tempo de olhar as atividades das crianças. Ela disse que deixou de trabalhar dois dias para poder cuidar dos filhos. A mãe diz que o único problema da filha é fazer xixi na cama. É uma criança bem comportada. No final da entrevista a mãe disse que o pai teve uma fase de sair para beber e quando chegava em casa estava alterado, assustava as crianças. Não era violento, mas ficava bravo com as crianças”.
					03/08/2005	“Oscila na escrita, nível silábico, alfabético, demonstra ansiedade”.	“A mãe não comparece quando solicitado”.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
103	Masculino	1º	7 anos	Iolita	21/11/06	Faltas.	Relatório ao Conselho Tutelar.	Relato: "não atingimos sucesso na intervenção realizada".
					07/12/06		Visita domiciliar.	-
104	Masculino	1º	7 anos	Iolita	18/10/06	Otite	Visita domiciliar. Encaminhamento para especialista.	-
105	Masculino	1º	7 anos	Iolita	18/09/06	"Rendimento e comportamento afetados por situação familiar".	Visita domiciliar.	-
106	Masculino	1º	7 anos	Iolita	11/09/06	"Aluno sempre com dor de cabeça; não consegue a lousa; vive resfriado; cansado; não termina as atividades; freqüentemente vem sujo para a escola".	Convocação. Encaminhamento para oftalmologista.	Família deve retornar com a prescrição médica.
107	Masculino	1º	7 anos	Iolita	13/09/06	Mãe pediu encaminhamento para psicólogo.	Visita domiciliar. Encaminhamento para psicólogo a pedido do pediatra.	-
108	Feminino	1º	7 anos	Iolita	01/08/06	Família não efetuou matrícula da criança.	Visita domiciliar.	-
109	Masculino	1º	7 anos	Iolita	13/07/06	Faltas.	Visita domiciliar.	-
110	Feminino	1º	7 anos	Iolita	05/04/06	Faltas.	Visita domiciliar.	Família mudou.
111	Masculino	1º	7 anos	Iolita	23/08/06	Reclamação da mãe de que a criança foi embora com a boca machucada.	-	-
					09/10/06	-	Criança encaminhada para psicólogo.	-
112	Masculino	1º	7 anos	Iolita	30/10/06	Comportamento. (agressividade)	Realizou visita, mas não encontrou ninguém. Relatório ao Conselho Tutelar.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
113	Masculino	1ª	7 anos	Cristal	31/10/06	Dificuldade na fala. Alvo de brincadeiras dos colegas.	Realizada visita domiciliar. Mãe estava trabalhando. Convocação para comparecer na escola.	-
					06/11/06	Mãe compareceu para atendimento.	Aguardar o relatório da professora para encaminhar a criança para Saúde Mental.	-
					10/07/07	Encaminhamento	Encaminhamento para Saúde Mental, setor de fonoaudiologia.	Notar que esse procedimento durou 8 meses.
114	Masculino	1ª	7 anos	Diamante	16/08/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: criança freqüenta a ARIL desde janeiro/07.
115	Feminino	1ª	7 anos	Opala	18/07/08	Faltas injustificadas.	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: filha estava com piolho e com feridas na cabeça. Mesmo conseguindo perua escolar para a filha, ela não quer ir para a escola. Tomou um soco na barriga e a professora não deu importância. "A genitora demonstra estar descontente com a escola". Ameaça de encaminhar para Conselho Tutelar.
116	Masculino	1ª	7 anos	Pérola	2007	"Não faz tarefas. Atrapalha os colegas. Sai da sala quando quer. Briga, bate e chora por qualquer motivo".	Convocação da família. Criança foi trocada de sala. Reavaliação depois de 2 meses. Está fazendo triagem na ARIL.	-
117	Masculino	1ª	7 anos	Diamante	19/04/07	"Triagem na Aril. Pai diz não ter dinheiro para transporte".	Convocação.	"Pai alega que é do interesse da família acompanhar o filho. Acredita que pode levar o filho para triagem uma vez por semana".
118	Masculino	1ª	7 anos	Esmeralda	12/12/07	Faltas.	Relatório ao Conselho Tutelar.	-
119	Masculino	1ª	7 anos	Pérola	17/10/07	Faltas.	-	Aluno transferido a pedido do Conselho Tutelar da cidade de São Carlos.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
120	Masculino	1ª	7 anos	Pérola	10/07/07	Comprometimento de audição.	Visita domiciliar. Família não encontrada. Recado por telefone ao tio do aluno.	-
121	Masculino	1ª	7 anos	Diamante	28/03/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: crianças não tem material escolar. Escola forneceu.
122	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	17/08/06.	Criança cortou o pé na escola.	Contato telefônico para saber da saúde da criança. Assistente social solicitou declaração do médico sobre as faltas.	-
123	Feminino	2ª	8 anos	Ônix	30/08/06	Suspeita de “déficit de atenção – hiperatividade”, segundo professora.	Encaminhada para Saúde Mental.	-
					05/10/06		Agendamento de Triagem para psicóloga da Unidade Básica de Saúde.	-
					09/10/06		Encaminhada para psicóloga.	-
					16/10/2006		Convocação da mãe, mas não compareceu.	-
					04/12/06		Mãe compareceu na escola para atendimento. Orientação sobre “tratamento” da aluna. Relatório ao Conselho Tutelar.	-
124	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	28/06/06	Dificuldade de copiar da lousa.	Encaminhado para oftalmologista.	-
125	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	19/12/06	Faltas.	Convocação. Orientação sobre a frequência escolar.	Mãe justifica falta por problemas familiares.
126	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	22/08/06	“Nunca frequentou o Grupo Z”.	Contato telefônico.	-
127	Feminino	2ª	8 anos	Ônix	22/08/06	“Nunca frequentou o Grupo Z”.	Visita domiciliar.	-
128	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	29/08/06	“Faltas no reforço. Perdeu óculos. Precisa de fono”.	Encaminhado para oftalmologista.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
129	Masculino	2ª	8 anos	Ônix	13/12/06	Mãos machucadas.	Visita domiciliar. Relatório para o Conselho Tutelar.	Mãe estava tratando com remédio caseiro. Por este motivo foi para o Conselho Tutelar.
130	Feminino	2ª	8 anos	Ônix	13/06/06	Estado de sonolência.	Visita domiciliar.	A professora suspeitou que a criança tomou algum remédio.
<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
131	Masculino	2ª	8 anos	Ágata	06/12/07	“Comportamento inadequado. Mãe não participa das reuniões”.	Conversa com o aluno. Convocação da mãe.	Relato: “Neste dia o aluno não trouxe mochila e iria jogar as atividades no lixo”. Conversamos com o aluno que chorou compulsivamente temendo receber repreza por parte da família”.
					03/04/07	Faltas.	Convocação.	Justificativa da mãe: aluno passou por cirurgia.
132	Masculino	2ª	8 anos	Fluorita	11/08/07	“Sempre cheio de urina, muita falta de higiene”.	Convocação.	Justificativa do pai: cuida sozinho dos filhos, trabalha o dia todo na fábrica de jóias. A mãe das crianças que não mora com eles, vem uma vez por mês lavar as roupas. Conta com a ajuda de uma cunhada.
133	Feminino	2ª	8 anos	Jade	12/07/07	Faltas.	Visita domiciliar. Não encontraram a família, vizinhos não conhecem.	Relato: “Foram para sem-terra”.
134	Feminino	2ª	8 anos	Jade	18/07/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Relato: “Mãe estava trabalhando. Recado com a filha que caso persistam as faltas, o caso será encaminhado ao Conselho Tutelar”.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
135	Masculino	2ª	8 anos	Jade	06/08/07	Faltas.	Convocação.	Justificativa da mãe: criança sofre de bronquite. Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar.
136	Masculino	2ª	8 anos	Jade	21/08/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa do pai: criança extraiu um dente e esteve com gripe. Não apresentou nenhum comprovante na escola. Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar.
137	Feminino	2ª	8 anos	Kynite	18/07/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: filha esteve doente, mas não passou pelo médico.
138	Masculino	2ª	8 anos	Kynite	12/12/07	Faltas.	Orientação.	Justificativa da mãe: criança estava com rinite alérgica. Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar.
139	Masculino	2ª	8 anos	Kynite	16/08/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: filho se esconde no horário de ir para escola e só aparece depois. Também esteve com a garganta inflamada. Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar.
140	Feminino	2ª	8 anos	Kynite	21/08/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa: a irmã da aluna ficou doente e não podia levar a filha para escola. Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar.
141	Feminino	2ª	8 anos	Kynite	09/08/07	Faltas.	Convocação. Orientação sobre prejuízo na aprendizagem.	Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar.
142	Feminino	2ª	8 anos	Kynite	18/07/07	Faltas.	Visita domiciliar. Não encontraram ninguém. Crianças ficam com a avó. Deixou recado com o vizinho.	Casos encaminhados em Julho, mas as visitas ocorreram até o mês de dezembro.
143	Masculino	2ª	8 anos	Kynite	18/07/07	Faltas.	Visita domiciliar. Família mudou para cidade de Piracicaba.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
144	Masculino	2ª	8 anos	Kynite	18/07/07	Faltas.	03/08: Convocação. Mãe compareceu.	-
145	Feminino	2ª	8 anos	Jade	06/08/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Avó justificou que “não tem voz ativa com as crianças”. Só vão para escola quando a mãe está em casa. Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar. Justificativa da mãe no dia seguinte: trabalha em roça e as vezes é fora da cidade fazendo que ela fique até dois dias sem ir para casa.
146	Masculino	2ª	8 anos	Jade	10/09/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa: família está morando mais distante da escola, mas não deseja transferir o filho.
					15/03/07	“O aluno é indisciplinado, faz o que quer sem autorização, não faz lição, sai da sala de aula e fica passeando pela escola”.	Convocação.	-
					13/08/07	Faltas.	Convocação.	-
147	Feminino	3ª	9 anos	Topázio	22/11/06	Material escolar danificado pela chuva.	Visita domiciliar. Material concedido para aluna e mais dois irmãos.	Casa foi destelhada pela chuva molhou o material escolar.
148	Masculino	3ª	9 anos	Topázio	30/10/06	“Aluno desobedece a professores e mexe nas coisas dos colegas”.	Visita domiciliar. Encaminhamento para Casa de Misericórdia.	Aluno foi suspenso.
					01/11/06	-	Mãe encaminhada para terapia com psicólogo.	-
149	Feminino	3ª	9 anos	Topázio	04/07/06	Necessita de triagem na ARIL.	Encaminhada para triagem na ARIL.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
150	Masculino	3ª	9 anos	Topázio	13/06/06	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: criança fica com a irmã de 15 anos.
					12/09/06	Faltas continuam.	Visita domiciliar.	-
					21/09/06	-	Visita domiciliar.	-
					28/09/06	-	Conselho Tutelar.	Pai compareceu e "foi advertido".
					02/10/06	Pedido de material escolar.	Concedido material escolar.	-
151	Masculino	3ª	9 anos	Topázio	11/07/06	"Aluno se encontra apático na sala de aula".	Visita domiciliar.	Orientação AS: "motivá-lo para que ele tenha um melhor rendimento escolar".
152	Feminino	3ª	9 anos	Topázio	11/07/06	Perde os materiais. Aprendizagem. Higiene.	Visita domiciliar. Orientação.	-
153	Masculino	3ª	9 anos	Topázio	22/03/06	Higiene. "Cheiro forte de xixi, parece que não toma banho".	Convocação.	-
					23/03/06	-	Entrevista com a mãe.	A mãe justificou que não tem sabão para lavar roupa. Assistente social orientou sobre a "necessidade de manter uma boa higiene corporal". "A criança poderá ser excluída pelos colegas pelo "mau cheiro".
154	Masculino	3ª	9 anos	Topázio	22/03/06	Criança apanhou com cinto. Hematomas no corpo.	Contato telefônico. Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: aplicou a disciplina porque o filho não obedece e fica na rua com más companhias enquanto ela trabalha. Relato: "orientamos quanto a maneira de disciplinar, bem como sobre a lei do ECA".

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
155	Masculino	3ª	9 anos	Topázio	02/05/06	Faltas da sala de recurso. Higiene. Aprendizagem.	Contato telefônico. Ameaça de encaminhar ao Conselho Tutelar.	-
					12/06/06	-	Visita domiciliar. (não havia ninguém na casa)	-
156	Feminino	3ª	9 anos	Topázio	02/05/06	Faltas.	Convocação. Orientação sobre faltas. ECA. Conselho Tutelar.	-
157	Feminino	3ª	9 anos	Topázio	22/08/06	Nunca frequentou o Grupo Z.	Visita domiciliar.	Família diz que a aluna frequenta as aulas normalmente.
158	Masculino	3ª	9 anos	Rubi	17/09/07	Faltas.	Visita domiciliar.	12/12/07: Família se mudou para Sumaré.
159	Feminino	3ª	9 anos	Rubi	05/12/07	Faltas.	Convocação. Mãe compareceu.	Justificativa da mãe: criança não quer ir para a escola. Quer transferência para o período da tarde, mas só há vaga em outra escola.
					12/12/07	Faltas.	Visita domiciliar. Não havia ninguém.	
					18/12/07	Faltas.	Entrevista com a mãe.	Justificativa: mãe diz que a filha não consegue acordar cedo. Mãe foi orientada quanto aos "prejuízos na aprendizagem da criança".
160	Feminino	3ª	9 anos	Jaspe	18/07/07	Faltas.	03/09/07: Visita domiciliar.	Justificativa da irmã: criança estava doente, com febre, dor de barriga, mal-estar. Disse que a mãe mandou bilhete no caderno para a professora. Orientação: "sempre que faltar levar atestado médico". Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
161	Masculino	3ª	9 anos	Rubi	18/07/07	Faltas.	03/09/07: Visita domiciliar.	Mãe não estava em casa. Deixou recado com o pedreiro que estava trabalhando na casa.
					04/09/07	Faltas.	Entrevista com a mãe.	Justificativa da mãe: criança está fazendo triagem na ARIL e os atendimentos são marcados no horário de aula. A criança tem também intestino preso e quando fica com dores na barriga não vai para escola. "A assistente social da Aril informou que não sabe se o aluno será elegível para a instituição, pois seu relatório ainda não está pronto".
162	Masculino	3ª	9 anos	Rubi	29/03/07	Aluno não aparece para fazer avaliação na sala de recurso.	Entrevista com a mãe.	-
163	Feminino	3ª	9 anos	Jaspe	28/02/07	Aluna nunca frequentou a escola.	Contato por telefone com o pai da criança.	Justificativa: criança machucou o pé e está com infecção. Voltará para aula após 5 dias e levará o atestado médico.
164	Masculino	3ª	9 anos	Rubi	18/07/07	Faltas.	Contato por telefone.	Justificativa: criança com gripe. A mãe disse que avisou a professora.
165	Feminino	3ª	9 anos	Rubi	29/03/07	Faltas.	Entrevista com a mãe.	Justificativa da mãe: aluna sofre de bronquite e por estudar no período da manhã, ficou mais difícil para sua saúde. "Foi orientada quanto a frequência obrigatória segundo o ECA. Deve apresentar atestados médicos".
					10/05/07		A mãe procurou a assistente social para justificar as faltas de sua filha. Levou receituário médico.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
166	Masculino	3ª	9 anos	Ametista	09/08/07	Faltas.	04/09/07: Convocação. A mãe telefonou.	Justificativa: criança sofre de bronquite e quando tem crises não manda para escola, nem sempre leva ao médico porque "já sabe a medicação que deve usar". Foi orientada sobre os prejuízos no processo de aprendizagem.
167	Masculino	3ª	9 anos	Ametista	15/03/07	Faltas.	Convocação. Mãe não compareceu.	
					29/03/07	-	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: "filho tem problemas intestinais e quase sempre necessita de ajuda médica. Ela prefere que ele falte quando sente as dores". Foi solicitado à mãe um laudo médico para justificar as ausências.
					02/04/07	-	Professora quer retorno do caso. Aguardando o laudo.	-
					10/05/07	-	Visita domiciliar.	Foi pedido o laudo médico. Mãe diz que irá agendar retorno com o pediatra para levar exames e pedirá o laudo.
168	Feminino	3ª	9 anos	Jaspe	29/08/07	Criança não quis ficar na aula.	A mãe compareceu à escola.	A mãe diz que a filha foi chamada de "morta de fome" pela professora e não quer mais ir para a escola.
					03/09/07	-	Conversa com a professora que negou o ocorrido.	-
					04/09/07	-	Convocação da mãe.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
169	Feminino	3ª	9 anos	Ametista	21/08/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: trabalha à noite e quando retorna encontra as filhas dormindo e perdem a hora da aula. A filha mais velha (18 anos) também trabalha.
170	Feminino	3ª	9 anos	Ametista	21/08/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Mãe não estava. Vizinha informou que saiu para levar filha ao médico. Deixou recado com a vizinha.
171	Feminino	3ª	9 anos	Rubi	09/05/07	Faltas. Só compareceu um dia letivo.	Visita domiciliar.	Família estava de mudança para cidade de Piracicaba.
172	Feminino	3ª	9 anos	Rubi	03/12/07	Faltas.	Conversa com a tia da criança.	“A criança cuida de um bebê de 9 meses para a mãe poder trabalhar. A tia não pode ajudar muito porque também tem filho pequeno”.
173	Masculino	3ª	9 anos	Rubi	29/03/07	Faltas.	Visita domiciliar. Foi atendida pela vizinha.	Relato: “A vizinha contou que os pais do aluno trabalham e deixam as crianças sob os cuidados de outra vizinha”. A mãe tem barraca de pastel. Recado com a vizinha. Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar.
					16/04/07	-	A mãe procurou assistente social para solicitar mochila para os filhos.	Família está com dificuldades financeiras e o pai foi preso.
174	Masculino	3ª	9 anos	Jaspe	29/03/07	“Acertou o pescoço de uma aluna com um elástico de dinheiro”.	Entrevista com a mãe.	Ciência da mãe sobre o caso.
175	Masculino	3ª	9 anos	Ametista	22/08/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: filho sofre de rinite alérgica. Foi solicitada declaração médica. Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
176	Masculino	3ª	9 anos	Ametista	22/08/07	Faltas	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: criança tem dificuldade de acordar cedo. Orientação. Ameaça de encaminhar ao Conselho tutelar.
177	Masculino	3ª	9 anos	Jaspe	29/03/07	Acertou pescoço de uma aluna com elástico.	Convocação.	Ciência da mãe sobre o caso.
178	Masculino	4ª	10 anos	Sodalita	14/11/2006	Desempenho. Faltas. “A mãe se recusa a autorizar a triagem do mesmo na ARIL”.	Convocação da mãe. Visita domiciliar. Encaminhado para triagem na ARIL.	-
179	Feminino	4ª	10 anos	Sodalita	08/08/2006	“A aluna apesar de vir vestida aparentemente com roupas limpas, apresenta odores fortes e desagradáveis. As vezes se apresenta com cabelos parecendo sujos”.	Entrevista com a mãe. Orientação com relação à higiene.	-
					19/09/2006	Oftalmologista	Encaminhada para oftalmo.	-
					05/10/2006	Solicitação para levar a criança.	-	-
180	Feminino	4ª	10 anos	Sodalita	12/09/2006	Aluna com verrugas nas mãos e pés e micose nas unhas dos pés.	Encaminhada para pediatra.	-
181	Feminino	4ª	10 anos	Sodalita	16/10/06	Dificuldade de aprendizagem.	Visita domiciliar. Encaminhada para sala de reforço.	-
182	Feminino	4ª	10 anos	Sodalita	01/08/06	Faltas.	Entrevista com a mãe.	-
183	Masculino	4ª	10 anos	Sodalita	13/09/06	Faltas na ARIL.	Visita domiciliar. Ameaça do Conselho Tutelar.	Assistente social da ARIL pediu solução para assistente social da escola para não suspender o atendimento da criança.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
184	Masculino	4ª	10 anos	Sodalita	06/08/06	Higiene. "Odores desagradáveis".	Convocação da mãe. Orientação.	-
					05/10/06	Oftalmologista.	Encaminhamento para oftalmologista.	
					06/09/06	-	Visita domiciliar.	Relato: A mãe "não se mostrou muito satisfeita ao deparar-se conosco em sua residência". (...) se mostrou agressiva conosco nesse dia".
185	Masculino	4ª	10 anos	Coral	24/08/07	Faltas.	Contato telefônico sem sucesso. Contato com assistente social do Centro Comunitário que informou que a família se mudou para o acampamento "sem-terra".	-
186	Masculino	4ª	10 anos	Jade	27/08/07	Faltas.	Visita domiciliar. Encaminhado relatório do Conselho Tutelar.	Vizinha avisou que a família se mudou.
					12/04/07	Triagem na ARIL.	Encaminhamento para ARIL.	-
					17/04/07	Contato telefônico com a família.	Verificar se o aluno foi levado à Aril. Resposta positiva.	-
					14/06/07	Faltas.	Contato telefônico.	-
187	Feminino	4ª	10 anos	Leopardita	18/07/07	Faltas.	03/09/07: Visita domiciliar.	Justificativa da babá: criança tem bronquite e convulsão. Orientada a levar atestado médico. Ameaça sobre encaminhamento ao Conselho Tutelar.
188	Masculino	4ª	10 anos	Coral	23/08/07	Faltas.	29/08/07: Relatório ao Conselho Tutelar.	-
189	Masculino	4ª	10 anos	Coral	11/04/07	"Comportamento inadequado".	Visita domiciliar. Não encontraram o endereço.	-
					12/04/07	Mãe comparece à escola.	Orientada sobre comportamento do filho.	Ameaça sobre encaminhamento ao Conselho Tutelar.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
190	Feminino	4ª	10 anos	Safira	18/07/07	Faltas.	16/08/07: Visita domiciliar.	Atendidas pela irmã. Recado e Ameaça sobre encaminhamento ao Conselho Tutelar.
191	Feminino	4ª	10 anos	Leopardita	18/07/07	Faltas.	06/08/07: Visita domiciliar.	Atendida pela irmã da criança. Ameaça sobre encaminhamento ao Conselho Tutelar. “Questionamos se a Sra. Juciara ainda estava namorando um homem que reside em outro bairro (...)”
192	Feminino	4ª	10 anos	Leopardita	12/12/07	Faltas.	-	Justificativa: família ficou um mês na cidade de Americana. Falecimento de uma tia da aluna, irmã da mãe.
193	Feminino	4ª	10 anos	Leopardita	03/09/07	Faltas. Rasgou diário de classe da professora.	Visita domiciliar. Encaminhamento para dentista da escola.	Justificativa: criança teme represália da professora.
194	Feminino	4ª	10 anos	Coral	18/06/07	Aluna sofreu desmaio durante Projeto.	Conversa com a mãe para levar a filha ao médico.	-
					04/07/07	Mãe ainda não levou criança ao médico.	Contato telefônico. Assistente social marcou a consulta no PSF.	-
					17/07/07	Devolutiva da mãe.	Contato telefônico. Mãe levou criança ao pediatra.	-
195	Masculino	4ª	10 anos	Leopardita	09/05/07	Faltas.	Visita domiciliar. Família de mudança para Piracicaba.	-
196	Masculino	4ª	10 anos	Safira	03/09/07	“Olhos sempre avermelhados. Mãe não consegue consulta”.	Visita domiciliar. Mãe não estava em casa.	Recado com a vizinha para comparecer à escola.
					04/09/07	Mãe compareceu para atendimento.	Solicitação de declaração médica sobre o problema.	Mãe explica que o filho tem alergia nos olhos e que já faz tratamento. É um problema comum na família.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
197	Masculino	4ª	10 anos	Safira	18/07/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: aluno saiu para ir à escola, mas não entra para a aula. Ameaça de encaminhamento ao Conselho Tutelar.
198	Masculino	4ª	10 anos	Safira	28/08/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Família mudou.
					06/09/07	Família estava morando num barracão.	Visita domiciliar.	Família mudou do barracão.
					05/10/07	-	Visita domiciliar no antigo endereço. Família mora em outra casa da mesma rua. Convocação do pai.	-
					21/11/07	Pai não compareceu.	Relatório ao Conselho Tutelar.	-
199	Feminino	4ª	10 anos	Safira	05/12/07	Faltas.	Convocação.	Família precisou viajar e levou as crianças.
200	Feminino	4ª	10 anos	Safira	10/05/07	Faltas da sala de recurso.	Visita domiciliar. Orientação.	Criança faz triagem na ARIL.
201	Masculino	4ª	10 anos	Fluorita	19/04/07	“Aluno não alfabetizado. Não comparece para avaliação da sala de recurso”.	Entrevista com a mãe. Encaminhamento para triagem na ARIL.	A mãe diz que não pode levar o filho para triagem porque não tem como pagar o transporte. Assistente social diz que se ele não comparecer na sala de recurso vai encaminhar para o Conselho Tutelar. Vai informar o Conselho Tutelar “que o pai da criança não cumpre com a sua responsabilidade”.
202	Masculino	4ª	10 anos	Fluorita	13/08/07	Comportamento. Aluno “envolveu-se em briga no horário do café, deram chutes e um deles acertou uma funcionária”.	Contato com assistente social da UBS para conseguir atendimento psicológico para o aluno que já é atendido pela psicóloga da Saúde Mental.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
203	Masculino	4ª	10 anos	Jade	17/07/07	“Não está alfabetizado”. Faltas.	06/08/07: Visita domiciliar.	Justificativa da avó: não tem “controle sobre as crianças”. A mãe do aluno estava em casa. Foi deixado bilhete para a mãe. Ameaça de encaminhar ao Conselho Tutelar.
					07/08/07	Mãe foi à escola.	Orientação.	Mãe trabalha na roça em Piracicaba e volta a cada dois dias para casa.
204	Feminino	4ª	10 anos	Leopardita	18/07/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Família não mora ali.
205	Feminino	4ª	10 anos	Leopardita	03/09/07	Faltas.	Visita domiciliar.	Família não mora naquele endereço.
206	Feminino	4ª	10 anos	Leopardita	03/08/07	Faltas.	Entrevista com a mãe.	-
207	Feminino	Pré III	6 anos	Peridoto	09/08/2006	Falta de comunicação. “(…) houve um pouco de resistência da mãe em aceitar, negou que a filha tivesse qualquer problema, depois assumiu que ela já fez duas cirurgias na língua, na sala a aluna mal se comunica”.	Encaminhada para triagem na ARIL.	Criança não é elegível para Aril.
208	Masculino	Pré III	6 anos	Peridoto	30/08/06	Faltas.	Visita domiciliar.	-
209	Feminino	Pré III	6 anos	Peridoto	07/08/06	Suspeita de negligência da madrasta.	Visita domiciliar, junto com a professora e estagiária de psicologia.	Criança vai para a escola sem agasalho em dias frios, “com a boca roxa, mal vestida”. Segundo relato, vizinha já chamou o Conselho Tutelar, mas quando chega a família desmente tudo.
					08/08/06	-	Entrevista com a madrasta.	-
					30/08/06	-	Visita Domiciliar.	Sem relato.
					06/09/06	-	Relatório para Conselho Tutelar.	-

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
210	Masculino	Pré III	6 anos	Peridoto	17/10/06	Meningite	Contato telefônico para saber da saúde da criança.	-
					21/08/06	“Aluno quebrou o braço. Verificar afastamento”.	Contato telefônico.	-
211	Feminino	Pré III	6 anos	Peridoto	05/09/06	Ouvido vazando.	Encaminhada para Pronto Atendimento. Encaminhada para Hospital Dia.	Mãe precisa levar para assistente social a prescrição médica.
					03/04/06	Criança não possui uniforme. “Condição financeira precária”.	Foi concedido o uniforme para a aluna.	-
212	Masculino	Pré III	6 anos	Peridoto	22/11/06	Problema na fala.	Visita domiciliar. Encaminhado para fonoaudióloga do município.	Relato: “mãe mostrou aceitar procedimento, pois também já tinha percebido dificuldades do filho”.
213	Feminino	Pré III	6 anos	Peridoto	22/08/06	Faltas.	Visita domiciliar.	-
214	Feminino	Pré III	6 anos	Peridoto	24/03/06	“A aluna nem sempre está bem cuidada em relação à higiene e vestimenta. Fala palavrões e é agressiva, a mãe defende, não acredita na professora e sim na filha”. “Mãe confusa”.	Encaminhada para triagem na ARIL devido agressividade.	-
215	Feminino	Pré III	6 anos	Peridoto	12/06/06	Faltas.	Convocação da família.	Criança foi transferida de período.
216	Feminino	Pré III	6 anos	Peridoto	22/11/06	Faltas.	Visita domiciliar.	-
217	Masculino	Pré III	6 anos	Peridoto	07/12/06	“Situação familiar”.	Visita domiciliar. Relatório Conselho Tutelar.	“A criança estava com a mãe e teve contato com bebida”.
					04/07/06	Faltas	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: criança sem material escolar. Família acompanhada pela assistente social do abrigo. “(…) a residência não se encontrava higienizada, bem como as crianças”.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
218	Masculino	Pré III	6 anos	Peridoto	29/08/06	"Criança nunca estudou no Pré III".	Visita domiciliar.	Criança freqüente a escola normalmente.
219	Feminino	Pré III	6 anos	Peridoto	03/04/06	Faltas.	Solicitação para assistente social do Centro Comunitário realizar a visita domiciliar.	-
220	Feminino	Pré III	6 anos	Peridoto	29/11/06	Faltas.	Visita domiciliar.	-
221	Masculino	Pré III	6 anos	Peridoto	13/07/06	Faltas.	Visita domiciliar.	-
222	Feminino	Pré III	6 anos	Peridoto	30/08/06	Higiene.	Visita domiciliar.	Relato: "péssimas condições de higiene na residência, bem como as pessoas que ali residem". "Refletimos com a mãe sobre a higiene do local e das crianças". "Combinamos que estaremos visitando a família semanalmente para orientações, encaminhamentos e outros auxílios que se fizerem necessários (...)". Família sobrevive com ajuda de familiares, bolsa família e programa renda mínima.
					06/09/06	-	Visita domiciliar	A mãe "não se mostrou muito satisfeita ao deparar-se conosco em sua residência". (...) se mostrou agressiva conosco nesse dia".
223	Masculino	Pré III	6 anos	Peridoto	19/09/07	"Criança precisa fazer triagem na ARIL.	Visita domiciliar junto com a assistente social da ARIL.	Relato: Pai da criança faleceu fazia poucos dias. Mãe estava grávida de 8 meses. Bebê nasceu prematuro e a mãe vai todos os dias ao hospital amamentar. Assistente social considerou que a mãe não tem condições de levar o aluno para a triagem.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
224	Masculino	Pré II	5 anos	Iolita	12/09/07	“Não apresenta rendimento satisfatório. Não leva material completo na mochila. Caderno sujo, sem capa. Sem lápis de cor. Quando a professora empresta ele não devolve. Não tem interesse algum em fazer as atividades, mesmo com incentivo da professora que é constante. Sem vontade de pintar ou escrever”.	Contato telefônico sem sucesso.	-
225	Feminino	Pré II	5 anos	Iolita	03/09/07	Faltas.	Visita domiciliar. Recado com o pedreiro.	A mãe compareceu no dia seguinte: filha não quer ir para escola e chora muito. Ameaça encaminhar ao Conselho tutelar.
226	Masculino	Pré I	4 anos	Cianita	20/08/07	Parou de ir à escola, desde Maio.	Visita domiciliar.	Justificativa: mãe não conseguiu transferência de escola para a criança.
227	Masculino	Pré I	4 anos	Cianita	12/11/07	“Comportamento agressivo, dificuldade de obedecer regras”.	Entrevista com o pai. Encaminhamento para psicólogo.	A mãe se negou a comparecer, segundo o pai da criança, porque é chamada três vezes por semana na escola.
228	Masculino	Pré II	5 anos	Iolita	05/12/07	Faltas.	Entrevista com a mãe.	Justificativa: criança tem bronquite. Relato: “não será tolerado tantas faltas no pré III e 1ª série, deve apresentar atestado médico”.
229	Masculino	Pré II	5 anos	Iolita	10/09/07	“Aluno sofreu acidente em casa. Verificar curativos. Foi trazido para a escola”.	Visita domiciliar para “verificar se a genitora está fazendo tudo de acordo com o que o médico prescreveu”.	“A mãe diz que ainda não pegou os remédios porque está aguardando o seu esposo buscar”.

<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Idade</i>	<i>Professor</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
230	Masculino	Pré I	4 anos	Cianita	12/11/07	“Comportamento agressivo com as outras crianças”.	Entrevista com o pai. Encaminhamento para psicólogo.	Justificativa do pai: criança toma medicamento para machas vermelhas que saem na pele indicado por dermatologista. Solicitou encaminhamento para psicólogo da UBS porque “acha que as manchas são devido ao seu nervoso”.
231	Feminino	Pré II	5 anos	Iolita	03/09/07	“A mãe quer tirar a criança da escola”. Faltas.	Visita domiciliar.	A mãe disse que levará a criança para a escola somente esse ano. Depois irá transferir.
232	Feminino	Pré I	4 anos	Cianita	11/09/07	“Faltas. Frequentou um dia de aula”.	Entrevista com a mãe. Orientou. Fez contato com o Conselho Tutelar que pede a presença da mãe e do pai para resolver problema de falta de fornecimento água e energia elétrica.	Todos os filhos tem baixa frequência escolar.
233	Masculino	Pré II	5 anos	Iolita	03/07/09	Faltas.	Entrevista com a mãe.	Mãe diz que prefere deixar o filho no Projeto PEPE pela facilidade de levar a criança. Vai cancelar a matrícula.
234	Feminino	Pré II	5 anos	Iolita	09/05/07	“Comportamento inadequado na sala de aula”.	Visita domiciliar. Encaminhou o caso para os agentes do PSF.	Outras queixas: “chora sem motivo, não aceita regras e não realiza as atividades propostas pela professora, mesmo sendo muito estimulada e motivada para realização das mesmas”. Apresenta “erros na fala, mastigação inadequada, não consegue pronunciar palavras, só com a insistência da professora”. “Língua flácida”.
235	Masculino	Pré I	4 anos	Cianita	21/08/07	Aluno nunca frequentou a escola.	Visita domiciliar.	Família não encontrada.

Fonte: Fichas de alunos encaminhados ao assistente social

ANEXO 2

TABELA B: Pesquisa em prontuários de alunos atendidos pelo assistente social

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 1</i>	<i>Ana Maria</i>	<i>Gabriel</i>	<i>2001</i>	<i>19/02/2008</i>	<i>Solicitação de material escolar para os filhos.</i>	<i>Concedido material escolar.</i>	<i>Histórico sócio-econômico: dois cômodos, energia elétrica cortada. Bolsa Família. Faz jóia. Renda R\$ 182,00. Criança mora com avó paterna. Mãe separada a três anos. Concedido material escolar.</i>
				<i>09/05/2007</i>	<i>Menino com queimadura no pé.</i>	<i>Solicitação ao agente do Posto de Saúde da Família (PSF) para realização de visita domiciliar à casa do aluno para verificar a queimadura que a família alega ter ocorrido quando a criança desceu da moto. Como a família não apresentou a prescrição médica, o agente retornará à casa outro dia.</i>	<i>Família disse que estava cuidando do machucado que aconteceu dia 02/05. Mas segundo o agente do Posto, a família não mostrou a prescrição médica.</i>
				<i>16/04/2008</i>	<i>Menino foi operado. Professora solicitou uma visita domiciliar.</i>	<i>Visita domiciliar realizada. Avó que cuida do menino diz que ele foi operado na perna e que ainda não sabem o que ele tem.</i>	
				<i>04/08/2008</i>	<i>Nova cirurgia.</i>	<i>Contato com avó que diz que a criança tem problema nas articulações. Fez biopsias.</i>	

Família 1 <i>(continuação)</i>				2009	<i>Solicitou material escolar para as crianças.</i>		
				04/03/2008	<i>Menina com “bastante coceira pelo corpo”.</i>	<i>Passou pelo médico. Sem risco de contágio.</i>	
				04/04/2008	<i>Criança com feridas no corpo.</i>	<i>Visita domiciliar: criança morava com avó. Mãe não compareceu as convocações. Caso encaminhado ao Conselho Tutelar.</i>	
				16/06/2008	<i>Pai quer a guarda da criança. Menina ficou alguns dias na casa do pai.</i>		<i>Criança se apresentou melhor na escola: “mais limpa e feliz”.</i>
		Sabrina	2003	04/08/2008	<i>Criança novamente com feridas pelo corpo.</i>	<i>Contato com Conselho Tutelar. Conselheira informou que a mãe foi chamada e que deveria levar a receita médica.</i>	
				2009	<i>Grande número de faltas injustificadas.</i>	<i>Conselho Tutelar foi informado. Conselheira respondeu que já notificou a família e realizou visita domiciliar.</i>	
				2010	<i>Criança apresentou desenvolvimento muito abaixo do esperado para seu nível escolar.</i>	<i>Encaminhada para o Ambulatório de Saúde Mental.</i>	<i>“Nenhum responsável pela criança levou”.</i>

				2011	<i>Criança piorou no desenvolvimento Escolar.</i>	<i>Escola sugeriu que o responsável pela criança levasse para triagem na Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL).</i>	<i>Avó não tinha condições financeiras para pagar ônibus. Escola se propôs a levar de perua. A avó não compareceu na data marcada.</i>
				2011	<i>Faltas injustificadas</i>	<i>Visita domiciliar. Família orientada que se o caso continuasse, seria encaminhada ao Conselho Tutelar.</i>	<i>Família não levou a criança para atendimento especializado.</i>
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 2	<i>Adriana</i>	<i>Antonio</i>	<i>2001</i>	<i>27/04/2007</i>	<i>Criança apresenta fala de agressividade, violência e armas.</i>	<i>Assistente Social foi até o trabalho da mãe.</i>	<i>Mãe diz desconhecer o fato, mas ficará atenta.</i>
				<i>20/08/2008</i>	<i>Criança com dificuldade oral.</i>	<i>Encaminhado para Saúde Mental (fonoaudiologia).</i>	<i>25/11/2008: Mãe apresentou declaração da Saúde Mental. Criança apresentou "limites aceitáveis" para fonoaudiologia.</i>
				<i>21/03/2001</i>	<i>Declaração médica: criança afastada por 7 dias.</i>		

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 3	Maria	Cristina	2000	07/06/2005	Suspeita de maus tratos.	Encaminhamento ao Conselho Tutelar pela diretora da escola. Assistente social: Convocação do pai. Orientação. Pai solicitou encaminhamento para o dentista, pois criança estava com dor de dente.	Criança mora com o pai, madrasta. Mãe mora em outro Estado. Pai trabalha a noite. Criança fica com a madrasta. Conselho diz que não houve maus tratos.
				07/08/2006	Criança vem para escola com cabelo desarrumado e mal vestida. Suspeita de que a criança se arruma sozinha.	Visita domiciliar realizada pelo assistente social, professora e psicóloga. Solicitaram a presença da madrasta na escola.	Houve denúncia ao Conselho Tutelar.
				08/08/2006		Madrasta compareceu para atendimento e foi orientada.	.
				30/08/2006	Situação da criança não mudou. Vem para escola sem agasalho no frio e cabelos mal arrumados.	Visita domiciliar.	A casa funciona como "casa de jogos".
				12/09/2006		Encaminhado relatório para o Conselho Tutelar.	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 4	Aparecida	Augusto	1997	12/02/2007	Pedido de material escolar.	Concedido.	Renda: 160,00. Mantém a família com ajuda da igreja e vizinhas. As crianças são criadas pela avó materna. Avó faz faxina.
				14/03/2007	Comportamento inadequado e tentar agredir a professora com uma régua.	Orientação ao aluno que foi encaminhado para assistente social.	Mãe que estava em casa foi chamada no mesmo dia.

				15/03/2007		Orientação para a mãe sobre o comportamento do filho.	Mãe trabalha em um restaurante em Poços de Caldas/MG.
				26/09/2007	Jogos escolares: pedido de eletrocardiograma.	Encaminhamento ao médico. Consulta com o primeiro médico: 01/10/07. Outra consulta em 15/10/07.	
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 5	Aparecida	Francielle	1997	20/09/2006	Dificuldades na visão.	Encaminhamento para oftalmologista.	-
				26/09/2006		Mãe foi chamada para ser orientada quanto a consulta com oftalmologista e a possibilidade de ganhar o óculos.	Criança ganhou o óculos de uma Ótica da cidade.
				08/12/2006 10/02/2009	Solicitação de material escolar.	Concedido.	-
		Grazielle	2002	-	-	-	-
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 6	Maria	Willian	1999	07/03/07	Comportamento inadequado para permanecer na sala de aula.	Convocação da mãe.	Assistente social da escola telefona para assistente social do Centro Comunitário para que esta convoque a mãe, já que não consegue encontrá-la.
				13/03/07		Mãe compareceu. Foi orientada sobre o comportamento e como deve agir na educação de seu filho. Caso não melhore o comportamento, o caso seria encaminhado ao Conselho tutelar.	

		Wesley	1999	08/06/09	Baixo rendimento escolar.	Visita domiciliar. Criança será incluída em um projeto de intensificação do aprendizado. Ficará em período integral na escola para atividades extra-classe.	
		Wendel	2002	-	-	-	-
		Welder	2005	-	-	-	-
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 7	Rosa	Henrique	2000	20/09/2006	Dificuldades na visão.	Encaminhamento para oftalmologista.	
				08/12/2006		Aluno ganhou óculos da Ótica.	
				13/08/2007		Encaminhamento para oftalmologista.	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 8	Aparecida	Gustavo	2000	04/06/07	Pedido de assistente social para transferência do aluno para estudar nesta escola. Mudança de bairro. 12 Faltas no mês de setembro na recuperação paralela.	Vaga concedida. Solicitado relatório de frequência da escola anterior.	
		Leonardo	1997	-	-	-	-

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 9</i>	<i>Adriana</i>	<i>Helena</i>	<i>2001</i>	<i>17/10/2006</i>	<i>Família com dificuldades financeiras. Avó diz que não tem o que comer e que a filha está desempregada.</i>	<i>Encaminhada para Casa da Família para receber cota alimentar. Encaminhada para serviço de jóias.</i>	<i>A mãe tem três filhos. Um mora com o pai.</i>
		<i>Jhonatan</i>	<i>1999</i>	<i>23/10/2006</i>	<i>Avó procurou assistente social para expor a atual situação da família: filha começaria trabalhar.</i>	<i>Recebeu do encaminhamento anterior, outro encaminhamento para fazer o cadastro de cota alimentar e do Bolsa Família. Será auxiliada com tarifa popular da empresa de água e energia elétrica.</i>	
				<i>25/10/2006</i>	<i>O pai da menina procurou assistente social para informar que ele paga pensão de R\$ 180,00 para a mãe. E avisar que o pai do menino está preso.</i>		

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 10	Adriana	Kevin	2003	23/05/2007	<i>Criança “não tem obedecido as regras nem na escola e nem em casa”</i>	<i>Encaminhamento para Unidade Básica de Saúde – psicólogo (mãe e filho). Orientação quanto regras ao filho.</i>	<i>Separada. Ajudante de montagem para plástico. Sem registro formal. Pensão 150,00.</i>
				10/11/2007	<i>Aluno apresenta comportamento agressivo, com muita dificuldade em obedecer regras.</i>	<i>Pai veio para atendimento com Assistente social. A mãe da criança se queixou que era chamada 3 vezes por semana por causa do comportamento do filho. Foi sugerido que o pai acompanhe o filho no atendimento psicológico.</i>	<i>“Pai tem namorada. Mãe não quer que o pai visite o filho na escola com a namorada”.</i>
				09/04/2008	<i>Não houve melhora no comportamento do menino.</i>	<i>Novo encaminhamento para psicólogo.</i>	<i>Mãe foi chamada na sede do Serviço Social Escolar mediante convocação.</i>
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Procedimentos</i>	<i>Observações</i>
Família 11	Claudia	Bruno	2001	28/11/2006	<i>Faltas injustificadas.</i>	<i>Orientação ao pai que compareceu ao atendimento. Foi convocado.</i>	<i>Pai operou o joelho e vai ao médico e fisioterapia. Mãe trabalha das 7 às 13h. Motivo de não ter como levar o filho para escola.</i>
				10/06/2008	<i>Faltas. Baixa frequência.</i>	<i>Visita domiciliar. Família não mora no endereço há três anos.</i>	<i>Pai apresentou cópia dos documentos que comprovam sua cirurgia. Sofreu acidente de trabalho e aguarda auxílio-doença. Consta declaração da clínica de fisioterapia com os horários de atendimento do pai e as sessões realizadas.</i>

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 12	Antonia	Beatriz	2000	27/09/2006	Dificuldade na visão após teste de acuidade visual.	Encaminhamento para oftalmologista.	
				04/10/2006		Visita domiciliar para orientar a família sobre a consulta médica com oftalmologista.	
				07/11/2006		Mãe foi novamente orientada quanto a necessidade da consulta médica e a possibilidade de ganhar o óculos.	Família ganha o óculos após apresentar receita médica.
				08/12/2006		Família encaminhada para Ótica da cidade para receber óculos.	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 13	Cristina	Regisson	1998	16/08/2006	Dificuldade de aprendizagem	Encaminhado para triagem na ARIL.	Considerado inelegível.
				19/12/2005			Relatório psicológico: "precisa fazer psicoterapia, reforço escolar, terapia ocupacional e atividade esportiva".
				30/08/06	Dificuldade de aprendizagem	Visita domiciliar para solicitar a colaboração da família.	
				04/09/2006	Dificuldade de aprendizagem	Reunião com coordenadora e assistente social. A mãe compareceu.	
				05/09/2006	A mãe foi informada que seu filho deveria retornar para primeira série.	Mãe concordou em retornar o filho para a primeira série. Criança foi novamente encaminhada para Saúde Mental.	Deveria receber auxílio de psicoterapeuta, Terapeuta Ocupacional.
				30/10/2006		Visita domiciliar. Recado com irmã para mãe comparecer a escola.	

				01/11/06		Visita domiciliar. Não encontrou nenhum adulto na residência. Caso encaminhado ao Conselho Tutelar.	
				06/11/06	Ausências injustificadas. Atitudes inadequadas do aluno.	Relatório ao Conselho Tutelar.	
				20/05/2008	Comportamento agressivo da criança. Dificuldade de aprendizagem.	Convocação da mãe.	
		Renner	2002	05/06/2008	Mãe não comparece as convocações.	Relatório ao Conselho Tutelar.	Mãe não atende aos chamados da escola. Não encontram a mãe em casa.
				05/06/2008	Precisa de triagem na ARIL.	Encaminhado para ARIL.	Outro filho encaminhado. Mãe responde que não vai levar. Que ele não é louco.
				19/06/2008		Visita domiciliar. Mãe precisou assinar termo de compromisso e ciência de que o aluno deve freqüentar o reforço.	Mãe fala que o filho não obedece e está furtando.
				16/03/2010	Continua com dificuldade de aprendizagem.	Convocação da mãe. Novo encaminhamento para ARIL.	Mãe diz já ter levado os filhos. Apresentou relatório do filho.
				10/05/2010	Aluno "furtou dinheiro do passeio da classe que estava no armário da professora".	Mãe foi chamada e orientada. Recebeu outro encaminhamento do filho. Solicitação de ajuda do Conselho Tutelar para agilizar os procedimentos.	
				16/11/2010			Relatório da ARIL: Hipótese diagnóstica: deficiência intelectual leve. Elegível para setor de psicologia. "Observações clínicas indicam limitações nas seguintes habilidades adaptativas: acadêmicas e sociais".

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 14	Aparecida	Gustavo	1999	18/09/06			Na data tentou-se visita domiciliar, mas a família se mudou.
				07/03/2007	Comportamento inadequado. Encaminhado para direção da escola que passou para o AS.	Tentativa de localizar a mãe por telefone, mas sem sucesso.	
				15/03/2007		Convocação para responsável.	
				19/03/07		avó compareceu.	
				07/04/2008	levava na mochila brinquedos da escola.	Convocação da mãe.	Quem comparece é a avó. A mãe é usuária de drogas e álcool. Chega a ficar meses sem aparecer em casa.
				08/04/2008		Avó comparece. É orientada "sobre pegar objetos alheios".	AS relatou que encaminhará o caso ao CT para que a mãe cumpra suas obrigações.
		Guilherme		13/08/2007	Faltas injustificadas do Guilherme.	Família foi convocada para explicar.	Criança estava internada.
				10/09/07		VD. Sugestão de transferir a criança para uma escola mais próxima.	Família se mudou duas vezes.
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 15	Arlinda	Jackson	2003	S/D	Nunca apareceu na recuperação paralela.	Visita domiciliar.	
		Jerson	1998		Faltas injustificadas.	Visita domiciliar.	Mãe diz que a criança estava doente. Escola precisa do atestado médico.

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 16	Aguimair	Gabriel Murilo	2003 2005	2008	Faltas injustificadas.	Declaração médica. Justificativa de falta.	
				2011	Faltas injustificadas.	Declaração médica. Justificativa de falta.	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 17	Andressa	Bianca	2003	02/06/2008	Pedido de transferência da menina para período da tarde.	Não há vaga.	
				23/06/2008	Mãe apresentou declaração do médico pedindo mudança da criança para outro período devido problemas de saúde.	Criança foi transferida para período da tarde.	
				2011	Faltas.	Apresentou prescrição médica.	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 18	Aldenir	Giovane	2000	2008	Faltas.	Família entregou receituário médico.	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 19	Andreia	Rosa	2004	2008	Faltas.	Família entregou receituário médico.	

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 20</i>	<i>Fernanda</i>	<i>Bruno Carlos</i>	<i>2001 1999</i>	<i>12/09/2008</i>	<i>Dificuldades para enxergar na lousa.</i>	<i>Convocação da mãe.</i>	
				<i>23/09/2008</i>	<i>Mãe não comparece às convocações.</i>	<i>Visita domiciliar para entregar o encaminhamento para oftalmologista.</i>	
				<i>28/09/2008</i>	<i>Entrega da receita médica para óculos.</i>	<i>Encaminhados para Ótica para retirar o óculos gratuitamente.</i>	
				<i>01/06/2010</i>	<i>Tratamento dentista.</i>	<i>Encaminhamento dentista.</i>	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 21</i>	<i>Ana Paula</i>	<i>Beatriz</i>	<i>2003</i>	<i>02/04/2009</i>	<i>Faltas.</i>	<i>Mãe convocada e compareceu.</i>	<i>Ameaça: a não solução do problema, o Conselho Tutelar seria acionado.</i>
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 22</i>	<i>Aline</i>	<i>Gabrielle</i>	<i>1998</i>	<i>04/02/2009</i>	<i>Pedido de material escolar.</i>	<i>Concedido material escolar.</i>	
		<i>Caroline</i>	<i>2000</i>				
		<i>Ana Luiza</i>	<i>2003</i>				
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 23</i>	<i>Aline</i>	<i>Leonardo</i>	<i>2001</i>	<i>10/02/09</i>	<i>Pedido de material escolar.</i>	<i>Concedido.</i>	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 24</i>	<i>Ana</i>	<i>Maria</i>	<i>1997</i>	<i>15/03/2010</i>	<i>Criança não pode fazer aula de educação física.</i>	<i>Assistente social solicitou laudo médico.</i>	

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 25</i>	<i>Andréia</i>	<i>Larissa</i>	<i>2000</i>	<i>18/08/2009</i>	<i>Falta.</i>	<i>Família apresentou atestado médico.</i>	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 26</i>	<i>Angela</i>	<i>Francisca</i>	<i>2001</i>	<i>01/09/09</i>	<i>Falta.</i>	<i>Família apresentou atestado médico.</i>	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 27</i>	<i>Beatriz</i>	<i>Amanda</i> <i>Alex</i>	<i>2000</i> <i>2006</i>	<i>03/02/09</i>	<i>Pedido de material escolar.</i>	<i>Concedido.</i>	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 28</i>	<i>Bruna</i>	<i>Vitória</i>	<i>2004</i>	<i>01/04/2010</i> <i>06/05/2010</i>	<i>“Comportamento diferente com relação à sexualidade”.</i> <i>Apareceu com machas roxas no corpo.</i>	<i>Convocação da mãe que compareceu.</i> <i>Convocação da mãe que compareceu.</i> <i>Caso foi encaminhado ao Conselho tutelar e ao médico da criança.</i>	<i>Criança já fazia tratamento com hematologista. Manchas relacionadas ao nervosismo.</i>
				<i>20/05/2010</i>		<i>Pediatra encaminhou para ginecologista.</i> <i>Assistente social encaminhou para psicólogo.</i>	

				02/06/2010	Criança “veio na escola com machas vermelhas na vagina”.	Mãe convocada. Acusou a escola. Conselho tutelar foi chamado.	
				07/06/2010	Resultado	Conselho Tutelar disse que a criança estava com infecção urinária. Contato com a mãe para informar sobre o atendimento com o psicólogo na Saúde Mental.	
				05/05/2011	Comportamento diferente sobre sexualidade.		Relatório da professora: em 2010 e 2011.
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 29	Maria	Felipe	2001	10/05/2007	Faltas.	Visita domiciliar.	Justificativa da mãe: trabalha à noite e não consegue acordar cedo para levar o filho na escola.
		Mayara	2003	06/06/2011	Faltas.	Família apresentou atestado médico.	
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 30	Fabiana	Dhyonata	2003	22/01/2008	Pedido de material escolar.	Material concedido.	Histórico sócio-econômico: casa de 3 cômodos, sendo 1 de madeira e 2 de alvenaria. Recebe Bolsa família. Trabalha com solda de jóia, recebendo R\$ 84,00. Recebe ajuda da mãe e da igreja para alimentação. Composição familiar: 6 pessoas, sendo 4 filhos e um neto. O marido, pai das crianças está preso em outro Estado.
		Dhyelton	2004				
				07/02/2008	Receber material escolar.		
				08/09/2008	Pedido de material escolar.	Concedido.	

		Dhyonata		04/02/2009	Pedido de material escolar.	Concedido.	Marido faleceu. Renda atual R\$ 140,00 mais 122,00 de Bolsa Família.
		Dhyelton		13/04/2011	Faltas	Família levou atestado médico.	
				13/05/2011	Faltas	Família levou atestado médico.	
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 31	Fabiana	Felipe	1999	21/09/06	Mãe pediu consulta com psicólogo porque o filho não quer ir à escola.	Encaminhamento para UBS para atendimento com psicólogo.	
				21/11/06	Aluno só compareceu um dia na escola em Outubro/06.	Relatório ao Conselho Tutelar "para tomar as providências que o caso requer".	
				07/12/06	Faltas do Felipe.	Visita domiciliar. Relatório para o Conselho Tutelar.	Justificativa da mãe: filho não gosta de ir à escola.
				05/12/06		Enviado o Relatório.	"Sem sucesso" nas visitas domiciliares., contatos telefônicos e convocações.
		Ingrid	2000	05/12/06	Precisa de fonoaudiologia.	Encaminhamento para fonoaudiologia..	
					Acidente com a menina na escola. Quebrou a perna.	Relatório para Secretaria da Educação.	Aluna caiu "visto estar com uma sandália "lisa", ou seja, pouco adequada". (relatório)
				08/02/08	Pedido de material escolar.	Concedido.	- Orientações sobre o "devido cuidado com o mesmo".
		Lucas Kamilly Guilherme	2004 2003 2006	29/01/09	Pedido de material escolar.	Concedido. Orientações sobre os "devidos cuidados" com o material escolar.	Historico: composição familiar: 7 pessoas, sendo pai, mãe e cinco filhos. Escolaridade: 4ª a 8 séries. Renda R\$ 212,00. Recebe Bolsa família e cota alimentar da igreja. O marido está preso. Cunhado ajuda com aluguel, água e força.

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 32	Greice	Ianca	1997	30/08/05	Ingua no pescoço e inflamação na orelha.	Encaminhamento para UBS, consulta com pediatra.	Escola se comprometeu a levar a aluna e a mãe foi informada por bilhete.
		Thiago	1999	20/03/06	Agressividade, dificuldade de socialização, falta de higiene, atrasos diariamente.	Mãe foi convocada, mas não compareceu aos chamados.	
				24/05/06		Visita domiciliar. Mãe mudou para outro bairro.	
		Ianca		08/06/06	Mãe não leva crianças para atendimento especializado.	Visita domiciliar. Relatório para o Conselho Tutelar.	Relato: Ianca precisa de atendimento especializado e a mãe não levou. James e Thiago “vêm para escola cheirando mal, orientamos a genitora, porém nada foi feito”. “Solicitamos que ela nos procurasse na escola para efetuarmos sua inscrição no Projeto Familiando, que tem como objetivo promover a elevação da auto-estima de seus participantes, porém a mesma não compareceu”.
		Rariadne	2004	08/04/07	Piolho, criança precisou tomar banho na escola. Tem duas feridas na cabeça.	Mãe foi chamada. Serão abonadas as faltas da criança para “limpar a cabeça da criança”. Dia 14/04/07 a mãe deveria comparecer na escola com a receita médica e a cabeça da criança limpa.	Mãe justificou que não pode passar xampu devido as feridas. Já levou a criança no hospital e estava dando antibiótico.
				16/07/07	Faltas injustificadas das crianças.	Relatório para o Conselho Tutelar.	
		Ianca		02/10/07	Oftalmologista.	Encaminhamento para Hospital Dia para consulta oftalmologista.	
				23/10/07	Dificuldade de copiar atividades da lousa.	Encaminhada para UBS ao bairro para consulta com oftalmologista.	
				25/10/07	Não compareceu na consulta.	Justificativa: mãe foi para hospital ter bebê.	

				26/11/07	Dificuldade visual.	Encaminhada para PSF II com oftalmologista.	
		Ianca		07/04/08	Comportamento. “Não tem respeitado os professores e tem vindo com roupas curtas para a escola”.	Mãe foi chamada.	Relato: “refletimos quanto ao comportamento sobre regras e limites”. A mãe “acha que a criança tem trazido roupas curtas dentro da mochila”.
Família 32 (continuação)		James	1997	07/04/08	Comportamento. Não respeita os professores e não leva material escolar.	Mãe foi chamada. Providenciou lápis e caderno.	Relato: A mãe diz “que a criança esqueceu a mochila no ponto de ônibus e ficou sem material”. “Refletimos quanto ao comportamento sobre regras e limites”.
		Todos		08/04/08	Fornecimento de material escolar para as crianças.	Estudo sócio-econômico.	Residem 10 pessoas na casa, sendo filhos e sobrinhos. Escolaridade até 7ª série. Renda: Bolsa Família e um salário mínimo de pensão do INSS. Moram em 4 cômodos de alvenaria.
		James		10/04/08	Foi para escola sem levar a apostila.	Assistente social foi até a casa do aluno para buscar a apostila, mas ele não encontrou. Foram para casa da avó do aluno e também não encontrou. Caso encaminhado ao Conselho “para que possa conversar com a genitora e ser cobrada suas responsabilidades”.	Relato: mãe foi para casa de uma amiga e só retornaria na segunda-feira. A vizinha estava responsável pelas crianças. Assistente social encontrou a avó em “péssimas condições de higiene” como a casa de 2 cômodos “está em estado deplorável”, “cheirando mal”.
		Todos		14/04/08	Baixa frequência escolar.	Relatório ao Conselho Tutelar.	Relatório: “Por várias vezes já orientamos a genitora e nada foi melhorado, solicitamos a intervenção deste Conselho, para que a genitora assuma com suas responsabilidades”.
				05/05/08		Resposta do Conselheiro Tutelar.	A mãe foi advertida. Relatou trabalhar com barraca de vendas de batidas em Rodeios e que sua tia estará ficando com seus filhos na residência e “que estará mais atenta na higiene pessoal de seus filhos”.

				19/05/08	Baixa frequência escolar.	Relatório ao Conselho Tutelar.	
Família 32 (continuação)	Todos			17/09/08	Frequência escolar inferior a 75%. Baixo rendimento escolar. Não conseguem acompanhar as matérias.	Relatório ao Conselho Tutelar.	
				29/01/09	Pedido de material escolar.	Concedido.	
	Thiago e James			08/06/09	Baixo rendimento escolar.	Foi realizado visita domiciliar para incluir as crianças no Projeto de Intensificação de Ciclo.	Relato: “explicamos que na data de hoje estarão participando de um projeto onde suas apostilas comuns serão recolhidas e novas serão trabalhadas”.
	Rariadne			18/05/2010	Criança com 10% de frequência no mês de maio.	Relatório ao Conselho Tutelar.	
				21/07/2010	Criança não compareceu no mês de julho e tem 50% de frequência no mês de junho.	Encaminhamento ao Conselho Tutelar.	Relato: “Quando a genitora é chamada pelo Conselho Tutelar por uns dias a criança freqüenta normalmente a escola e quando necessita faltar a genitora vem justificar, porém depois de algum tempo volta a não comparecer para justificar as faltas e se demonstra indiferente quando mencionamos que se persistirem encaminharemos para o Conselho Tutelar”. “Já enviamos relatório para este Conselho informando as faltas dos meses de abril e maio, e não houve resultado”.

		Thiago		27/04/2011	Dificuldades de aprendizagem. Não apresenta progresso. "Vem para escola sujo e com mal cheiro".	Relatório ao Conselho Tutelar.	Relato: "A família é atendida por esse Conselho desde 2006, por motivo de faltas injustificadas, falta de higiene, negação à atendimento especializado. Solicitamos intervenção deste Conselho, pois esgotamos todos os recursos possíveis para que a genitora pudesse assumir suas responsabilidades. "Também pedimos intervenção quanto a higiene pessoal da criança, que vem para escola sujo e com mal cheiro".
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 33	Giselda	Leonardo	1999	07/12/04	A mãe procurou pelo assistente social para relatar suspeita de abuso por outro aluno.	Mãe orientada a levar criança ao psicólogo.	Julgamentos no relatório, como: "comportamento afeminado", "convive muito com meninas", "gosta de arrumar o cabelo delas", "criança carente emocionalmente".
				23/02/05	Averiguar Comportamento.	Mãe está levando a criança ao psicólogo.	Professora diz que ele está "desenvolvendo normal".
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 34	Ivanilda	Giovana	1998	09/08/07	Faltas.	Criança foi operada.	
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 35	Ivone	Yuri	1999	31/10/06	Dificuldades na fala e é motivo de "gozação" dos colegas.	Mãe foi chamada.	
				01/11/06		Visita domiciliar.	
				06/11/06		Mãe compareceu.	

				14/03/07	Depois de cinco meses sem o atendimento a mãe é que retorna para a escola para pedir o encaminhamento ao fonoaudiólogo.	Assistente social respondeu que depende do relatório da professora que desde o ano passado não entregou.	
				10/07/07		Entregue para mãe o encaminhamento para Saúde Mental para avaliação de fonoaudiologia.	Foram 9 meses entre a convocação da mãe e o encaminhamento. Não se tem resultado se a criança foi atendida.
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 36	Isabel	Guilherme	1998	05/12/07	Faltas.	Convocação da mãe.	Criança estava com braço quebrado e a mãe estava de acompanhante no hospital com a avó. A criança não acordava para ir à escola. Foi solicitado receituário médico para comprovar.
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 37	Ivanete	Daise	2000	04/10/06	Faltas. Nunca compareceu na classe de recuperação paralela.	Visita domiciliar.	Mãe alega problemas familiares. É auxiliar geral. Filho de 18 anos foi preso por tráfico de drogas e solto a poucos dias. Criança falta porque não tem quem a leve à escola.
Nº	Mãe	Crianças	Ano nascimento	Data ocorrência	Motivo	Providências	Observações
Família 38	Josilene	Danieli	2004	07/01/09	Pedido de material escolar	Concedido.	Mãe capina terreno e faz jóia em casa. Mora em dois cômodos somente com a filha.

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 39</i>	<i>Jovina</i>	<i>Jessica</i>	<i>1998</i>	<i>20/09/06</i>	<i>Dificuldade de visão.</i>	<i>Encaminhada para oftalmologista.</i>	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 40</i>	<i>Josimeire</i>	<i>Jonas</i>	<i>1998</i>	<i>11/09/06</i>	<i>Dificuldade de visão.</i>	<i>Encaminhamento para oftalmologista.</i>	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 41</i>	<i>Josefina</i>	<i>Mikaele</i>	<i>1997</i>	<i>08/11/06</i>	<i>Dificuldade de visão.</i>	<i>Encaminhamento para oftalmologista.</i>	
				<i>18/04/07</i>	<i>Acidente na escola. Colega bateu a porta na cabeça da criança.</i>	<i>Visita domiciliar. Assistente social levou mãe e filha para UBS que não tinha pediatra. Levou ao Pronto Socorro da Santa Casa, deixando-as lá.</i>	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 42</i>	<i>Josefa</i>	<i>Dijalma</i>	<i>1997</i>	<i>14/08/06</i>	<i>Criança estava com a barriga queimada.</i>	<i>Encaminhada com a mãe para UBS.</i>	<i>Mãe apresentou o formulário de comparecimento para o assistente social.</i>
				<i>05/10/09</i>	<i>Faltas: 19 no mês de setembro.</i>	<i>Visita domiciliar.</i>	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 43</i>	<i>Jeane</i>	<i>Beatriz</i>	<i>2001</i>	<i>21/02/06</i>	<i>Pedido de material escolar.</i>	<i>Concedido.</i>	<i>Pai da aluna: colheita de castanhas, não sabe quanto vai ganhar. Escolaridade dos pais até 5ª série. Moram em 2 cômodos. Mãe desempregada. Aluna tem mais duas irmãs.</i>

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 44	Juciara	Jonas	1999	28/05/07	Criança com “comprometimento na visão”. Óculos está com as duas alças quebradas.	Visita domiciliar. Mãe estava trabalhando. Entregou encaminhamento para a irmã mais velha. Levar a criança ao Hospital Dia. Enviado relatório para o Conselho Tutelar.	Mãe passa roupas e faz faxina. Crianças ficam com a irmã de 17 anos.
				29/05/07	Foi para escola com lêndeads, piolhos e feridas.	Visita domiciliar. Mãe não estava. Assistente social foi com a criança até o Posto de Saúde da Família e depois até a UBS. Criança foi atendida e medicada.	Uma funcionária da escola ficou encarregada de ir até a casa no final da aula e orientar a mãe sobre o uso do xampu para piolho.
				18/06/07	Aluna pediu óculos.	Convocação da mãe.	
				20/06/07		“Relatório ao Conselho Tutelar pelo descaso da mãe”.	
		Julia	2000	06/08/07	Faltas injustificadas.	Visita domiciliar. Orientação para a irmã mais velha. A mãe estava trabalhando.	Ameaça de encaminhar ao Conselho Tutelar.
				10/08/07		Relatório ao Conselho Tutelar.	
				27/08/07			Resposta do Conselho: A mãe “desconversou sendo então advertida verbalmente de seu dever”.
				05/09/07	Avaliação da APAE.	Resposta da APAE. Elegível para atendimento com fonaudiologia.	
				04/10/07	Providenciar óculos.	Encaminhou família para o Centro Comunitário. Também foi fornecido encaminhamento para o Centro Infantil sobre vaga.	
				20/10/08	Criança não leva óculos para escola.	Convocação da mãe.	Criança diz que a mãe levou para consertar.
				11/11/08	Mãe não comparece às convocações. Criança continua sem óculos.	Visita domiciliar. Mãe estava trabalhando. Deixou recado com a irmã.	Irmã diz que óculos está no conserto.
				12/03/09		Relatório ao Conselho Tutelar.	

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 45</i>	<i>Dalva</i>	<i>Milena</i>	<i>2001</i>	<i>11/07/07</i>	<i>Criança com problema de saúde: perdeu visão de um olho devido acidente. Criança aguarda exame de fundo de olho.</i>	<i>Encaminhada para o Hospital Dia.</i>	
				<i>19/09/07</i>		<i>Criança foi encaminhada para Instituição João Fischer que atende cegos e visão subnormal.</i>	<i>Não foi atendida, não é considerada cega. Tem visão normal em um dos olhos.</i>
				<i>04/10/07</i>	<i>Autorizado procedimento cirúrgico no olho.</i>	<i>Convocação da mãe para retirar na escola a documentação.</i>	
				<i>12/06/08</i>	<i>Faltas.</i>	<i>Mãe diz que aluna faz tratamento com oftalmologista. Solicitou comprovação.</i>	
				<i>04/02/09</i>	<i>Pedido de material escolar.</i>	<i>Concedido.</i>	<i>Mãe tem cinco filhos.</i>
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 46</i>	<i>Paula</i>	<i>Pamella</i>	<i>2000</i>	<i>24/11/05</i>	<i>Faltas na recuperação paralela.</i>	<i>Visita domiciliar.</i>	
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 47</i>	<i>Dulcemar</i>	<i>Camilla</i>	<i>1997</i>	<i>21/11/06</i>	<i>Visão.</i>	<i>Encaminhamento para oftalmologista.</i>	<i>Não precisou de óculos.</i>
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
<i>Família 48</i>	<i>Darcilene</i>	<i>Adriano</i>	<i>2001</i>	<i>10/05/07</i>	<i>Faltas.</i>	<i>Visita domiciliar.</i>	

<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 49	Daiane	Jean	2003	14/08/06	Aluno machucou o pé no intervalo com prego.	Encaminhamento ao pai para levar o filho na UBS.	O pai levou e disse que a criança precisou tomar dipirona. Questionou os procedimentos da escola, segundo relato do assistente social. O assistente social foi até a UBS pegar um comprovante de comparecimento do pai e da criança, como pediu para ver se a carteira de vacinação estava em dia.
				29/05/07	Aluno não faz lição de casa e tem problemas de aprendizagem.	Não conseguiu contato por telefone. Conversou com a assistente social do Centro Comunitário que informou que a mãe não mora mais com a família. Relatório para Conselho Tutelar.	Crianças são cuidadas pela irmã mais velha.
<i>Nº</i>	<i>Mãe</i>	<i>Crianças</i>	<i>Ano nascimento</i>	<i>Data ocorrência</i>	<i>Motivo</i>	<i>Providências</i>	<i>Observações</i>
Família 50	Elisângela	Sara	2002	05/11/06	Mãe pede vaga para filha encaminhada pelo Centro Boldrini.	Visita domiciliar " para ver tudo o que a criança necessita".	Criança faz quimioterapia.
				13/12/06		Visita domiciliar.Conferir documentos do Hospital.	
				12/02/07	Mãe levou declaração do Boldrini sobre doença da criança.	Divergências na declaração da instituição com as informações que a mãe escreveu no caderno. Contato com a Secretaria de Educação para saber como proceder no caso porque a aluna precisa de alimentação diferenciada.Telefonou no Boldrini para obter informações.	

				26/02/07	<i>Faltam orientações de como cuidar da aluna.</i>	<i>Ofício para o Centro Boldrini. Justificativa de faltas da aluna: quimioterapia.</i>	
				27/02/07	<i>Visita da nutricionista do Setor de Merenda Escolar.</i>	<i>Informações sobre cardápio.</i>	
				01/03/07	<i>Alimentação especial da criança. Escola não recebeu cardápio.</i>	<i>Ofício para o Centro Boldrini.</i>	
				09/03/07		<i>Contato com a médica do Centro Boldrini.</i>	<i>Médica avisou que a criança deve ter vida normal.</i>
				26/04/07	<i>Criança não pode frequentar a escola porque outra criança foi vacinada.</i>		
				08/05/07	<i>Outras crianças batendo na aluna. Reclamação do pai.</i>	<i>Atendimento ao pai.</i>	<i>Pai diz que criança não pode ter machucados.</i>
				10/05/07	<i>Alimentação diferenciada para criança.</i>	<i>Visita da nutricionista.</i>	<i>A escola já recebeu informação de que a aluna pode ter vida normal e se alimentar normalmente. Mas continua pedindo cardápio especial.</i>
				15/06/07	<i>Família foi retirar a criança da escola.</i>		<i>Família descontente com os procedimentos.</i>